



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**192ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 17 e 18 de agosto de 2011**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**192ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 17 e 18 de agosto de 2011

1 Aos dezessete dias do mês de agosto de dois mil e onze teve início a Centésima Nonagésima  
2 Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência  
3 do Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular da  
4 Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE, Carlos Eduardo Ferrari.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade e Suplentes do CNAS:  
6 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS e Representante Titular da Associação  
7 para Valorização e Promoção de Excepcionais – FENAVAPE; Conselheiro Renato Francisco dos  
8 Santos Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Conselheira  
9 Simone Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;  
10 Conselheira Brenda Pereira Silva, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome -  
11 MDS; Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, FONSEAS; Conselheiro José Geraldo França Diniz,  
12 MPOG; Conselheira Fátima Aparecida Rampim, Ministério da Previdência Social; Conselheiro  
13 José Ferreira da Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS;  
14 Conselheira Célia Mota de Carvalho, FONSEAS; Conselheiro Sérgio Wanderly Silva,  
15 CONGEMAS; Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, CONGEMAS; Conselheiro Wagner  
16 Carneiro de Santana, Fundação ORSA; Conselheiro Antônio Celso Pasquini, União Social  
17 Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista; Conselheiro  
18 Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheira Leila Pizzato, Associação  
19 Antônio Vieira; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Associação Brasileira de Autismo;  
20 Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araujo, FENEIS; Conselheiro José Araujo da Silva,  
21 Pastoral da Pessoa Idosa; Conselheiro Samuel Rodrigues, Movimento Nacional de População de  
22 Rua; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, FENAPAES; Conselheiro Frederico Jorge  
23 de Souza Leite, Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; Conselheira Jane Pereira  
24 Clemente, FENATRIBEF; Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, CNTSS/CUT;  
25 Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, OAB; Conselheiro Carlos Rogério de  
26 Carvalho Nunes, CTB; e, Conselheira Márcia Mansur Seedallah, Conselho Federal de Psicologia.  
27 **Visitantes:** Maria Joaquina de Jesus, CEAS/GO – FONACEAS; Maria Dolores da C. Pinto,  
28 CEE/FENAPAE; Neiva Silvana Hack, Pastoral da Pessoa Idosa/Ação Social PR; C. Alves de Lima,  
29 CEAS/Recife/PE; e, Niusarete Margarida de Lima, ABRA. **ABERTURA.** Aos dezessete dias do  
30 mês de agosto de dois mil e onze, o Presidente deu início à 192ª Reunião Ordinária do Conselho  
31 Nacional de Assistência Social, solicitando à Secretária Executiva a verificação do quorum:  
32 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira  
33 Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampin,  
34 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo

35 de Lima Leite, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite,  
36 Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho  
37 Nunes, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José  
38 Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Renato Saidel Coelho,  
39 Conselheira Leila Pizzatto, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José  
40 Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira  
41 Clemente, Conselheira Márcia Mansur, e, Conselheiro José Ferreira Crus. Pauta: **Dia 16/08/2011 -**  
42 **9h às 12h:** - Reunião Conjunta da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência  
43 Social e da Comissão de Normas da Assistência Social: Apresentação do consolidado sobre as  
44 contribuições recebidas por meio da consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes  
45 da Sociedade Civil no CNAS e debate sobre a viabilização da participação do usuário da política de  
46 Assistência Social e outros. **13h às 15h:** - Reunião da Comissão de Financiamento e Orçamento da  
47 Assistência Social: Procedimentos para pagamento do Benefício de Prestação Continuada e Renda  
48 Mensal Vitalícia e outros. - Reunião da Comissão de Normas da Assistência Social: Sistematização  
49 e regulamentação das competências do CNAS definidas no inc. III do art. 27 da Lei nº 12.101/2009  
50 e outros. - Reunião da Comissão de Política da Assistência Social: Apresentação e discussão da Lei  
51 nº 12.435/2011 e outros. **15h às 18h:** - Reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos  
52 de Assistência Social: Apreciação do consolidado do documento “perguntas e respostas” com as  
53 contribuições encaminhadas pelos Conselheiros do CNAS e outros. **18h às 20h:** - Reunião da  
54 Presidência Ampliada. **Dia 17/08/2011: 09h às 09h15min:** - Aprovação da ata da 191ª Reunião  
55 Ordinária do CNAS e da pauta. **09h15min às 10h15min:** - Informes da Presidência/Secretaria  
56 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de  
57 Assistência Social. *Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. 10h15min às 12h:* -  
58 Relato do GT que discute parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa  
59 e garantia de direitos. **14h às 15h30min:** - Relato do GT que discute as alíneas “c” e “d” do inciso I  
60 do art. 2º da LOAS. **15h30min às 16h30min:** - Apresentação do Censo SUAS – Rede Privada –  
61 Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS – DRSP/SNAS/MDS. **16h30min às**  
62 **18h:** - Relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social. **Dia**  
63 **18/08/2011: 09h às 10h30min:** - Presença da Consultora Jurídica do MDS para discussão sobre  
64 Acórdão TCU e pareceres jurídicos. **10h30min às 12h:** - Relato da Presidência Ampliada. **14h às**  
65 **15h:** - Relato da Comissão de Financiamento da Assistência Social. **15h às 16h:** - Relato da  
66 Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social. **16h às 17h:** - Relato da  
67 Comissão de Política da Assistência Social. **17h às 18h:** - Relato da Comissão de Normas da  
68 Assistência Social. **Item - Aprovação da ata da 191ª Reunião Ordinária do CNAS e da pauta.**  
69 O Presidente indagou se havia alguma consideração. Em não havendo foram aprovadas a Ata da  
70 191º RO e a pauta. O Presidente registrou a comemoração do Dia do Advogado em 11 de agosto,  
71 dos Psicólogos, dia 27e o dia da Marcha das Margaridas. O Conselheiro José Crus complementou  
72 ser também o dia do Historiador, em 19 de agosto. **Item - Informes da Presidência/Secretaria**  
73 **Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros, inclusive sobre a participação nas Conferências de**  
74 **Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 2/2. A Secretária-**  
75 *Executiva procedeu ao relato: “Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. Informes*  
76 *Gerais. 1. Ausências justificadas. Conselheira Célia Mota de Carvalho, na reunião da Comissão*  
77 *Organizadora dos dias 11 e 12, bem como esta reunião ordinária, em razão de cumprimento de*  
78 *agenda no governo de Roraima. A Conselheira Mansa Rodrigues, na reunião da Comissão*  
79 *Organizadora dos dias 11 e 12 de agosto de 2011, em virtude de sua participação na Conferência*  
80 *Municipal de Assistência Social de Macapá. O Conselheiro Renato Saidel Coelho, na reunião da*

81 *Comissão Organizadora dos dias 11 e 12 de agosto de 2011, em virtude de sua participação na*  
82 *Conferência Municipal de Assistência Social de João Pessoa/PB. O Conselheiro irmão Pedro Ost,*  
83 *na 192 Reunião Ordinária do CNAS nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2011 em razão de*  
84 *tratamento médico. A Conselheira Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho, nesta Reunião*  
85 *Ordinária, em razão de problemas de saúde familiar repentina. O Conselheiro Antônio Celso*  
86 *Pasquini, nesta Reunião Ordinária, no período da tarde do dia 18 de agosto de 2011 em razão de*  
87 *compromissos institucionais. O Conselheiro Sergio Wanderly Silva, na reunião da Comissão de*  
88 *Financiamento, no período da tarde do dia 16 de agosto de 2011, em razão de problemas de saúde.*  
89 *E-mails enviados aos Conselheiros. Convocações. Convocação para a Conselheira Maria*  
90 *Aparecida Godói representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência*  
91 *Municipal de Assistência Social de Maceió/AL, nos dias 1 e 2 de agosto de 2011, em Maceió/AL.*  
92 *Convocação para o Conselheiro Pedro Ost representar o Conselho Nacional de Assistência Social*  
93 *- CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Boa Vista/RR, nos dias 2 e 3 de agosto*  
94 *de 2011, em Boa Vista/RR. Convocação para o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite*  
95 *representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de*  
96 *Assistência Social de Curitiba/PR, nos dias 3 e 4 de agosto de 2011, em Curitiba/PR. Convocação*  
97 *para a Conselheira Jane Pereira Clemente representar o Conselho Nacional de Assistência Social -*  
98 *CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Belém/PA, nos dias 3 e 4 de agosto de*  
99 *2011, em Belém/PA. Convocação para a Conselheira Maria Aparecida Godói representar este*  
100 *Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social*  
101 *de Natal/RN, nos dias 3 e 4 de agosto de 2011, em Natal/RN. Convocação a Conselheira Célia*  
102 *Mota de Carvalho representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência*  
103 *Municipal de Assistência Social de São Luís/MA, nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2011, em São*  
104 *Luis/MA. Convocação o Conselheiro José Ferreira da Crus representar o Conselho Nacional de*  
105 *Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Salvador/BA, nos*  
106 *dias 4 e 5 de agosto de 2011, em Salvador/BA. Convocação para a Conselheira Marisa Rodrigues*  
107 *da Silva representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal*  
108 *de Assistência Social de Macapá/AP, nos dias 9,10 e 11 de agosto de 2011, em Macapá/AP.*  
109 *Convocação para o Conselheiro Renato Saldei representar o Conselho Nacional de Assistência*  
110 *Social - CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de João Pessoa/PB, nos dias 10, 11*  
111 *e 12 de agosto de 2011, em João Pessoa/PB. Convocação para o Conselheiro Renato Saldei*  
112 *representar o CNAS na 107a Reunião Ordinária da CITI nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, em*  
113 *Brasília/DF. Convocação para o Conselheiro Carlos Rogério Nunes representar o Conselho*  
114 *Nacional de Assistência Social — CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de*  
115 *Fortaleza/CE, nos dias 22 e 23 de agosto de 2011, em Fortaleza/CE. Convocação para o*  
116 *Conselheiro José Ferreira Crus, representar o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na*  
117 *Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo/SP, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de*  
118 *2011, em São Paulo/SP. Convocação para o Conselheiro Samuel Rodrigues representar o*  
119 *Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social*  
120 *de Goiânia/GO, nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 2011, em Goiânia/GO. Convocação aos*  
121 *Conselheiros Nacionais, Titulares e Suplentes, para 192a Reunião Ordinária do Conselho*  
122 *Nacional de Assistência Social - CNAS, nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2011, em Brasília/DF.*  
123 *Convocação aos Conselheiros Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite,*  
124 *Renato Saldei Coelho, José Araújo da Silva, Mansa Rodrigues da Silva, José Ferreira Crus e Célia*  
125 *Mota de Carvalho para a 8S Reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*  
126 *Assistência Social, de Assistência Social, nos dias 11 e 12 de agosto de 2011. Convocação aos*

127 *Conselheiros Wagner Carneiro de Santana, Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Leila*  
128 *Pizzato, Clodoaldo de Lima Leite, Renato Francisco dos Santos Paula, Simone Aparecida*  
129 *Albuquerque, Marisa Rodrigues Silva e Eutália Barbosa Rodrigues, integrantes do GT Resolução*  
130 *nº 38/2010, para as seguintes reuniões de trabalho: VI Reunião do Grupo de Trabalho para*  
131 *discutir parâmetros de caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de*  
132 *direitos, no dia 08 de agosto de 2011; Oficina do GT instituído pela Resolução nº 38/2010, no dia*  
133 *09 de agosto de 2011; VII Reunião do Grupo de Trabalho para discutir parâmetros de*  
134 *caracterização de entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos, no dia 15 de*  
135 *agosto de 2011. Convocação aos Conselheiros Samuel Rodrigues, Jane Clemente, Leila Pizzato,*  
136 *Renato Saidel Coelho, Simone Aparecida Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro*  
137 *Fernandes e Eutália Barbosa Rodrigues, integrantes do Grupo de Trabalho - GT constituído para*  
138 *discussão dos incisos III e IV do artigo 2º da LOAS, para participarem dos seguintes eventos:*  
139 *Encontro com as Organizações Nacionais - Representantes do Movimento de Pessoas com*  
140 *Deficiência, no dia 10 de agosto de 2011; Reunião do GT no dia 11 e 12 de agosto de 2011;*  
141 *Reunião do GT no dia 19 de agosto de 2011; Convocação para a Conselheira Marisa Silva*  
142 *representar este Conselho Nacional de Assistência Social CNAS na Conferência Municipal de*  
143 *Assistência Social de Manaus/AM, nos dias 31 de agosto, 01 e 02 de setembro de 2011, em*  
144 *Manaus/AM. Boletins Informativos. Notícia da ASCOM/MDS sobre “Evento Nacional de*  
145 *Mobilização do Plano Brasil Sem Miséria”. Notícia da ASCOM/MDS sobre a posse/recondução da*  
146 *Presidência do CNAS. Boletim Semanal n O 293/2011, de 15 a 21 de julho com destaque para a*  
147 *matéria “SUAS completa seis anos assegurando proteção social a milhões de brasileiros”. Boletim*  
148 *MDS Semanal n. 294/2011, de 22 a 28 de julho, com informe sobre a capacitação de agentes*  
149 *públicos para controle social. Boletim MDS Semanal n 295/2011, de 29 de julho a 4 de agosto de*  
150 *2011. Boletim MDS no 296 - De 5 a 11 de agosto de 2011, com informe sobre as a mobilização nas*  
151 *Conferências de Assistência Social e Segurança Alimentar no país. Boletim MDS Semanal n O*  
152 *297/2011, de 12 a 18 de agosto de 2011 com matéria sobre a discussão da regulamentação das*  
153 *entidades de assistência social. Boletim MDS Especial/Agosto 2011 sobre “Pesquisa*  
154 *Quilombolas”. Informativo SUAS no 33 - 18 a 31 de julho de 2011, com destaque para a posse da*  
155 *Presidência do CNAS. Informativo SUAS nº34 - de 1º a 14 de agosto de 2011. Notícia do MDS*  
156 *sobre a transmissão ao vivo dos resultados do CENSO SUAS 2010 pela NBR, no dia 21/07/2011.*  
157 *Notícia sobre a mudança de data da Teleconferência do Brasil Sem Miséria, que passou para o dia*  
158 *15/08/2011. Informe sobre a Teleconferência Brasil Sem Miséria, no dia 08/08/2011. Aviso de*  
159 *Teleconferência com o tema “Revisão cadastral e auditorias do Bolsa Família - esclarece gestores*  
160 *e municípios sobre qualificação do Cadastro Único”, realizada dia 15 de agosto de 2011.*  
161 *Publicações de resoluções. Resolução CNAS n. 19, de 14 de julho de 2011, publicada no DOU de*  
162 *18/07/2011, que aprova o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional*  
163 *de Assistência Social (FNAS), lo semestre de 2011, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo*  
164 *Nacional de Assistência Social (DEFNAS). Resolução CNAS nº 20, de 14 de julho de 2011,*  
165 *publicada no DOU 18/07/2011, que aprova a Proposta Orçamentária da Assistência Social,*  
166 *exercício de 2012, contemplando o Fundo Nacional de Assistência Social e a Administração Direta*  
167 *sob gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 21, de 18 de julho de*  
168 *2011 - DOU 19/07/2011 - SEÇÃO II, que compõe a Comissão de Acompanhamento de Benefícios e*  
169 *Transferência de Renda. Comunicados. Comunicado para a Conselheira Maria Auxiliadora*  
170 *Bezerra de Araújo sobre indicação de seu nome para participar, com o Presidente Carlos Eduardo*  
171 *Ferrari, do Seminário Nacional Preparatório para a “Conferência Mundial de Determinantes*  
172 *Sociais em Saúde”, no dia 5 de agosto, no Rio de Janeiro. Comunicado sobre a alteração de data*

173 da IX Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná para o Conselheiro Renato Saidel  
174 Coelho. Comunicado da 107 reunião ordinária da CIT para o Conselheiro Renato Saidel Coelho.  
175 Comunicado sobre alteração da data da 107 reunião ordinária da CIT para o Conselheiro Renato  
176 Saidel Coelho. Comunicado sobre a antecipação da data de abertura da VIII Conferência  
177 Municipal de Assistência Social de João Pessoa, dia 10/08/2011, para o Conselheiro Renato  
178 Saidel. Comunicado do CMAS de Fortaleza sobre alteração na data da Conferência Municipal  
179 para o Conselheiro Carlos Rogério Nunes, que passou de 03 e 04/08 para os dias 22 e 23 de agosto  
180 de 2011, em Fortaleza/CE. Comunicado sobre alteração de data das Conferências Estaduais de  
181 Assistência Social de Mato Grosso do Sul e do Paraná para o Conselheiro Renato Saidel, que  
182 serão realizadas nos dias 29 e 30 de setembro, e 10 e 11 de outubro de 2011, respectivamente.  
183 Comunicado sobre alteração de data da Conferência Estadual de Assistência Social de Alagoas  
184 para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, que serão realizadas nos dias 16, 17 e 18  
185 de outubro de 2011. Comunicado sobre alteração de data das Conferências Estaduais de  
186 Assistência Social de Santa Catarina e Mato Grosso para o Presidente Senhor Carlos Eduardo  
187 Ferrari, que serão realizadas nos dias 13, 14 e 15 de outubro, e 21, 22 e 23 de setembro de 2011,  
188 respectivamente. Comunicado sobre alteração de data da Conferência Estadual de Assistência  
189 Social do Amapá para o Conselheiro José Araújo, que será realizada nos dias 05 e 06 de outubro  
190 de 2011. Comunicado sobre a definição da data da Conferência Estadual de Assistência Social do  
191 Rio de Janeiro para o Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula. Outros informes e  
192 documentos diversos. Apresentação sobre a Análise do Censo Suas/2010, referente a Recursos  
193 Humanos, da Secretaria de Articulação e Gestão da Informação - SAGI/MDS na reunião da  
194 Comissão de Política. Versão preliminar da Programação do Encontro Nacional de  
195 Monitoramento do SUAS 2011. Caderno de Textos da VIII Conferência Nacional - I Versão. Ata e  
196 Degravação da 191ª Reunião Ordinária. Pauta da 192ª Reunião Ordinária do CNAS, publicada  
197 no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2011. Convite do CONSEA para a videoconferência  
198 que discutiu as orientações e os preparativos para as conferências estaduais/Distrital e Nacional  
199 de Segurança Alimentar e Nutricional, dia 02 de agosto de 2011 de 14h30 às 17h30. Convite para  
200 o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite representar o CNAS no Lançamento do Relatório  
201 Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental - Intersetorial, no dia 11 de agosto de 2011.  
202 Comunicado nº 002 do CONSEA - convite para as Atividades Integradoras, a serem realizadas no  
203 dia 08/11/2011, em Salvador/BA. Informes sobre Processo de Consulta Pública para garantir a  
204 participação social no processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico  
205 de Pessoas, divulgado pelo Ministério da Justiça. Informe sobre a Resolução nº 71/2011, do  
206 Conselho Nacional do Ministério Público, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério  
207 Público na defesa do direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e  
208 adolescentes em acolhimento. Participação do CNAS. O Presidente do CNAS participou do evento  
209 “A Pessoa com Deficiência e a Política Pública de Assistência Social, no dia 02 de agosto, em São  
210 Paulo/SP. O Presidente do CNAS, Carlos Eduardo Ferrari, e a Conselheira Maria Auxiliadora  
211 Bezerra de Araújo participaram do Seminário Nacional Preparatório para a “Conferência  
212 Mundial de Determinantes Sociais em Saúde, realizado no dia 5 de agosto no Rio de Janeiro/RJ. O  
213 Presidente do CNAS participou da abertura do Encontro Nacional de Gestores da Política das  
214 Pessoas com Deficiência, no dia 09 de agosto de 2011. O Presidente do CNAS concedeu entrevista,  
215 por telefone, à Rádio Voz do Brasil sobre as Conferências Estaduais de Assistência Social, no dia  
216 15 de agosto de 2011. O Presidente do CNAS participou, ao vivo, no dia 15 de agosto de 2011, de  
217 programa da TV NBR - NBR e concedeu entrevista sobre as Conferências Estaduais de Assistência  
218 Social. Participação do CNAS nas Conferências. A Conselheira Jane Clemente representou este

219 Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social  
220 de Divisa Nova/MG, no dia 17 de julho de 2011, em Divisa Nova/MG. O Conselheiro Renato Saidel  
221 representou este Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal de  
222 Assistência Social de Itararé/SP, no dia 19 de julho de 2011, em Itararé/SP. O Conselheiro Renato  
223 Saidel representou este Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na Conferência Municipal  
224 de Assistência Social de Guarulhos/SP, no dia 26 de julho de 2011, em Guarulhos/SP. O  
225 Conselheiro José Araújo da Silva representou este Conselho Nacional de Assistência Social -  
226 CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Vitória, nos dias 28 e 29 de julho de  
227 2011, em Vitória/ES. A Conselheira Maria Aparecida Godói representou o CNAS na Conferência  
228 Municipal de Assistência Social de Maceió/AL, nos dias 1 e 2 de agosto de 2011, em Maceió/AL. O  
229 Conselheiro Pedro Ost representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de  
230 Boa Vista/RR, nos dias 2 e 3 de agosto de 2011, Boa Vista/RR. O Conselheiro Frederico Jorge de  
231 Souza Leite representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Curitiba/PR,  
232 nos dias 3 e 4 de agosto de 2011, em Curitiba/PR. A Conselheira Jane Pereira Clemente  
233 representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Belém/PA, nos dias 3 e 4  
234 de agosto de 2011, em Belém/PA. A Conselheira Maria Aparecida Godói representou o CNAS na  
235 Conferência Municipal de Assistência Social de Natal/RN, nos dias 3 e 4 de agosto de 2011, em  
236 Natal/RN. A Conselheira Célia Mota de Carvalho representou o CNAS na Conferência Municipal  
237 de Assistência Social de São Luís/MA, nos dias 3, 4 e 5 de agosto de 2011, em São Luis/MA. O  
238 Conselheiro José Ferreira Crus representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência  
239 Social de Salvador/BA, nos dias 4 e 5 de agosto de 2011, em Salvador/BA. O Conselheiro Pedro  
240 Ost representou o CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Uruguaiana/PR, no  
241 dia 05 de agosto de 2011, em Uruguaiana/PR. O Conselheiro Samuel Rodrigues, representou o  
242 CNAS na Conferência Municipal de Assistência Social de Jussara/GO, no dia 08 de agosto de  
243 2011, em Jussara/GO. A Conselheira Marisa Rodrigues da Silva representou o CNAS na  
244 Conferência Municipal de Assistência Social de Macapá/AP, nos dias 9,10 e 11 de agosto de 2011,  
245 em Macapá/AP. O Conselheiro José Araújo participou da Conferência Municipal de Assistência  
246 Social de Pinhais como palestrante oficial, nos dias 05 e 06 de agosto de 2011, em Pinhais/PR. O  
247 Conselheiro Renato Saidel, representou este Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS na  
248 Conferência Municipal de Assistência Social de João Pessoa/PB, nos dias 10, 11 e 12 de agosto de  
249 2011, em João Pessoa/PB. Convites recebidos de Conferências Municipais. O CNAS irá participar  
250 e os CMAS já foram informados. CMAS de Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul, 28 e 29 de julho;  
251 Petrolina/PE, 4 de agosto; Anápolis/GO, 30 de junho; Ribeirão Preto/SP, 5 e 6 de agosto;  
252 Piracanjuba/GO, 8 de julho; Professor Jamil/GO, 21 de junho; Águas Lindas/GO, 4 de agosto;  
253 Maringá/PR, 15 de julho; Joinville/SC, 30 de junho e 1º de julho; Contagem/MG, 1 e 2 de julho;  
254 Barreiras/BA, 21 e 22 de julho; Majé/RJ, 29 de julho; Luís Eduardo Magalhães/BA, 6 de julho;  
255 Pinhais/PR, 5 e 6 de agosto; Arapiraca/AL, 3 de agosto; Santana do Livramento/RS, 5 e 6 de  
256 agosto; Vitória da Conquista/BA, 17 e 18 de agosto; São Leopoldo/RS, 2 e 3 de agosto;  
257 Camaçari/BA, 27 e 28 de julho; São Gabriel da Cachoeira, não tem data; Joaçaba/SC, 3 de  
258 agosto; Criciúma/SC, 28 e 29 de julho; Belford Roxo, 22 e 23 de julho; Olivedos/PB, 4 de agosto.  
259 Comunicado. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Presidência da  
260 República encaminhou, por email, convite para o Encontro Nacional de Segurança Alimentar e  
261 Nutricional no Contexto da Política de Desenvolvimento Urbano, realizado nos dias 10 a 12 de  
262 agosto, em Brasília/DF. O Presidente do CNAS Senhor Carlos Eduardo Ferrari se reuniu com a  
263 Secretária Nacional de Assistência Social Senhora Denise Ratman de Arruda Colin, no dia 11 de  
264 agosto de 2011. O Presidente do CNAS participou de reunião com a Consultora Jurídica do MDS,

265 *Lúcia Ervilha, e Dr. Willian Ouvindo, no dia 16/08/2011. A Presidência do CNAS agradeceu*  
266 *convite enviado pelo Deputado Federal Nazareno Fonteles para o Ato de Relançamento da Frente*  
267 *Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Congresso Nacional, realizado no dia*  
268 *02/08. A Presidente do CMAS de Teresópolis, Senhora Margareth Rosi, encaminhou e-mail com*  
269 *realise de título: “Conferência de Assistência Social realizada com sucesso em Teresópolis”. As*  
270 *servidoras Jamile Maria Boueres Calado e Mirelie Dantas participaram do Seminário*  
271 *Internacional sobre Justiça Fiscal, no dia 10 de agosto de 2011, em Brasília/DF. O Conselheiro*  
272 *Wagner Carneiro de Santana encaminhou relatório de participação na IX Conferência Municipal*  
273 *de Assistência Social de Campo Grande/MS. O Secretário Nacional de Renda e Cidadania Tiago*  
274 *Falcão encaminhou ao CNAS cinco DVDs compostos por uma série de 12 vídeos de capacitação.*  
275 *Audiências realizadas. Data: 02/08/2011 - Solicitante: Janaína Albuquerque Schmidt –*  
276 *Pesquisadora. Assunto: Pesquisa acadêmica “Gestão do SUAS”. Participantes: Janaína*  
277 *Albuquerque Schmidt - Pesquisadora / Maria Auxiliadora Pereira - Coordenadora de Política do*  
278 *CNAS / Silvani Souza - Assessora do CNAS - Assessora do CNAS. Procedimentos: Informes sobre*  
279 *atas das reuniões do CNAS, Resoluções, GT’s CNAS, Lei SUAS, etc. A pesquisa foi autorizada pela*  
280 *Presidência Ampliada de junho/2011. Data: 08/08/2011. Solicitante: Fernanda Terrazas -*  
281 *Assessora Técnica CONASEMS/ Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde -*  
282 *Assunto: Resolução nº39/2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios*  
283 *Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde.*  
284 *Participantes: Fernanda Terrazas - Assessora Técnica CONASEMS- Conselho Nacional dos*  
285 *Secretários Municipais de Saúde e Carlos Eduardo Ferrari Presidente do CNAS. Procedimentos:*  
286 *Esclareceu a solicitante a respeito dos trâmites da Resolução. Site. Atualização da lista de*  
287 *Conselheiros Nacionais. Padronização, com o Portal do MDS, das apresentações dos documentos:*  
288 *PNAS, LOAS, NOB;SUAS e NOB-RH. Inclusão de link para as informações complementares sobre*  
289 *a VIII Conferência Assistência Social, disponíveis no Portal do MDS. Inclusão da Carta do CNAS*  
290 *as Entidades de Assistência Social. Inclusão do Caderno de Texto da VIII Conferência Nacional de*  
291 *Assistência Social – 1ª versão. Atualização periódica da Agenda das Conferências. Inclusão do*  
292 *Plano de Ação Plano de Ação da Comissão de Acompanhamento Conselhos de Assistência Social.*  
293 *Resolução CNAS no 22. Resolução CNAS nº 21. Resolução CNAS nº 20. Resolução CNAS nº 19.*  
294 *Incluído link para acesso ao Portal do SUAS Norte Pioneiro do Paraná. Inclusão de informações*  
295 *sobre deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social de Viamão/RS - Eleição de*  
296 *Conselheiros Aprendiz (participação de adolescentes no CMAS). Inclusão de pasta para*  
297 *disponibilizar informações sobre Oficina de Discussão sobre a Caracterização das Ações de*  
298 *Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos e Encontro com Organizações Nacionais*  
299 *Representantes do Movimento de Pessoas com Deficiência. Inclusão de notícia sobre Oficina de*  
300 *Discussão sobre a Caracterização das Ações de Assessoramento e de Defesa e Garantia de*  
301 *Direitos e Encontro com Organizações Nacionais Representantes do Movimento de Pessoas com*  
302 *Deficiência. Inclusão de notícia sobre a Recondução da presidência do CNAS. Aniversariantes de*  
303 *Agosto. Carlos Rogério Nunes, no dia 3. Simone Albuquerque, no dia 7. Maria do Socorro Tabosa,*  
304 *no dia 14. Antônio Celso Pasquini, no dia 24. Marisa Rodrigues, no dia 25”. A Conselheira Leila*  
305 *informou ter faltado a Conferência de Florianópolis, nos dias 20 e 21 de julho, representando o*  
306 *CNAS e o Presidente indicando as que havia participado em Recife, BH e Rio de Janeiro. O*  
307 *Conselheiro Renato Saidel referiu-se às ausências justificadas, nos dias 10, 11 e 12 de agosto,*  
308 *reunião do GT do inciso III, não constando sua justificativa, estando em João Pessoa, faltando,*  
309 *também a Conferência de Porto Alegre, nos dias 22 e 23 de julho. **Informes do MDS.** A*  
310 *Conselheira Simone relatou”Informou aos Conselheiros do Encontro Nacional de Monitoramento*



311 do SUAS, que foi realizado dos dias 20 a 22 de julho de 2011. O Encontro contou com a presença  
312 de 250 pessoas, entre secretários municipais dos Colegiados e gestores municipais, as Secretarias  
313 Estaduais de Assistência Social, os Conselheiros Estaduais, o Conselho Nacional, o Colegiado  
314 Nacional de Gestores Municipais, o CONGEMAS, o FONSEAS, estudiosos, pesquisadores. Quero  
315 dizer que foi um encontro muito importante, que trouxe os resultados do censo do ano passado e  
316 também discutiu as novidades do Censo 2011. Eu quero, presidente, agradecer muito aqui a  
317 colaboração do Conselho Nacional, na pessoa dos Conselheiros Clodoaldo e Jane, muito obrigado  
318 a eles, que estiveram lá o tempo todo, ajudaram a gente nas dificuldades que tivemos, naturais do  
319 Encontro. E também dizer que é sempre muito importante que o Conselho Nacional participe e  
320 esteja presente nas atividades realizadas pelo nosso Ministério. Nós estamos preparando um  
321 relatório, presidente Carlos, e assim que ele estiver pronto enviaremos aqui para o Conselho  
322 Nacional. Quero também informar, já foi lido pela Presidência Ampliada, mas quero registrar que  
323 no dia 8 de agosto a nossa ministra Tereza Campelo fez uma audiência pública com a presença dos  
324 ministros da Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário, Integração Nacional, para discutir o  
325 Plano Brasil Sem Miséria. Foi uma teleconferência muito importante, tendo em vista a mobilização  
326 advinda de tal evento. Quero também informar aos Conselheiros da realização do seminário  
327 internacional realizado pelo Ministério em conjunto com a ENAP, que é a Escola Nacional de  
328 Administração Pública, foi o Seminário com apoio do Programa das Nações Unidas para o  
329 Desenvolvimento. Este seminário foi nos dias 10 e 11 de agosto, no auditório da ENAP. Foi um  
330 seminário com foco em temas que incidem na efetividade das políticas públicas de enfrentamento à  
331 pobreza e da desigualdade no Brasil e em outros países, com destaque para o modelo de exames e  
332 estratégias em andamento para as expressões mais complexas desta realidade, que são a extrema  
333 pobreza e o desafio da produção de políticas públicas com escopo multidimensional de proteção  
334 social. Foi um encontro muito importante, que finalizou a formação de vários servidores do  
335 Ministério em especialização em políticas de proteção social”. Para complementar o informe do  
336 MDS, passou para a Conselheira Eutália: “Eu queria aproveitar, não sei se foi justificado, mas o  
337 Conselheiro Renato, vice-presidente, teve um pequeno incidente no trânsito, o carro dele teve um  
338 problema, não sei se ele conseguiu avisar a Secretaria Executiva, por isso que ele não conseguiu  
339 chegar até agora. Bom, com relação aos informes, eu gostaria de dizer, acho que é um pouco do  
340 conhecimento de todos que alguns planos nacionais e debates nacionais estão ocorrendo com  
341 relação a vários temas e eu gostaria de destacar pelo menos três deles. O primeiro é o Plano  
342 Nacional de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Mas o que eu queria destacar é que a  
343 Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS vem tendo uma participação bastante efetiva na  
344 construção deste Plano, no debate das ações para o enfrentamento ao crack e outras drogas. E tão  
345 logo isso fique mais arredondado a secretária pediu que nós informássemos que estaríamos à  
346 disposição, ou pedindo um espaço neste Conselho para que a gente pudesse falar um pouco das  
347 ações que cabem à Política de Assistência Social, que estão na responsabilidade da SNAS e do  
348 MDS, neste plano aqui no Conselho Nacional. E aí, juntamente com isso temos o Plano Nacional  
349 de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual, que tem um debate forte com relação a isso,  
350 coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, porém, a SNAS também vem  
351 participando de forma bastante efetiva, por meio do Departamento de Proteção Social Especial, e  
352 também tão logo este desenho se estruture é de interesse da Secretaria Nacional vir a este  
353 Conselho para passar os informes e colocar o que nos cabe dentro deste plano. Assim como acho  
354 que está na pauta de setembro, nós discutimos ontem na Presidência Ampliada, o Plano Nacional  
355 para Pessoas com Deficiência. Ontem, presidente Carlos, falei com a secretária Denise, ela te  
356 ligou? E ela prontamente disse que a Secretaria está à disposição para vir aqui na agenda de

357 *setembro falar sobre o Plano e o que cabe à assistência social. Queria também informar que hoje a*  
358 *secretária Denise Colin está embarcando para o Uruguai, Montevideu, onde ela foi convidada, a*  
359 *razão da ida dela a El Salvador, nos dias 11 e 12 de julho, onde ela foi a El Salvador apresentar*  
360 *em linhas gerais o debate da Política Nacional de Assistência Social e o SUAS, o que deflagrou*  
361 *uma missão do Ministério do Desenvolvimento Social, representada pela Secretaria Nacional de*  
362 *Assistência Social, onde nós estaremos indo à El Salvador em uma agenda que vai do dia 28 ao dia*  
363 *2 de setembro. É a partir de uma cooperação internacional onde nós estaremos apresentando as*  
364 *bases conceituais, regulatórias da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS. É um convite*  
365 *do Governo de El Salvador, porque o interesse daquele país é estar estruturando seu sistema de*  
366 *proteção social não contributivo e também a política de atendimento à criança e adolescentes.*  
367 *Então estarão indo representantes da UNICEF, duas pessoas da SNAS. São essas as pessoas, é*  
368 *uma cooperação internacional, a gente está indo custeado não pelo MDS, pela SNAS, porque senão*  
369 *a gente estaria com dificuldades de ir. E aí a secretária está hoje embarcando para o Uruguai,*  
370 *onde ela foi convidada pela Secretaria Geral da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e*  
371 *a Secretaria Geral Ibero-Americana, onde eles estão fazendo um debate com alguns países da*  
372 *América Latina sobre a modernização do Estado na América Latina e a Denise foi convidada para*  
373 *fazer um painel sobre o reordenamento do Estado para efetivação de políticas de assistência social*  
374 *e a organização do Sistema Único de Assistência Social. Então eles convidaram três países para*  
375 *apresentar experiências exitosas. Um destes países é o Brasil e a Denise vai estar representando. O*  
376 *objetivo deste debate é contribuir para uma agenda que vá discutir a redução, o enfrentamento à*  
377 *pobreza e a questão do desenvolvimento social neste país. Muito rapidamente, vai estar*  
378 *acontecendo nos dias 1º e 2 de setembro, o presidente Carlos acho que está a par deste evento. Na*  
379 *verdade não é um seminário, mas é um encontro do BPC Trabalho, em que duas cidades*  
380 *brasileiras, São Paulo e Santo André, vão apresentar experiências exitosas nesta área em parceria*  
381 *com a FENAVAPE. Vai acontecer nos dias 1º e 2 de setembro. A programação ainda não foi*  
382 *divulgada, deve estar saindo hoje porque ainda tem um fechamento com o Ministério do Trabalho e*  
383 *não seria legal soltar a programação sem fechar estas parcerias. Mas é Trabalho, Educação,*  
384 *Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a FENAVAPE.*  
385 *O convite é para 8 capitais, onde estarão vindo as capitais e os estados destas capitais, a*  
386 *programação é que no dia 1º será feita a assinatura de um protocolo para implantação destas*  
387 *experiências nestas 8 capitais. A FENAVAPE parece que está fazendo uma força-tarefa de também*  
388 *trazer todas as AVAPE's destas 8, é a informação que recebi, me corrija se tiver algo errado, estar*  
389 *mobilizando as AVAPE's destes 8 estados. Eu consegui capturar a informação das capitais, Belém,*  
390 *Curitiba, Fortaleza, Teresina, Recife, São Luiz e aqui estão faltando duas capitais que eu não*  
391 *consegui. João Pessoa e Campo Grande. O evento ocorre em 1 e 2, o CNAS já foi convidado pela*  
392 *via do senhor presidente, mas vai chegar um convite formal ainda hoje porque a programação está*  
393 *sendo fechada hoje". A Conselheira Maria da Conceição falou sobre o reconhecimento pelo*  
394 *Conselho das necessidade especial das pessoas com deficiência intelectual e física, e permitia o*  
395 *acompanhamento, a participação e a discussão em Plenário e Grupo. A Conselheira Maria Dolores*  
396 *concordou com essa situação, com a invisibilidade da necessidade da pessoa com deficiência*  
397 *intelectual, com o representante solicitando a oportunidade de sentar-se à mesa para traduzir para o*  
398 *segmento os textos mais difíceis sobre o reconhecimento da sua necessidade de complementação. O*  
399 *Presidente ressaltou, que como era praxe do CNAS, em relação ao seu movimento em favor da*  
400 *pessoas com deficiência, essa moção seria aprovada. O Conselheiro Sérgio Wanderly falou sobre a*  
401 *Oficina Nacional do Programa Brasil Sem Miséria, com encontro com a Ministra Thereza Campelo*  
402 *e todos os Secretários Nacionais, no dia 15, falando sobre sua importância e como o SUAS poderia*

403 contribuir. Informou organizariam os encontros regionais do CONGEMAS preparando para o  
404 nacional, solicitando o apoio da Conselheira Simone, com o DGSUAS pegando um tema,  
405 informando que conforme fossem acontecendo, traria as informações para o CNAS. A Conselheira  
406 Leila reforçar a importância da fala da Conselheira Conceição, com a Plenária acatando de imediato  
407 e a acompanhante já estivesse à mesa junto à Conselheira, com o Conselheiro Clodoaldo unindo-se  
408 a esse pedido. O Presidente manifestou que essa solicitação já estava acatada pelo Pleno. **Relato da**  
409 **CIT.** O Conselheiro Saidel informou que a reunião da CIT que estava marcada na primeira semana  
410 de agosto, havia sido transferida para dia 30 junto com a reunião ordinária que seria dia 31, com  
411 esse Informe prorrogado para a próxima Plenária. **Informe dos Conselheiros.** A Conselheira  
412 Márcia Mansur discorreu sobre a política de enfrentamento ao crack e outras drogas, com a  
413 participação de vários Ministérios e com algumas questões que o Conselho Federal de Psicologia  
414 vinha se posicionando a respeito desta temática. Falou sobre a quase exclusividade que o governo  
415 vinha dando para as comunidades terapêuticas e a internação compulsória de crianças e  
416 adolescentes, ocorridas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com o CFP se manifestando contra essas  
417 duas ações, falando sobre como essa proposta deveria ser construída. Falou sobre a conversa com  
418 alguns Ministros e entre eles o Ministro Gilberto Carvalho colocando algumas questões sérias a  
419 respeito das comunidades terapêuticas, com essa conversa rendendo bons resultados e parecendo  
420 que a presidente Dilma receberia esse grupo para ouvir suas propostas. Informou que o CFP havia  
421 feito um manifesto, passando para o Pleno e promovendo sua divulgação, contra essa política de  
422 segregação e a favor de uma política mais inclusiva, que potencializasse a rede de atendimento e  
423 que desse este suporte integral, inclusive considerando o acesso aos outros direitos sociais a esse  
424 usuário. Informou ter um site onde estavam sendo colhidas assinaturas de apoio a esse manifesto,  
425 solicitando registro desse pedido. A Conselheira Marisa informou sua participação na Conferência  
426 Municipal de Porto Velho e na de Macapá, relatando o que havia acontecido nas mesmas e o que  
427 seria preciso para dar a conhecer a resolução e as responsabilidades e ações do CNAS. Observou  
428 ter sido positivo sua participação nesses eventos por verificar essas fragilidades e poder apontar a  
429 suas resoluções. O Presidente referiu-se ao tempo disponível, pedindo aos Conselheiros que não se  
430 estendessem nos seus relatos. A Conselheira Eutália indagou se todos os Conselheiros que  
431 representaram o CNAS nas Conferências estavam inscritos para falar. O Presidente relatou sua  
432 participação em três Conferências, Recife, 21 e 22 de julho, Belo Horizonte 29 e 30 de julho, e Rio  
433 de Janeiro, 4 e 5 de agosto., falando sobre o que havia acontecido em cada evento, a mobilização  
434 dos trabalhadores, a Resolução nº 17 e a participação dos usuários. O Conselheiro Carlos Rogério  
435 informou que sua entidade na semana passada havia realizado seu primeiro Seminário de  
436 Seguridade Social, com o tema “Seguridade Social para um Projeto de Desenvolvimento com a  
437 Valorização do Trabalho”, discorrendo sobre os temas tratados. Informou que proximamente traria  
438 a publicação desse evento para conhecimento dos Conselheiros. O Conselheiro Frederico falou  
439 sobre sua representação na Conferência Municipal de Curitiba, dias 3 e 4 de agosto, dizendo da  
440 importância das autoridades presentes e dos temas tratados no evento. Solidarizou-se com a  
441 Conselheira do CFP, no tocante aos usuários de drogas no Brasil, principalmente quanto às  
442 comunidades terapêuticas, falando sobre suas ações e desconhecimento da legislação. Indicou que  
443 no dia 11 de agosto, a Federação Nacional dos Psicólogos, com sindicatos e outras entidades de  
444 psicologia, entre eles o Conselho Federal de Psicologia, tiveram uma audiência na comissão de  
445 assuntos sociais do senado, onde estavam lutando pelo PL 150/09, que era a busca das 30 horas para  
446 o profissional de psicologia, relatando como havia sido esse encontro. Prosseguindo, informou que  
447 o Sindicato dos Psicólogos de Pernambuco, na segunda quinzena do mês de julho, percorreram o  
448 sertão e agreste do estado em caravana, e cujo resultado apresentaria na próxima reunião. O

449 Conselheiro José Araujo informou a visita da Sra. Neiva, representante da Pastoral da Pessoa Idosa  
450 no Fórum Nacional de Assistência Social. Falou sobre a Conferência de Vitória, nos dias 28 e 29 de  
451 julho, falando como havia se desenrolado esse evento. Observou a grande presença dos  
452 trabalhadores, os quais haviam usado vagas do governo, com a Conselheira Eutália podendo  
453 explicar essa situação. O Conselheiro Clodoaldo relatou a participação em evento realizado em São  
454 Paulo, dia 2 de agosto, sobre a pessoa com deficiência e a política pública de Assistência Social,  
455 com a presença do Presidente. Que nesse evento havia sido gerado um documento para subsidiar a  
456 oficina realizada pelo CNAS no dia 10 de agosto, onde se havia discutido os incisos da LOAS que  
457 tratavam da habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e sem inclusão na vida  
458 comunitária. A Conselheira Jane agradeceu a oportunidade e falou sobre sua participação na  
459 Conferência Municipal de Divisa Nova, primeira Conferência realizada no município, falando sobre  
460 o que havia sido tratado no mesmo. Destacou que sua passagem havia sido marcada para o segundo  
461 dia do evento, sendo interessante que em outra oportunidade pudesse participar desde o primeiro  
462 dia. O Conselheiro Clodoaldo complementou que o evento realizado em São Paulo havia sido  
463 desenvolvido pela Federação Nacional das AVAPES. O Conselheiro Wagner relatou sua  
464 participação na 9ª Conferência Municipal de Campo Grande, no mês passado, falando como o  
465 evento havia transcorrido, os assuntos tratados e a entrega do material da organização que  
466 representava, Fundação Orsa, em CD-Room, chamado “Kit Respeitar” que trabalhava com o  
467 enfrentamento à violência à criança e ao adolescente. A Conselheira Leila relatou a participação na  
468 9ª Conferência de Florianópolis, dia 20 e 21 de julho, os assuntos abordados, os participantes e a  
469 preocupação com a consolidação dos CRAS e os CREAS e a estrutura básica da Assistência Social  
470 e a da rede especial. A Conselheira Simone falou sobre a participação do MDS de todas as  
471 Conferências, tanto de capitais como de municípios, falando sobre sua participação nas  
472 Conferências, onde o CNAS havia feito com que os gestores incorporassem o tema desses eventos  
473 no sentido de trazer para si a responsabilidade da discussão do tema acerca dos trabalhadores, e sua  
474 importância para o SUAS. Falou sobre essa importância, os temas tratados, bem como a relação  
475 entre usuários e trabalhadores e o significado do trabalho, além dos demais assuntos trazidos. Falou  
476 sobre a mostra apresentada na Conferência Municipal de Assistência de Belo Horizonte, com  
477 trabalhos coletados por uma artista plástica nas várias oficinas e grupos realizados nos serviços  
478 socioassistenciais no país todo, sugerindo que a mesma viesse para o CNAS e também fosse vista  
479 pelo Brasil. A Conselheira Simone indicou que essa Conferência seria muito importante,  
480 considerando a comemoração pela sanção do PL SUAS., trazendo para esses eventos um caráter  
481 muito importante e democrático. O Conselheiro José Geraldo informou, para os participantes da  
482 reunião da Comissão de Financiamento, a aprovação da expansão no âmbito da GEO, solicitada  
483 pelo MDS, no valor de R\$ 4,621 bilhões. A Conselheira Maria Aparecida informou sua participação  
484 em duas Conferências Municipais, Maceió e Natal, falando sobre as mesmas, sentindo a falta dos  
485 usuários e profusão de representação de trabalhadores, o que poderia comprometer a paridade da  
486 Conferência, ademais de outras questões que havia observado, registrando suas observações no  
487 sentido de aprimorar sua atuação enquanto Conselheiros, e ajudar os Conselhos Estaduais e  
488 Municipais. A Conselheira Eutália informou a participação da Conselheira Célia na Conferência de  
489 Vitória, São Luiz e Rio Branco, que não estava presente, colocando suas impressões sobre os  
490 encontros e os temas tratados em cada um dos mesmos. O Conselheiro Renato Saidel falou sobre a  
491 Conferência no Rio Grande do Sul, que havia sido suspensa por falta de condições; a Conferência  
492 em Itararé; Conferência em Guarulhos, no dia 26 de julho; João Pessoa, na Paraíba, destacando a  
493 participação dos usuários, e de alguns coletivos do PROJOVEM adolescente, explanando como  
494 havia sido esse evento. O Conselheiro José Crus informou sua representação do CNAS em

495 Teresina, Aracaju e Salvador, com Conferências, bastante expressivas, com grande participação de  
496 usuários da Assistência Social, ressaltando a presença de prefeitos e parlamentares, com a do  
497 presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social em Salvador. Registrou duas  
498 inquietações, a primeira relativa ao fato de que os próprios trabalhadores da área com a relação com  
499 os benefícios socioassistenciais, Bolsa Família e BPC, sugerindo fosse convocada a Comissão de  
500 Acompanhamento de Benefícios e transferência de renda instituída pelo CNAS para que se  
501 posicionasse, com os Conselheiros indo às Conferências Nacionais como uma posição desse  
502 Conselho. Que a outra questão se referia à falta de acessibilidade em Aracaju e Salvador, questão  
503 que deveria ser discutida como direito e sempre se fazendo maiores campanhas e discutir  
504 acessibilidade como direito. Colocou a questão de quem eram os trabalhadores da área, tratada nas  
505 três Conferências, dizendo do posicionamento desse Conselho, mas sugerindo que a bancada dos  
506 trabalhadores pudesse fazer esse debate, com o CNAS devendo adotar uma posição e orientar os  
507 demais Conselhos. Concluindo, o Conselheiro José Crus registrou a importância de o Presidente  
508 comunicar a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de  
509 Renda, que reforçou a fala da Conselheira Simone e também seria tratado no Relato da Presidência  
510 Ampliada. O Conselheiro José Araujo complementou seu relato, informando a participação na  
511 Conferência em Pinhais, município próximo a Curitiba. Registrou, com pesar, o veto da presidente  
512 Dilma com relação ao reajuste dos trabalhadores aposentados nos mesmos níveis do reajuste do  
513 salário mínimo, falando sobre essa situação, feita no PAA de 2012/2015, e esse arrastando por  
514 quatro anos, com um grande prejuízo para as famílias de baixa renda. A Conselheira Jane sugeriu se  
515 pensar em o CNAS fazer um encaminhamento sobre o assunto, com o Presidente concordando e  
516 sugerindo trazer ao Pleno alguma sugestão. O Conselheiro Samuel informou sua participação na  
517 Conferência Municipal de Jussara, em Goiás, em 8 de agosto de 2011, indicando como havia se  
518 realizado esse evento. Registrou que Jussara estava indagando sobre a possibilidade de ter algum  
519 registro dessa Conferência registrada no site. Informou, também, sua participação na Conferência  
520 de Maripotaba, destacando o empenho da Conselheira Estadual de Goiás, para assegurar a  
521 participação nas Conferências Municipais. A Conselheira Simone informou, também, o trabalho do  
522 presidente do Conselho Estadual de São Paulo para fazer uma bela Conferência no estado. O  
523 Conselheiro Pasquini manifestou sua preocupação em não ter participado das Conferências  
524 Municipais, apenas das Estaduais, conforme definido pelo CNAS, discorrendo sobre a questão da  
525 acessibilidade e onde não havia sido proporcionada, indagando se não fariam nenhuma cobrança  
526 desses órgãos. O Presidente cumprimentou essa fala, com essa questão sendo uma grande  
527 inquietação da Comissão Organizadora, necessitando uma parceria estratégica de todos para vencer  
528 essa questão, informando e produzindo material sobre o assunto, criando-se algum tipo de sanção,  
529 de manifestação sobre o assunto. Destacou a assinatura do Decreto 5.296, em 2004, pelo Presidente  
530 Lula, sendo inadmissível em uma Conferência não ter acesso ao palco e outras dependências,  
531 precisando identificar estratégias para evitar esse problema e que isso passasse a ser uma praxe mais  
532 incisiva desse Conselho. A Conselheira Maria Auxiliadora informou ter mandado um e-mail ao  
533 CNAS para que apoiassem em relação ao acesso ao site do MDS, falando sobre a falta de legenda,  
534 não tendo resposta sobre sua solicitação, sendo falta de acessibilidade dentro do site. A Conselheira  
535 Marlene falou sobre o dia nacional de luta pelas trinta horas, falando sobre seu não cumprimento,  
536 solicitando ao CNAS que trouxesse o assunto, por fazer parte do que defendiam das condições de  
537 trabalho dos trabalhadores do SUAS, assunto que aparecia também nas Conferências Municipais e  
538 Estaduais. Destacou que haviam várias frentes de luta dentro do Conselho Federal e do conjunto  
539 CFESS contra a internação compulsória em São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares.  
540 Prosseguindo, informou a audiência com a Ministra Maria do Rosário, onde havia sido discutido o

541 depoimento sem dano, com a presença do CFP e falando sobre as manifestações realizadas. Falou  
542 sobre o projeto piloto que estava sendo instalado em São Paulo para que os CREAS tivessem uma  
543 sala de colhida do depoimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, querendo  
544 pautar essa discussão, discorrendo sobre essa questão. O Presidente sugeriu que o assunto fosse  
545 encaminhado para a Comissão de Política imediatamente, para que fosse pautado, sendo de  
546 importância. A Conselheira Márcia informou que o CFP também compartilhava com essa posição  
547 do CFESS, sendo que apesar de que tiraram como acompanhamento acompanhar e monitorar o  
548 projeto de São Paulo, estado que havia aberto para essa conversação, com o material feito pelo CFP  
549 e CFESS podendo ser divulgado, por ser uma questão séria e que não conseguia ser discutida pelo  
550 CONANDA e pelo Fórum da Criança e do Adolescente, porque se achava que era um avanço na  
551 defesa de direitos ter conseguido um depoimento sem dano, mas que ainda prejudicava a criança e  
552 adolescente, e não estavam conseguindo pautar no CONANDA, onde essa discussão deveria ser  
553 feita. O Conselheiro José Geraldo referiu-se ao assunto já abordado anteriormente, juntamente com  
554 o Conselheiro Pasquini, sobre horário, com a pauta de setembro sendo bastante densa e que no  
555 período da manhã desse dia havia em Plenário 4 a 5 Conselheiros, solicitando que refletissem sobre  
556 o assunto. O Presidente agradeceu o apoio, concordando com essa fala. A Conselheira Eutália como  
557 **encaminhamento**, sobre o tema colocado pelo CFESS e CFP, que existiam vários materiais  
558 produzidos, estando na gestão do CFESS quando esse assunto havia sido pautado, inclusive com  
559 material produzido pela professora Jussimeire, devendo solicitar esse material para subsidiar o  
560 debate na Comissão de Política. **ENCERRAMENTO**. A Conselheira Fátima sugeriu, considerando  
561 a pauta, que voltassem às 13h30min, com o apoio do Presidente. **ABERTURA**. Reiniciando a  
562 reunião, o Presidente solicitou a verificação de quorum pela Secretária-Executiva: Conselheiros  
563 Titulares e na Titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula; Conselheira Simone  
564 Aparecida Albuquerque, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheira Fátima Rampim,  
565 Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo  
566 de Lima Leite; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari;  
567 Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Frederico Jorge de Sousa Leite; Conselheiro Carlos  
568 Rogério de Carvalho Nunes; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana. Conselheiros Suplentes:  
569 Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Renato Saidel  
570 Coelho; Conselheira Leila Pizzatto; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Conselheiro  
571 José Araújo da Silva; Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos; Conselheira Jane Pereira  
572 Clemente; e, Conselheira Márcia Mansur. Manifestando questão de ordem, o Conselheiro Pasquini  
573 informou o lançamento do livro da ex-Conselheira Thaís e sua relação com o Cão guia Boris,  
574 solicitando o registro desse convite e manifestação de agradecimento do CNAS pela sua  
575 participação e, se possível fazer esse lançamento no próprio Conselho. O Presidente indicou o  
576 **encaminhamento**: oficializar os cumprimentos à Conselheira Thaís e o interesse que viesse  
577 apresentar seu trabalho, indagando se todos concordavam. **Item Relato do GT que discute as**  
578 **alíneas “c” e “d” do inciso I do art. 2º da LOAS**. O Conselheiro Wagner informou serem três  
579 relatos, iniciando com o primeiro do dia 15 de julho, das 10h às 18h. Local: Sala 108, CNAS -  
580 Esplanada dos Ministérios, Bloco F - Anexo, Ala A. “*Conselheiros do GT presentes: Ana Carolina*  
581 *Barros Pinheiro Carrenho (Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil); Clodoaldo de*  
582 *Lima Leite (Federação Espírita Brasileira); Leila Pizzato (Associação Antônio Vieira); Marisa*  
583 *Rodrigues da Silva (Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social); Simone*  
584 *Aparecida Albuquerque (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS); Eutália Barbosa*  
585 *Rodrigues (Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social). Ausência Justificada*  
586 *dos Conselheiros: Wagner Carneiro de Santana (Fundação Orsa); Renato Francisco dos Santos*

587 Paula (Secretaria Nacional de Assistência Social/MDS). Participação do Presidente do Conselho:  
588 Carlos Eduardo Ferrari (Federação Nacional das Associações para Valorização das Pessoas com  
589 Deficiência). **Convidados:** Carolina Gabas Stuchi - Diretora do Departamento da Rede  
590 Socioassistencial Privada do SUAS; Ana Paula Gonçalves - Coordenadora-Geral de  
591 Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS. Ouvintes: Alessandra L. Gadioli -  
592 Assessora DRSP/SNAS/MDS; Lilian Moreira Costa - Assessora Técnica DRSP/SNAS/MDS;  
593 Amanda A. Silva - Assessora Técnica DRSP/SNAS/MDS; Gerson Pacheco - Fundo Cristão para  
594 Crianças; Celso Fernandes - Diretor Executivo da Visão Mundial; James Pinheiro - Procurador-  
595 Geral da KNH Brasil; **Apoio:** Ariane de Almeida Rodrigues; Dialuana Larissa Loup; Ezidênio  
596 Pereira da Silva; Letícia Mendes. Verificado o quórum deu-se início à reunião. 1. Coordenação da  
597 reunião: Diante da ausência do Coordenador e do respectivo adjunto, os membros do GT  
598 escolheram o Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite para assumir as funções da coordenação na  
599 reunião, em atenção ao §40 do art. 38 do Regimento Interno. 2. Organização da oficina com as  
600 entidades: Colaboradores (relatoria): Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Lea Lúcia  
601 Cecílio Braga (SNAS). Colaboradores (facilitadoras): Rosângela Dias Oliveira da Paz (PUC-SP);  
602 Neiri Bruno Chiachio (PUC-SP). Apoio: Secretaria-Executiva do CNAS. Oficina de Discussão  
603 sobre a Caracterização das Entidades de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos.  
604 Programação. Local: Auditório do Subsolo do Bloco A, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF.  
605 Data: 9 de agosto de 2011. Horário: das 9h às 19h. Ementa: Apresentar o trabalho do GT e obter  
606 contribuições para subsidiá-lo na caracterização das entidades de assessoramento e de defesa e  
607 garantia de direitos. 9 às 9:15h: Mesa de Abertura: Wagner Carneiro Santana - Conselheiro do  
608 CNAS representante da Fundação Orsa (apresentar o propósito do GT: resgatar o histórico a  
609 justificativa do GT); Carlos Eduardo Ferrari - Presidente do CNAS; Denise Colin - Secretária  
610 Nacional de Assistência Social; 9:15 às 10h30min: Concepção do assessoramento e da defesa e  
611 garantia de direitos (apresentar o conceito do que é caracterização; ressaltar o porque da escolha  
612 da caracterização e não tipificação, destacar que é um campo de atuação específico da Sociedade  
613 Civil); Rosângela Dias Oliveira da Paz - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade  
614 Católica de São Paulo; Leila Pizzato - Conselheira do CNAS representante da Associação Antônio  
615 Vieira. 10:30 às 13:00h: Debate. Coordenação: Eutália Barbosa Rodrigues - Conselheira do  
616 CNAS representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 13:00 às  
617 14:30h: Almoço. 14:30 às 16:00h: Apresentação dos trabalhos do GT (apresentar a matriz de  
618 caracterização e os resultados da Consulta Pública): Renato Francisco dos Santos Paula -  
619 Conselheiro do CNAS representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;  
620 Neiri Bruno Chiachio - Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São  
621 Paulo. 16:00 às 19:00h: Debate - Coordenação: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho -  
622 Conselheira do CNAS representante da Ordem dos Advogados do Brasil. 19:00h: **Encerramento.**  
623 Wagner Carneiro Santana - Conselheiro do CNAS representante da Fundação Orsa. 3. Continuar  
624 a discussão da matriz e analisar o consolidado com os resultados da consulta pública: A Sra.  
625 Carolina Stuchi, Diretora do DRSP, apresentou a análise qualitativa, elaborada pela SAGI, dos  
626 dados da consulta pública. Encaminhamentos: 3.1. Enviar memorando ao Rafael (SAGI)  
627 agradecendo a colaboração na análise da consulta pública. 3.2. Solicitar ao DRSP que inclua  
628 dados sobre a territorialidade (UF), na análise da consulta pública. 3.3. O resultado da discussão  
629 da matriz se encontra anexo. 4. Elaborar uma proposta de alteração de redação do § 3º do art. 4º  
630 da Resolução nº 16/2010, que dispõe: Art. 4º... § 3º. As entidades ou organizações de assistência  
631 social que atuem na defesa e garantia de direitos e/ou assessoramento deverão inscrever-se no  
632 Conselho de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal indicado como sendo de sua

633 sede no estatuto social. Encaminhamento: 4.1. As Conselheiras Leila Pizzato e Ana Carolina  
634 Barros Pinheiro Carrenho se comprometeram a apresentar uma proposta de redação. 5. Novo  
635 calendário. Data. 08/08. Reunião do GT para estudo da Matriz de assessoramento e defesa e  
636 garantia de direitos e finalização da preparação da Oficina. 09/08. Oficina de Discussão da  
637 Caracterização das ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos conforme Decreto n°  
638 6.308/2007. 15/08. Reunião do GT para discussão e sistematização dos resultados da Oficina.  
639 12/09\*: Manhã: Reunião do GT para elaboração da minuta de resolução de caracterização das  
640 áreas de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Tarde: Reunião conjunta com o GT dos  
641 incisivos III e IV do Art. 2° da LOAS. 14 e 15/09. Apresentação do resultado do GT na plenária do  
642 CNAS com minuta de resolução. Data alterada de 19/08 para 12/09, na reunião plenária do dia  
643 13/07. Minuta. Caracterização de Entidades de Assessoramento e Defesa e Garantia de Direitos -  
644 matriz assessoramento e defesa e garantia de direitos. A atual proposta de matriz trouxe: a  
645 separação entre a atividade de público alvo; a fusão do assessoramento e da defesa e garantia de  
646 direitos, pois a consulta pública identificou que as entidades não separam essas duas atividades em  
647 sua atuação.” A seguir, a Conselheira Maria Aparecida procedeu à leitura da matriz: “**Atividades.**  
648 Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro. **Objetivos:** fortalecer a participação,  
649 autonomia e protagonismo de movimentos sociais, organizações e grupos populares e de usuários.  
650 Identificar potencialidades de lideranças locais por meio de articulação dos movimentos sociais  
651 com a política de Assistência Social. Mobilizar e organizar grupos de liderança. Subsidiar a  
652 intervenção nas instâncias e espaços de participação. O GT discutiu a importância de separar o  
653 campo dos usuários e movimentos populares do campo das entidades e qualificá-los. Não houve um  
654 consenso sobre a redação adequada. “Qualificar a rede de entidades do SUAS, prestar apoio  
655 institucional à entidades, fomentar a captação de financiamento para entidades menores, apoiar as  
656 entidades na qualificação para a sua atuação na PNAS. Fortalecer a participação, autonomia e  
657 protagonismo de movimentos sociais, organizações de Assistência Social e grupos populares e de  
658 usuários. Para esta atividade, com estes objetivos, o público alvo prioritariamente são grupos de  
659 usuários, movimentos sociais sob diversas formas de organização, e população em geral, direitos  
660 coletivos e difusos. O GT acordou pela definição de um público para o assessoramento e a defesa e  
661 garantia de direitos, e não por atividade. Pontos importantes, contemplar o que a LOAS e o  
662 Decreto colocam, reforçar a natureza coletiva para as organizações de usuários e movimentos de  
663 conselhos. Observar que o que o assessoramento pode propiciar às organizações de usuários.  
664 Recuperar o que foi construído pelo CNAS. Os grupos organizados não precisam de constituição  
665 jurídica, e pensar na inclusão das organizações de assistência social. **Atividades.** Sistematização e  
666 Disseminação de Projetos Inovadores de Inclusão Cidadã, apresentando soluções alternativas para  
667 enfrentamento da pobreza serem incorporados nas políticas públicas, os objetivos são fomentar e  
668 apoiar projetos de inclusão cidadã com vistas ao desenvolvimento social e econômico nos  
669 territórios, com base no diagnóstico sócio-territorial do plano de assistência social dos municípios  
670 e do DF. Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades e do desenvolvimento  
671 de cadeias produtivas, organizativas de redes de empreendimentos e à geração de renda. **O**  
672 **objetivo:** favorecer a inserção no mundo do trabalho por meio da identificação de potencialidades  
673 do território, desde o planejamento e estruturação, monitoramento e avaliação das ações de  
674 inclusão produtiva, e âmbito local, e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e  
675 renda, potencializando o desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de auto-gestão  
676 na perspectiva da economia solidária. **Atividade:** produz e socializa estudos e pesquisas que  
677 ampliam o conhecimento da sociedade, e dos cidadãos e cidadãs sobre seus direitos de cidadania.  
678 **Objetivos:** ampliar noções sobre a política de Assistência Social. **Atividade:** formação sócio-



679 profissional, e promoção do acesso a meios, recursos e metodologias, direcionados ao  
680 fortalecimento de vínculos comunitários. **Objetivo:** viabilizar o acesso a meios, recursos e  
681 metodologias direcionadas ao fortalecimento de ações coletivas por meio de capacitação sócio-  
682 profissional não ofertada, para levar em consideração aqui, pelo sistema educacional, pela rede  
683 socioassistencial, e que não constitua o exercício de ofício/ocupação. **Atividade:** promoção da  
684 defesa de direitos já estabelecidos, através das distintas formas de ação e reivindicação na esfera  
685 política, no contexto da sociedade, objetivos, articulando com órgãos públicos de defesa de  
686 direitos, como o Ministério Público, ouvidoria e defensoria pública, entre outros a serem definidos  
687 em audiência anual promovida pelo CEMAS e, CAS/DF, com as entidades de defesa de direitos de  
688 acordo com a resolução CNAS nº 16/2010. A senhora Carolina Stuchi sugeriu tratar deste objetivo  
689 como uma orientação geral no corpo da Resolução, que terá a matriz como anexo. O GT indicou  
690 que este objetivo restringe a atividade. **A atividade** reivindica substituir desta palavra a  
691 constituição de novos direitos fundados de novos conhecimentos e padrão de atuação reconhecidos  
692 nacional e internacionalmente. **Objetivos:** articular com órgãos do poder legislativo direitos como,  
693 Ministério Público, Ouvidorias, Defensoria Pública, entre outros, a serem definidos em audiência  
694 anual promovida pelo CEMAS e CAS/DF com as entidades de defesa de direitos, de acordo com a  
695 Resolução CNAS 16/2010. *Idem*, em relação ao item anterior. **Atividades,** formação política cidadã  
696 voltada para, prioritariamente, para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações  
697 de usuários, formação e capacitação de liderança de grupos populares, incluindo a capacitação de  
698 conselheiros, dirigidos ao público de assistência social aos assuntos referentes a sua expertise.  
699 **Outra atividade:** O GT decidiu que deverá ser incluído na resolução que terá a matriz como anexo,  
700 um parágrafo sobre a atuação das entidades no apoio à capacitação do gestor e trabalhador da  
701 assistência nas temáticas afetas à defesa e garantia de direitos em sua área de expertise. Também  
702 deverão ser definidos os parâmetros para caracterizar a expertise da entidade. Disposições  
703 estatutárias, históricos, composição da diretoria, materiais produzidos e etc. **Os objetivos:** a  
704 capacitação do público alvo da assistência é uma prioridade das entidades em sua área. **Outra**  
705 **atividade,** monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social e do orçamento e execução  
706 orçamentária. Não temos nenhum objetivo, o público alvo foi lido e diz respeito a todas as  
707 atividades, e o impacto social esperado também diz respeito a todas elas. Fortalecimento da  
708 cidadania e da democracia participativa. Qualificação da intervenção dos sujeitos nos espaços de  
709 participação democrática como o conselho gestor, comissões locais, conferências, fóruns,  
710 audiências públicas, entre outros. Garantia de direitos por meio das ofertas da rede privada e do  
711 SUAS, ampliando o acesso à proteção social. Melhoria da qualidade dos serviços ofertados pela  
712 rede socioassistencial. Afirmação de ações que viabilizem o desenvolvimento local e regional.  
713 Ampliação da capacidade produtiva dos grupos e comunidades, e fomento de redes de produção  
714 solidária. Oportunizar acesso à tecnologias inovadoras. Promoção da intersetorialidade.  
715 Qualificação e ampliação do acesso a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.  
716 Ampliação dos conhecimentos produzidos junto aos diferentes atores da política de assistência,  
717 usuários, gestores e técnicos, com redes socioassistenciais e população em geral. O GT acordou  
718 pela definição do impacto social esperado para o assessoramento, defesa e garantia de direitos, e  
719 não por atividade. Outros pontos importantes para a construção da matriz”. O Conselheiro  
720 Wagner prosseguiu, indicando “Separar o que são características do que são formas de prestar,  
721 aqui, o assessoramento, defesa de direito, deixando na matriz apenas as características, pois há  
722 preocupação em não engessar o protagonismo da Sociedade Civil. Aí tem aqui atrás agora. Todas  
723 as atividades da resolução nº 191/2006 deverão ser contempladas na matriz, outros pontos  
724 importantes para a construção da resolução: destacar a articulação para a qualificação do

725 *atendimento e da rede, tratar com a integração da rede e o plano de ação com o âmbito territorial*  
726 *de atuação da entidade, reforçar as territorialidades, tratar da audiência pública prevista na*  
727 *resolução 16/2010, destacar a importância das entidades para o fortalecimento do controle social e*  
728 *para a formação de usuários e organizações capazes de exercerem participação qualificada na*  
729 *política de assistência social. Pensar na forma de acesso geral, pois o encaminhamento pelo órgão*  
730 *gestor é restritivo”. Informou ser o primeiro relato da reunião do dia 15 de julho, indicando o*  
731 *segundo relato do dia 08 de agosto. O Presidente informou que o mesmo não havia sido entregue,*  
732 *sugerindo que fossem entregues todos juntos, tendo outra matriz mais atualizada e discutindo sobre*  
733 *a mesma, com o Conselheiro Wagner informando ter sido entregue com algumas alterações a serem*  
734 *realizadas: “Reunião do dia 08 de agosto, das 9:30 às 19:45. CNAS, bloco F. Membros do GT*  
735 *presentes: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho (Conselho Federal da OAB); Clodoaldo de*  
736 *Lima Leite (Federação Espírita Brasileira); Eutália Barbosa Rodrigues (Secretaria Nacional de*  
737 *Assistência Social.); Leila Pizzato (Associação Antônio Vieira); Renato Francisco dos Santos*  
738 *Paula (Secretaria Nacional de Assistência Social); Wagner Carneiro de Santana (Fundação Orsa);*  
739 **Ausência Justificada dos Conselheiros:** *Simone Aparecida Albuquerque (Secretaria Nacional de*  
740 *Assistência Social) Marisa Rodrigues da Silva (Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de*  
741 *Assistência Social). Convidados: Neire Bruno Chiachio; Carolina Gabas Stuchi — Diretora do*  
742 *Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS; Ana Paula Gonçalves —*  
743 *Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Rede Socioassistencial Privada. Ouvintes: Carlos*  
744 *Eduardo Ferrari - Presidente do CNAS; Jane Pereira Clemente - Conselheira Nacional -*  
745 *FENATIBREF; Alessandra L. Gadioli - Assessora DRSP/SNAS/MDS; Lilian Moreira Costa -*  
746 *Assessora Técnica DRSP/SNAS/MD; Amanda A. Silva - Assessora Técnica DRSP/SNAS/MDS;*  
747 *Gerson Pacheco - Fundo Cristão para Crianças; Susete Cardoso - Compassion Brasil; James*  
748 *Pinheiro - Procurador-Geral da KNH Brasil. Apoio: Christianne Camargo Menezes; Dialuana*  
749 *Larissa Loup; Maria de Fátima Teixeira de Souza. Verificado o quórum, deu-se início à reunião.*  
750 **1.Assunto.** *proposta de alteração da redação do §3º do art. 4º da resolução 16/2010, que dispõe,*  
751 *art. 4. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende da prévia*  
752 *inscrição no respectivo CMAS, ou do DF, conforme o caso. §3º. As entidades, organizações de*  
753 *assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos, e assessoramento, deverão inscrever-*  
754 *se no conselho de assistência social do município, ou no DF, indicado como sendo de sua sede no*  
755 *estatuto social. Encaminhamento: 1.1. Alterar o § 3º e incluir o §4º do art. 4º da resolução CNAS*  
756 *16/2010, conforme exposto abaixo. Minuta da Resolução em anexo. Art. 4º. O funcionamento das*  
757 *entidades e organizações de assistência social dependem da prévia inscrição no CMAS ou CEAS ou*  
758 *do DF, conforme o caso. §3º. As entidade, organização de assistência social que atuem no*  
759 *assessoramento e/ou na defesa ou garantia de direitos, deverão inscrever-se no conselho de*  
760 *assistência social do município ou do DF, onde as atividades são executadas independentemente da*  
761 *localização da sede, conforme estatuto social. §4º. As entidades que não tem preponderância na*  
762 *assistência social e que atuem no assessoramento ou defesa e garantia de direitos, deverão*  
763 *inscrever-se em seus serviços, projetos, programas, no conselho de assistência social do município*  
764 *ou do DF onde a ação executada, independentemente da localização da sede, conforme estatuto*  
765 *social. 1.2. após aprovação em plenária, retornar o assunto para comissão de conselhos para*  
766 *inclusão nas orientações para implementação da referida resolução e ampla divulgação. 2.*  
767 **Assunto.** *Finalização da preparação para a oficina. Houve a discussão dos assuntos a serem*  
768 *abordados nas oficinas, e alteração da mesa de concepção do assessoramento e da defesa e*  
769 *garantia de direitos para: resgate histórico da definição das atenções da assistência social, como*  
770 *exposto abaixo. Oficina de discussão sobre a caracterização das entidades de assessoramento e*

771 *defesa e garantia de direitos. Programação. Local. Auditório do STJ, setor de administração*  
772 *federal sul, quadra 06, lote 01, trecho 03. Data, 09 de agosto de 2011, horário, das 09 às 19.*  
773 *Ementa: apresentar o trabalho do GT e obter contribuições para subsidiá-lo na caracterização das*  
774 *entidades de assessoramento e de defesa e garantia de direitos. Relatora: Célio Morais e Léia*  
775 *Lúcia Cecílio Braga. 9 às 15, mesa de abertura: Wagner Carneiro Santana, Conselheiro do CNAS,*  
776 *representante da sociedade civil no segmento das entidades e organizações de Assistência Social -*  
777 *Fundação Orsa; Carlos Eduardo Ferrari, presidente do CNAS, Denise Colin, Secretária Nacional*  
778 *de Assistência Social. 9:15h às 10:30h. alterar o nome da mesa de concepção de assessoramento e*  
779 *da defesa e garantia de direitos para resgate histórico da definição das atenções da Assistência*  
780 *Social. Renato Francisco dos Santos Paula, conselheiro do CNAS, representante Governamental -*  
781 *MDS. Facilitadora: Neire Bruno Chiachiu. 10:30h às 13h. Debate. Coordenação. Eutália Barbosa*  
782 *Rodrigues, Conselheira do CNAS e representante governamental - MDS. 13:30h às 14:30h almoço.*  
783 *14:30h às 15:15. Apresentação dos trabalhos do GT. Leila Pizzatto, conselheira do CNAS,*  
784 *representante da sociedade civil, no segmento das entidades e organizações de assistência social -*  
785 *Associação Antônio Vieira. Apoio. Ana Paula Gonçalves - DRSP. Facilitadora: Neire Bruno*  
786 *Chiachiu. 15:15 às 19h, debate. Coordenação, Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho,*  
787 *Conselheira do CNAS, representante da sociedade civil no segmento dos trabalhadores da área de*  
788 *assistência social – OAB. Encerramento: Wagner Carneiro Santana, conselheiro do CNAS,*  
789 *representante da sociedade civil, no segmento das entidades e organizações de assistência social –*  
790 *Fundação ORSA. 3. Assunto. Discussão das referências para caracterização de assessoramento e*  
791 *da defesa e garantia de direitos. O GT discutiu o documento: referências para caracterização do*  
792 *assessoramento e da defesa e garantia de direitos na política de assistência social, e acordou que*  
793 *na oficina não seria apresentada a coluna ‘impacto social esperado’, posto que não houve tempo*  
794 *hábil na reunião para discussão das propostas de alteração de texto trazidas pelo departamento da*  
795 *rede socioassistencial privada do SUAS referente ao assunto. Wagner Carneiro Santana,*  
796 *Coordenador do GT.” Minuta: “Minuta de Resolução. Resolução nº xx, de xx de agosto de 2011.*  
797 *Altera o § 3º e inclui o § 4º no art. 4 da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, que define os*  
798 *parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem*  
799 *como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de*  
800 *Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. O conselho nacional de assistência social*  
801 *- CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 16 a 18 de agosto de 2011, no uso das*  
802 *competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei*  
803 *Orgânica da Assistência Social — LOAS, Resolve: Art. 1º Alterar o § 3º e incluir o § 4º no art. 4º*  
804 *da Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010, publicada na Seção 1, página 66 do Diário*  
805 *Oficial da União de 19 de maio de 2010, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º.*  
806 *§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem no assessoramento e ou na*  
807 *defesa e garantia de direitos deverão inscrever-se no Conselho de Assistência Social do Município*  
808 *ou do Distrito Federal onde as atividades são executadas independentemente da localização da*  
809 *sede, conforme estatuto social. § 4º As entidades que não tem preponderância na assistência social*  
810 *e que atuem no assessoramento e ou na defesa e garantia de direitos deverão inscrever seu serviço,*  
811 *projeto, programa no Conselho de Assistência Social do Município ou do Distrito Federal onde a*  
812 *ação é executada, independentemente da localização da sede, conforme estatuto social. Art. 2º Esta*  
813 *Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari - Presidente do*  
814 *CNAS.” O Conselheiro Wagner passou à leitura do último relato. “Reunião do GT instituído pela*  
815 *resolução do CNAS 38/2010. Data: 15 de agosto das 10 às 18 horas no CNAS. Conselheiros*  
816 *presentes: Clodoaldo de Lima Leite - Federação Espírita Brasileira; Eutália Barbosa Rodrigues-*

817 SNAS; Leila Pizzatto - Associação Antônio Vieira; Renato Francisco dos Santos Paula -  
818 SNAS/MDS; Wagner Carneiro de Santana - Fundação ORSA. **Ausência justificada dos**  
819 **conselheiros:** Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho – OAB; Simone Aparecida Albuquerque –  
820 SNAS/MDS; Marisa Rodrigues da Silva – CONGEMAS. **Convidados:** Carolina Gabbas Stuchi,  
821 diretora do DRSP do SUAS, Ana Paula Gonçalves, Coordenadora Geral de Acompanhamento da  
822 Rede Socioassistencial Privada do SUAS; Lílian Moreira Costa, Assessora Técnica do DRSP/MDS;  
823 Amanda Silva, Assessora Técnica - DRSP/SNAS/MDS. **Ouvintes:** Carlos Eduardo Ferrari -  
824 Presidente do CNAS; Felipe Bandeira - Secretário da Advocacia Marques Filho; Aurimar Pacheco  
825 - Sociedade de São Paulo. Apoio: Cristiane Camargo Menezes, Dialuana Loup; Maria de Fátima  
826 Teixeira de Sousa, Verificado o quorum deu-se início à reunião. **1. Assunto.** Discussão e  
827 sistematização dos resultados da oficina. Tendo em vista que não houve tempo hábil pela empresa  
828 responsável entregar ao CNAS a degravação da oficina que discutiu a caracterização das ações de  
829 assessoramento e de defesa e garantia de direitos, realizada no dia 09 de agosto, com 305  
830 participantes, bem como os relatores Célia Moraes e Leila Lúcia Célio Braga ainda não  
831 encaminharam seus relatórios, o GT resolveu discutir a agenda de seus trabalhos e a coluna  
832 resultados/impactos esperados, contribuir para a caracterização das ações de assessoramento e de  
833 defesa e garantia de direitos, conforme documento em anexo. **Encaminhamentos:** 1.1. Com a  
834 publicação da resolução sobre a caracterização das ações de assessoramento e de defesa e  
835 garantia de direitos, deverá ser elaborada também as orientações para implementação desta  
836 resolução, sob a responsabilidade da comissão de acompanhamento aos Conselhos de Assistência  
837 Social, como estratégia de maior divulgação do assunto, o CNAS deverá realizar a capacitação aos  
838 conselhos estaduais. 1.2. A Comissão de Acompanhamento aos Conselhos deve discutir e criar  
839 estratégias para que os conselhos estaduais de assistência social assumam seus papéis de  
840 responder aos questionamentos, dúvidas, feitos pelos CMAS, e de repassar a estes, informações e  
841 orientações. 1.3. Encaminhar para a Presidência Ampliada a recomendação de que sejam  
842 divulgados aos CEAS o calendário das ações do CNAS, visando a participação nas reuniões do  
843 CNAS para que os mesmos sintam-se partes integrantes do processo. 1.4. O GT recomenda que o  
844 CNAS articule aliança estratégica com os demais atores na perspectiva da intersectorialidade para  
845 a construção dos processos de transição a partir da nova regulamentação. 1.5. Proposta de agenda  
846 dos trabalhos do GT. Na manhã do dia 13 de setembro o GT se reúne com o GT dos incisos 3º e 4º  
847 do art. 2º da LOAS, das 9 às 12, e que as comissões de normas, financiamento e política, reúnem-se  
848 das 13 as 15, e a de conselhos das 15 às 18 horas. Calendário, data, 15 de agosto, reunião do GT  
849 para discussão e sistematização dos resultados da oficina. 12 de setembro, reunião do GT para  
850 elaboração da minuta de resolução de caracterização das áreas de assessoramento e defesa e  
851 garantias de direitos. 3 de setembro, manhã, reunião conjunta com os GTs dos incisos 3º e 4º do  
852 art. 2º da LOAS, 14 e 15 de setembro, apresentação do resultado do GT na plenária do CNAS com  
853 minuta de resolução: data alterada de 19 de agosto para 12 de setembro na reunião plenária de 13  
854 de julho. Wagner Carneiro Santana.” Informou a existência de planilha mais atualizada com a  
855 discussão de segunda-feira, solicitando sua leitura pelos membros do GT. A Conselheira Fátima  
856 Rampin procedeu ao relato: “Referências para caracterização do assessoramento e da defesa e  
857 garantia de direitos na política de Assistência Social. Assessoramento e defesa e garantia de  
858 direitos. **Atividade.** O quê? 1. Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.  
859 **Objetivo.** Para quê? Fortalecer a participação, a autonomia e protagonismo de movimentos sociais  
860 e grupos populares de usuários. B. Identificar as potencialidades, mobilizar e organizar grupos de  
861 lideranças locais por meio de sua articulação com a política de assistência social e demais  
862 políticas públicas. C. Subsidiar a intervenção nas instâncias e espaços de participação

863 democrática. D. Fortalecer e qualificar as entidades e organizações quanto ao seu planejamento,  
864 captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços,  
865 programas, projetos e benefícios socioassistenciais e para sua atuação na defesa e garantia de  
866 direitos. Público alvo. Prioritariamente grupos de organizações de usuários, movimentos sociais, e  
867 população em geral, bem como entidades com atuação preponderante ou não na área de  
868 Assistência Social. Resultados e impactos esperados. Contribuir para fortalecimento da cidadania  
869 dos usuários, qualificação da intervenção e protagonismo dos sujeitos nos espaços de participação  
870 democrática, como conselhos, comissões locais, conferências, fóruns, audiências públicas, entre  
871 outros, efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social de qualificação dos serviços,  
872 programas, projetos e benefícios ofertados pela rede socioassistencial, e fortalecimento e  
873 autonomia dos sujeitos, grupos e comunidades, por meio das redes de produção solidária, regional,  
874 local, e da utilização da tecnologias inovadoras. F. Socialização dos conhecimentos produzidos  
875 junto aos diferentes atores da política de assistência social. G. Incidência na redução da pobreza e  
876 demais vulnerabilidades e riscos sociais. **2. Atividade.** Sistematização e disseminação de projetos  
877 inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para o enfrentamento  
878 da pobreza, a serem incorporados nas políticas públicas. **Objetivo,** fomentar e apoiar projetos e de  
879 inclusão cidadã com base nas vulnerabilidades e riscos identificados no diagnóstico sócio-  
880 territorial que visem ao enfrentamento da pobreza e ao desenvolvimento social e econômico. Nota:  
881 mencionar na resolução o diagnóstico socioterritorial expresso no plano de Assistência Social.  
882 Público alvo. Grupos e organizações de usuários, movimentos sociais e população em geral.  
883 Impacto social esperado: idem, atividade um. **Três.** Estímulo ao desenvolvimento integral,  
884 sustentável, das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos, e a geração de  
885 renda. **Objetivos.** Favorecer a inserção no mundo do trabalho por meio da identificação de  
886 potencialidades do território, desde o planejamento, estruturação, monitoramento e avaliação das  
887 ações de inclusão produtiva em âmbito local, e da articulação com o sistema público do trabalho,  
888 emprego e renda. Potencializar o desenvolvimento do empreendedorismo, e da capacidade de  
889 autogestão na perspectiva da economia solidária. Impacto social esperado, idem à atividade um. 4.  
890 Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem conhecimento da sociedade sobre  
891 seus direitos de cidadania, e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos,  
892 trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social, subsidiando-os  
893 na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social. **Objetivos.** Ampliar o  
894 conhecimento público sobre a política de assistência social. Incorporar o conhecimento produzido  
895 pela sociedade sobre a defesa dos direitos de cidadania na perspectiva da intersetorialidade como  
896 referência na formação, implementação e avaliação da PNAS. C. Subsidiar a formulação,  
897 implementação e avaliação da PNAS. O GT definiu que deverá ser incluído na resolução, que terá  
898 a matriz em anexo, um parágrafo sobre a atuação das entidades no apoio à capacitação do gestor  
899 e do trabalhador da assistência social nas temáticas afetas à defesa e garantia de direitos em sua  
900 área de expertise. Público alvo. Prioritariamente grupos e organizações de usuários, movimentos  
901 sociais e população em geral, bem como gestores, trabalhadores e entidades com atuação  
902 preponderante ou não na assistência social. Impacto social esperado: idem atividade um. 5.  
903 Promoção da defesa de direitos estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação  
904 na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos  
905 públicos e privados da defesa de direitos. **Objetivos.** Fortalecer o protagonismo de usuários na  
906 defesa de seus direitos de cidadania. B. Acessar e promover direitos de cidadania estabelecidos.  
907 Público alvo. Grupos e organizações de usuários, movimentos sociais e impacto social esperado,  
908 idem atividade um. 6. Atividade seis, reivindicação da construção de novos direitos fundados em

909 *novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente. Objetivos:*  
910 *buscar o reconhecimento de novos direitos de cidadania e acesso à proteção social. Público alvo.*  
911 *Grupos e organizações de usuários, movimentos sociais e população em geral; 7. Formação*  
912 *político/cidadã de grupos populares incluindo a capacitação de conselheiros, conselheiras e*  
913 *lideranças populares. A. promover acesso a conhecimento, meios, recursos e metodologias*  
914 *direcionados ao aumento de participação social e ao fortalecimento do protagonismo dos usuários*  
915 *na reivindicação dos direitos de cidadania. Público alvo. Grupos organizações de usuários,*  
916 *movimentos sociais, conselheiros e população em geral, e impacto social esperado, idem à*  
917 *atividade um. Atividade 8. Monitoramento e avaliação da política de assistência social e do*  
918 *orçamento e execução orçamentária. Objetivos. Ampliar o acesso da população em geral, às*  
919 *informações sobre a implementação da política de assistência social, qualificar as intervenções nos*  
920 *espaços de qualificação democrática. C. Aferir se a política de assistência está em consonância*  
921 *com as demandas da sociedade. Público alvo. Grupos e associações de usuários, movimentos*  
922 *sociais e a população em geral. Impacto social esperado, idem atividade um. Outros pontos*  
923 *importantes para a construção da matriz. Separar o que são características, do que são formas de*  
924 *prestar o assessoramento e defesa e garantia de direitos, deixando apenas na matriz as*  
925 *características, pois há a preocupação em não engessar o protagonismo da sociedade civil. Todas*  
926 *as atividades da resolução 191/2005 deverão ser contempladas na matriz. Outros pontos*  
927 *importantes para a construção da resolução: destacar a articulação para a qualificação do*  
928 *atendimento e da rede. Tratar da integração com a rede e do plano de ação, fazendo a relação com*  
929 *o âmbito territorial de atuação da entidade, reforçar a territorialidade. Tratar da audiência*  
930 *pública prevista na resolução 16/2010. Destacar a importância das entidades para o*  
931 *fortalecimento do controle social e para a formação de usuários e organizações capazes de exercer*  
932 *a capacitação qualificada na PNAS. Pensar na forma de acesso geral, pois o encaminhamento pelo*  
933 *órgão gestor é restritivo. Pensar futuramente na elaboração dos indicadores da assistência social.*  
934 *Conceituar resultados e impactos.” Após a leitura dos três relatórios, o Presidente observou que*  
935 *muitos dos relatos anteriores estavam vencidos, não sabendo se precisaria voltar à primeira*  
936 *memória, indo para a última memória, colocando a necessidade de tratar da Resolução. O*  
937 *Conselheiro Wagner esclareceu que a matriz\ era apenas para socialização, por faltar receber as*  
938 *informações sistematizadas da degravação, bem como dos relatores, mas que nada impedia a*  
939 *contribuição do Pleno, com as considerações finais voltando na próxima plenária. A Conselheira*  
940 *Leila indicou que na apresentação da memória, o Presidente e os Conselheiros não ficavam como*  
941 *ouvintes. O Conselheiro José Crus, falando sobre o assunto, indagou se as entidades executavam*  
942 *também os serviços, de caráter continuado, da forma como eram concebido, ou eram programas e*  
943 *projetos que qualificavam os serviços. Se benefícios entravam e quais eram, ponderando que seus*  
944 *questionamentos eram para entender melhor. A Conselheira Simone observou que o §4º estava*  
945 *bastante confuso, falando sobre a situação e indicando parecer haver uma compreensão já formada*  
946 *no CNAS que entidades de saúde e de educação, podiam ofertar serviços, programas e projetos, que*  
947 *pelo que entendia só podiam ser de atendimento, o qual era caracterizado como serviços*  
948 *continuados. Pedindo desculpas por não estar presente à discussão, sugeriu que se retirasse essa*  
949 *resolução de pauta para melhor discussão. A Conselheira Leila destacou ter sido atividade sua e da*  
950 *Conselheira Ana Carolina esclarecer a redação do §3º do artigo 4º da Resolução 16, falando sobre o*  
951 *que o parágrafo dizia e esclarecendo essa colocação. O Conselheiro Clodoaldo sugeriu no artigo 1º,*  
952 *quando fazia referência ao artigo 4º, tratar como as entidades e organizações de Assistência Social,*  
953 *conforme a LOAS expressava, e não entidades e organizações, e no §4º, novamente citar “e*  
954 *organizações de Assistência Social que não têm preponderância na assistência e que atuem no*

955 *assessoramento*”. Observou que, conforme apontado pelo professor Edval, precisavam não apenas  
956 rever, mas sim o que estavam desenhando para o mundo das organizações da Assistência Social e  
957 suas ações pelo país. O Conselheiro Renato Saidel elogiou o papel da Comissão, considerando a  
958 dificuldade de se fazer sugestões. Resgatou o que havia sido discutido na época da Resolução 16,  
959 sobre esse artigo que estava sendo alterado, tendo que se debruçar sobre os conceitos sobre  
960 programa e projeto no campo da Assistência Social. Que para poder regulamentar a inscrição dessas  
961 entidades, havia que definir primeiro o que elas podiam ou não definir, e que estava dentro dessa  
962 matriz, sugerindo que essa matriz fosse colocada como anexo da resolução 16. A Conselheira  
963 Simone concordou com essas palavras, não podendo se dizer que não tipificariam essas entidades,  
964 estando fazendo uma regulamentação de caracterização, e ao mesmo tempo mudando uma  
965 resolução falando que as entidades de assessoramento e defesa de direitos, prestavam serviços,  
966 programas e projetos, como se estivessem tipificando. Que gostaria que várias entidades e que  
967 várias pessoas tivessem adesão ao SUAS e à Assistência Social, citando a contradição do GT e  
968 sugerindo que essa discussão fosse retirada. O Conselheiro Wagner observou que essa questão  
969 havia sido discutida na oficina realizada anteriormente, e cujas colocações ainda seriam analisadas  
970 na degravação e nos relatos, com a Resolução 16 sofrendo outra alteração, falando sobre a questão.  
971 Sugeriu que o assunto retornasse ao GT para melhores estudos, que depois encaminharia para a  
972 Comissão de Normas, para as contribuições necessárias, aguardando-se a degravação e a relatoria,  
973 para setembro apresentar um documento final com essas sugestões. Ponderou que possivelmente  
974 teriam que revogar toda a resolução 16 e fazer uma nova com todas as alterações. Após essas  
975 colocações, o Conselheiro Wagner reiterou sua sugestão de voltar ao GT, e, se fosse o caso, à  
976 Comissão de Normas, para que pudessem apresentar as minutas com as alterações no mês de  
977 setembro, prazo máximo do GT. O Presidente concordou com essas colocações, solicitando que o  
978 GT pensasse sobre o §3º, a ser alterado. A Conselheira Leila concordou que o tema fosse para a  
979 Comissão de Normas, falando sobre o fato que as ações não eram difusas, incidindo na rede  
980 socioassistencial e na vida das pessoas. Observou que no §4º não teriam que constar serviços,  
981 projetos e programas, mas somente as atividades, solicitando que o GT discutisse melhor e  
982 remetesse à Comissão de Normas, acolhendo essa proposta. A Conselheira Maria Aparecida  
983 ponderou que se o assunto voltasse para o GT, a discussão deveria se realizar nesse espaço, pois  
984 conforme havia conservado com outros Conselheiros, sobre a solicitação de um tempo maior para  
985 essa discussão sobre a resolução. O Conselheiro Pasquini também indicou ter ficado confuso, com a  
986 resolução devendo ficar clara sobre a caracterização das entidades de Assistência Social como  
987 sendo de atendimento, de assessoria e garantia de direitos. Que a resolução sobre a questão deveria  
988 ser clara para dizer quais as entidades que prestavam esse tipo de serviço, com o GT fazendo o  
989 trabalho inicial e com a Comissão de Normas ajudando nessa normatização, a qual era feita pela  
990 resolução. O Presidente destacou haver um consenso para voltar ao GT, que propunha uma  
991 alteração na pauta do dia 13, sugerindo que alterassem no dia seguinte na proposta da Presidência  
992 Ampliada, com o GT sugerindo que no primeiro dia de reunião de Comissões, esse GT estava  
993 propondo que utilizasse de parte do dia, alterando o primeiro dia de reunião de Comissões. A  
994 Conselheira Leila propôs ao coordenador do GT que não tivesse mais essa reunião conjunta na  
995 próxima pauta, ficando com o dia 12, para fazer a sistematização, porque ainda tinham que atualizar  
996 a matriz a partir das contribuições da oficina, das reuniões e degravações anteriores, ficando  
997 marcado o dia 12 e a manhã do dia 13 para conclusão desse GT. O Presidente indagou se estavam  
998 de acordo, sendo aprovado esse relato. **Item - GT Incisos III e IV do art. 2º da LOAS, Alíneas C**  
999 **e D, inciso I, art. 2º, a partir da 12.435.** A Conselheira Leila passou ao Relato: “1. Encontro com  
1000 *as Organizações Nacionais Representantes do Movimento de Pessoas com Deficiência: O encontro*

1001 realizado em Brasília no dia 10 de agosto contou com 210 participantes e teve como objetivo  
1002 dialogar com as entidades nacionais representantes do movimento de pessoas com deficiência  
1003 sobre o que cabe à assistência social no âmbito da habilitação e reabilitação das pessoas com  
1004 deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Estiveram apresentando suas  
1005 experiências e reflexões quanto ao papel da assistência social na habilitação e reabilitação das  
1006 pessoas com deficiência as seguintes entidades: Organização Nacional de Cegos do Brasil -  
1007 ONCB; Federação Nacional das APAE -FENAPAE; Organização Nacional de Entidades de  
1008 Deficientes Físicos - ONEDEF; Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos -  
1009 FENEIS; Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENASP; Federação Nacional das  
1010 AVAPES- FENAVAPE; Associação Brasileira de Autismo - ABRA; Associação Brasileira de  
1011 Educadores de Deficientes Visuais - ABEDEV. O GT contou com a presença dos colaboradores da  
1012 SNAS na relatoria do encontro: Célio Moraes, Elyria Credidio e Francisca Carvalho.  
1013 Considerações gerais: Trata-se de um momento histórico que reuniu as diferentes organizações  
1014 para discutir o assunto antes da regulamentação da habilitação e reabilitação na assistência  
1015 social; As falas convergiram no entendimento de que a habilitação e a reabilitação devem estar na  
1016 assistência social, tanto pela atenção integral à pessoa com deficiência ao contextualizá-la na  
1017 família e na convivência comunitária, quanto em função da articulação da rede de proteção  
1018 envolvendo as demais políticas; A habilitação e a reabilitação envolvem diferentes dimensões e  
1019 implicam o trabalho intersetorial, regido pela assistência social; Há a necessidade de maior  
1020 diálogo, a partir da assistência social, com as demais políticas para que o processo inclusivo  
1021 cumpra seus objetivos e integre integralmente a pessoa com deficiência; As entidades não  
1022 governamentais tem histórico de atuação na área e não podem ser desconsideradas, tanto em  
1023 relação à certificação, quanto na estruturação da Rede Socioassistencial.” É uma síntese bem  
1024 simples! “2. Reunião Ampliada do GT - “Promoção da integração ao mercado de trabalho”  
1025 (Alínea “c” Inciso 1, Art. 2º da Loas): Considerando a importância de ampliar o diálogo com as  
1026 entidades e representantes governamentais que desenvolvem ações de “Promoção da integração ao  
1027 mercado de trabalho” (Alínea “c” Inciso 1, Art. 2º da Loas), o GT realizará uma Reunião  
1028 Ampliada no dia 19 de agosto, no horário de 9h às 18h, no Auditório Térreo do Bloco F  
1029 (Ministério da Previdência Social e Ministério do Trabalho e Emprego), com a seguinte pauta: 9h  
1030 “Abertura dos trabalhos, com o histórico dos trabalhos do GT. Leila Pizzato, Coordenadora do  
1031 GT; Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota, Coordenadora Adjunta do GT; 9h30 Participação  
1032 da plenária (Contribuições ao tema Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho) 12h  
1033 Encerramento. 13h30 Apresentação da sistematização preliminar dos materiais referentes à Alínea  
1034 “e” e “d” do Inciso 1, Art. 2º da Loas. Célio Vanderlei Moraes ;Léa Lúcia Braga; 18h  
1035 Encerramento: Público convidado: gestores, entidades e conselhos. Número de inscritos até o  
1036 momento: 63. Encaminhamentos: Solicitação ao CNAS de mais dois dias, em setembro para que o  
1037 GT possa ter condições de concluir os trabalhos (dias 5 e 6); Solicitação de que a apresentação da  
1038 Proposta de Resolução do GT na Plenária do CNAS seja no dia 14 de setembro, com a presença do  
1039 colaborador Célio Moraes. Brasília, 12 de agosto de 2011. Leila Pizzato. Coordenadora do Grupo  
1040 de Trabalho”. A Conselheira Leila passou a apresentar novas reflexões feitas pelo GT após a  
1041 confecção do relato que havia sido feito, passando a falar sobre as mesmas e como haviam sido  
1042 trabalhadas. Informou que no dia 19 próximo, seria feita uma reunião de escuta e de acolhimento de  
1043 mais sugestões e propostas para que o GT se sentisse mais fortalecido em suas discussões, e que o  
1044 CNAS fizesse essa escuta com os segmentos necessários para qualificar o debate e a produção desse  
1045 GT. Falou sobre a complexidade dos temas a serem sistematizados pelos assessores, temendo pela  
1046 qualidade dos mesmos, propondo à Plenária que pudessem prorrogar esse GT até novembro, para



1047 fazer uma resolução com qualidade. Discorrendo sobre as questões a serem analisadas, solicitou que  
1048 no dia seguinte às 8 horas da manhã, o GT se reunisse para que pudessem apresentar para a  
1049 Presidência Ampliada seu cronograma e sua necessidade e, junto com a assessora que estava  
1050 fazendo toda a sistematização das gravações, trazendo o que eram pontos de consenso, de  
1051 dissenso, para que pudessem se debruçar e poder apresentar um cronograma mais real. O  
1052 Conselheiro Renato de Paula ponderou que no relato da Presidência Ampliada o assunto retornaria,  
1053 ao que o Presidente considerou encerrado o GT. O Presidente informou que o próximo item de  
1054 pauta era a apresentação do Censo SUAS, feita pela Dra. Carolina Stuchi, que chegaria em quinze  
1055 minutos. O Conselheiro José Araujo aproveitou para fazer uma proposição à Plenária, de uma  
1056 moção de apoio aos trabalhadores aposentados e pensionistas, em função do veto: “*O CNAS, em sua*  
1057 *reunião ordinária do dia 17 de agosto de 2011, decidiu apoiar os trabalhadores aposentados ou*  
1058 *pensionistas que recebem acima de um salário mínimo nacional, em virtude do veto da presidente*  
1059 *Dilma Rousseff à regra que previa reajuste acima da inflação em 2012, incluída na Lei de*  
1060 *Diretrizes Orçamentárias, LDO, aprovada pelo Congresso. Esperamos que a presidente Dilma seja*  
1061 *sensível à agonia dos mais de 9 milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas que recebem*  
1062 *o benefício acima do salário mínimo, e envie ao Congresso até ao final do mês a proposta de Lei*  
1063 *Orçamentária corrigindo este lamentável veto, na LDO. Os trabalhadores aposentados e*  
1064 *pensionistas sofrem com perdas salariais que chegam a 70% por conta do reajuste diferente do*  
1065 *aplicado ao mínimo, e agora correm o risco de também não terem o reajuste real se for mantida a*  
1066 *decisão da presidente Dilma. Este Conselho manifesta apoio a esta reivindicação dos*  
1067 *trabalhadores aposentados e pensionistas e conclama à presidente rever situação sendo sensível à*  
1068 *agonia dos mais de 9 milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas que recebem o benefício*  
1069 *acima do salário mínimo, e envie ao Congresso até ao final do mês a Proposta Orçamentária*  
1070 *corrigindo este lamentável veto, sob pena de prejuízo incalculável a milhões de famílias que*  
1071 *dependem desta única fonte de renda como sobrevivência. Brasília, 17 de agosto de 2011.*” A  
1072 seguir, submeteu à apreciação da Plenária, com o Conselheiro Clodoaldo indicando haver repetição  
1073 no texto, sugerindo “*encontre mecanismos para fazer justiça a mais de 9 milhões de trabalhadores*  
1074 *aposentados*” e tiraria alguma coisa do texto de baixo. O Conselheiro José Araujo informou a  
1075 retirada do segundo parágrafo, com o segundo ficando “*os trabalhadores aposentados sofrem com*  
1076 *as penas*”, e o terceiro: “*Este conselho manifesta apoio aos aposentados e pensionistas e conclama*  
1077 *à presidente Dilma rever a situação*”, tirando a palavra agonia e colocando reivindicação. Propôs  
1078 que um grupo fosse para a sala dos Conselheiros para fazer o ajuste. A Conselheira Simone relatou  
1079 que gostaria de voltar aos Informes do grupo de trabalho. A Conselheira Leila indagou se  
1080 aposentadoria era um benefício contributivo, indicando que no §1º falava da regra que previa o  
1081 reajuste acima da redação, sugerindo que em vez de agonia, no último parágrafo, rever a situação  
1082 sensível, garantindo a regra estabelecida anteriormente. O Conselheiro José Araujo esclareceu que a  
1083 regra era da lei que havia vetado, não existindo mais. O Presidente observou duas coisas, uma era o  
1084 que estaria escrito, e a outra era como se faria. Caso em que tirariam um grupo e se faria um debate  
1085 de como deveria ser escrito. Que o CNAS concordava que deveria se manifestar com relação ao  
1086 veto da presidente Dilma ao reajuste dos aposentados. A Conselheira Márcia sugeriu que também se  
1087 fizesse uma moção de repúdio à questão da internação compulsória, com o Presidente indicando a  
1088 formação de duas comissões, uma encabeçada pela Conselheira Márcia Mansur e Conselheiro  
1089 Frederico para tratar de internação compulsória, e a outra, pelos Conselheiros José Araújo e Renato  
1090 Saidel e Conselheira Leila, tratando do reajuste. A Conselheira Simone referiu-se ao relato dos  
1091 informes, observando que a habilitação e a reabilitação deveriam estar na Assistência Social, o que  
1092 poderia causar confusão, parecendo haver um entendimento que a Assistência deveria assumir toda

1093 a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência, solicitando que o GT aclarasse essa situação.  
1094 O Presidente falou sobre a questão, com intensos debates se realizando em um fórum onde várias  
1095 entidades faziam parte, ressaltando o que competia à Assistência Social e às demais políticas sobre  
1096 habilitação e reabilitação. Ressaltou que havia sido dito que boa parte das entidades se entendendo  
1097 como de assistência, e não reconhecida pela PNAS. A Conselheira Leila concordou com essa  
1098 colocação, esclarecendo que a redação não correspondia à qualidade das falas, discorrendo sobre a  
1099 questão. A Conselheira Simone ponderou que as palavras do Presidente não correspondia ao que  
1100 estava escrito, podendo não traduzir corretamente o debate realizado, indagando à Conselheira Leila  
1101 o que poderia ser feito para não ficar um informe que pudesse gerar outras interpretações. A  
1102 Conselheira Leila propôs que refizessem esses dois itens trazendo mais o sentido do que havia sido  
1103 colocado pelo Presidente, que concordou com essa sugestão. Observou que a Conselheira Simone  
1104 havia feito falta nesse debate, sendo um momento de reconhecimento das organizações de que a  
1105 política de Assistência era o meio pelo qual tinham convicção de que fariam com que as outras  
1106 políticas também pudessem ser chamadas à responsabilidade, tendo muito para ofertar no âmbito do  
1107 SUAS, registrando a importância desse momento. A Conselheira Maria da Conceição falou sobre as  
1108 dificuldades de locomoção das pessoas com deficiência, o que conduzia à Assistência Social,  
1109 política que quebrava as vulnerabilidades que faziam parte do preconceito e até à própria autonomia  
1110 da pessoa. INTERVALO. O Presidente convidou a todos para um intervalo, enquanto aguardavam a  
1111 Dra. Carolina. A seguir, o Presidente comunicou a presença da Dra. Carolina, representando o  
1112 Departamento da Rede Socioassistencial Privada, e a quem passou a palavra. A Dra. Carolina  
1113 passou ao informe sobre a situação do censo SUAS da rede privada, de 2011, esclarecendo que o  
1114 mesmo havia sido organizado pelo CNAS pelo DGSUAS, falando sobre como o questionário era  
1115 desenvolvido, para captar as informações necessárias. Destacou a ajuda do CNAS, CMAS e CEAS  
1116 para atingir o objetivo desse Censo, falando sobre os passos realizados, desconhecendo-se o número  
1117 de entidades inscritas nos Conselhos e tendo que se fazer uma grande campanha de divulgação para  
1118 chegar a essas entidades, pensando-se em um aplicativo, a ser apresentado pelo Sr. Genilson.  
1119 Esclareceu como as entidades procederiam para se identificar e ser validada, para a geração de  
1120 senha a ser usada futuramente. A Dra. Carolina informou que esse procedimento teria três etapas,  
1121 com a primeira iniciando em 29 de agosto, com a disponibilização da primeira tela a ser preenchida  
1122 pela entidade. Com relação ao questionário, esclareceu ser muito parecido com o do ano passado  
1123 apenas incorporando sugestões diante de tudo que vinham discutindo. Após mais algumas  
1124 colocações solicitou ao Sr. Genilson apresentar o formato desse aplicativo de geração da senha,  
1125 voltando a seguir, a falar sobre as estratégias de divulgação, e como poderiam trabalhar em  
1126 conjunto para atingir o maior número possível de entidades. O Sr. Genilson, discorrendo sobre o  
1127 material em tela, apresentando um protótipo, com o material podendo mudar. A seguir, falou sobre  
1128 a primeira tela, a ser acessada pelas entidades e como procederiam para preencher o Censo.  
1129 Esclareceu que a liberação de senha para entidades privadas era algo novo, alterando a portaria da  
1130 rede SUAS para que isso fosse regulamentado e transcorresse de forma mais tranquila. A Dra.  
1131 Carolina solicitou ao Sr. Genilson que explicasse o que era o S.A, e o mecanismo geral de senha. O  
1132 Sr. Genilson informou que no dia 22 de julho haviam encaminhado um e-mail para os presidentes  
1133 de Conselho, com uma senha especial para cada um, falando sobre como os dirigentes poderiam  
1134 trabalhar essa política de senhas. Indicou que as mesmas eram individuais, conforme solicitação do  
1135 TCU e que vinha ao encontro daquilo que estavam pensando fazia muito tempo, esclarecendo como  
1136 fariam essa transição das senhas globais iniciais para as individuais. A Dra. Carolina relatou que  
1137 estavam preparando um informe com todos esses dados, e que seriam encaminhados para todos,  
1138 para gerar uma grande mobilização. Destacou que não haviam conseguido terminar todos os textos,

1139 com a reunião com a ASCOM ainda estando marcada, mas tinham alguns ajustes para fazer até dia  
1140 29, mas não querendo perder a oportunidade para dar os informes preliminares na Plenária. Falou  
1141 sobre o tempo de preparação do questionário, o qual deveria ser encaminhado para as entidades a  
1142 partir do dia 17 de outubro, encontrando que 40 dias seria um prazo razoável para que as mesmas  
1143 respondessem ao questionário. Informou que havia um e-mail de suporte para esclarecimentos,  
1144 [redprivadasuas@mds](mailto:redprivadasuas@mds), o que estaria no informe a ser distribuído, capacitando também a central,  
1145 telefônica, para algumas questões mais básicas e freqüentes, mas também estariam com seus  
1146 telefones à disposição para dar suporte. A Conselheira Simone agradeceu pela apresentação,  
1147 colocando a necessidade de ter ousadia e apoio para se fazer um Censo como esse, questionando o o  
1148 número de usuários que teriam. Falou sobre o modelo de senha individual, conforme determinação  
1149 do TCU, discorrendo sobre a questão e solicitando o apoio do CNAS para alcançar os resultados  
1150 propostos. O Conselheiro Carlos Rogério, falando sobre a PEAS, destacou ser importante que esse  
1151 Censo abrangesse todas as entidades. A Conselheira Leila cumprimentou pela iniciativa, sendo que  
1152 com essa referência poderiam fazer outras discussões importantes que estavam sendo demandadas.  
1153 Questionou quais as questões que estariam dentro do Censo e se conseguiriam colocar o número de  
1154 trabalhadores com vínculo e ter essa informação da rede real e dos trabalhadores que realmente  
1155 estariam vinculados. O Presidente destacou o compromisso do CNAS nessa divulgação, destacando  
1156 o compromisso da Sociedade Civil e desse Conselho de se articular em seus fóruns para que fosse  
1157 multiplicado e virasse o grande assunto das organizações de Assistência Social, ao final de 2011. O  
1158 Presidente ressaltou que com essa pesquisa, o DRSP, junto com o CNAS, ratificava uma mensagem  
1159 que tentavam passar desde a publicação da Resolução 16, sobre a importância do vínculo  
1160 estratégico, do reconhecimento dos Conselhos Municipais e das entidades de Assistência Social,  
1161 discorrendo sobre a questão. A Dra. Carolina observou que como o calendário iria até novembro,  
1162 poderiam ir conversando ao longo dos meses. Que encaminharia formalmente o informe com todo  
1163 detalhamento, dirigindo-se à Conselheira Leila, sugeriu que poderiam marcar posteriormente para  
1164 discutir sobre o questionário, fazendo o mesmo assim que o manual estivesse fechado e se estivesse  
1165 correndo bem com o aplicativo. Falou sobre como o questionário havia sido construído. Dirigindo-  
1166 se ao Conselheiro Carlos Rogério, falou sobre as pesquisas realizadas, informando que não tinham  
1167 exata dimensão, das entidades, considerando sua atuação em outras áreas mas que precisavam  
1168 conhecer para saber o que aconteceria a partir de 2012. O Presidente agradeceu a apresentação,  
1169 aguardando novas informações sobre o assunto. **Item - Relato da Comissão Organizadora.** O  
1170 Conselheiro José Araujo informou que já havia preparado, juntamente com o Conselheiro Renato  
1171 Saidel o termo da moção, o qual estava sendo distribuído e cuja leitura poderia ser feita  
1172 posteriormente, O Conselheiro Renato Saidel passou ao relato da *“Memória da reunião da*  
1173 *comissão organizadora da conferência nacional de assistência social. Data: 11 e 12 de agosto de*  
1174 *2011. Horário: 9h às 18h. Local: CNAS — Brasília/DF. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo*  
1175 *Ferrari; Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva; José Ferreira Crus; Renato*  
1176 *Francisco dos Santos Paula. Convidados: Valdete de Barros Martins Beatriz de Paiva; Maria José*  
1177 *Lanzetti; Maria Angela Rocha; Caio Nakashima. Ausências justificadas: Célia Mota de Carvalho;*  
1178 *Marisa Rodrigues da Silva; Renato Saidel Coelho. Apoio da Secretaria Executiva do CNAS: Maria*  
1179 *das Mercês Carvalho — Secretária Executiva; Carolina Ribeiro; Christianne Menezes; Jamile*  
1180 *Calado; Liliane Neves; Mireile Dantas. 1. Balanço crítico das conferências estaduais e do DF a ser*  
1181 *apresentado na viii conferência nacional. Conforme deliberado em plenária do mês de julho, a*  
1182 *relatoria da VIII Conferência Nacional fará o consolidado dos relatórios das conferências*  
1183 *estaduais e do DF. Este será repassado aos expositores, devendo ser um estudioso da Assistência*  
1184 *Social, que fará a apresentação do Balanço Crítico das questões recebidas dos estados e DF. A*

1185 comissão, entendendo ser esta uma das funções da equipe de relatoria, solicitou que esta apresente  
1186 uma proposta de metodologia para a apresentação, tendo em vista orientar os convidados.  
1187 Ressalta-se que devem permear a elaboração deste trabalho documentos como a Resolução CNAS  
1188 nº 09/2009 — Tipificação dos serviços socioassistenciais, o Plano Decenal, as deliberações das  
1189 íntimas conferências, bem como as deliberações do CNAS e demais legislações e normas que  
1190 norteiam a Política de Assistência Social na atualidade. A Comissão indica as questões a serem  
1191 consideradas neste balanço, a saber: a) Apresentar o balanço crítico de forma que todos os eixos e  
1192 a síntese da mobilização sejam apresentadas na perspectiva da qualificação e valorização dos  
1193 trabalhadores; b) O Balanço deve considerar e apontar todas as questões que chegaram dos  
1194 estados e do DF; c) Identificar e unificar o que é tendência, o que mais aparece, os pontos de  
1195 maior importância e os de maior incidência. Encaminhamento: 1.1 A Comissão Organizadora  
1196 indica as professoras doutoras Berenice Rojas Couto e Carmelita Yasbeck e o professor doutor  
1197 Edval Bernardino. 2. Oficinas temáticas. A Comissão considera que as oficinas têm uma função  
1198 importante na conferência e ressalta que as questões a serem debatidas neste espaço devem ser  
1199 convergentes com as questões a serem discutidas e deliberadas na conferência nacional e com a  
1200 Política de Assistência Social. Com esse entendimento a Comissão apresenta os temas em anexo. A  
1201 Comissão debateu, ainda, sobre as principais questões a serem abordadas nas ementas e que serão  
1202 apresentadas a este pleno no mês setembro. 3. Participação do CNAS nas conferências estaduais e  
1203 do DF. Os conselheiros avaliaram a receptividade do material utilizado nas conferências das  
1204 capitais e, tendo em vista a percepção de um número considerável de novos atores participando  
1205 das conferências, avaliou-se ser necessário continuar a apresentação da linha do tempo. Esta tem  
1206 por objetivo mostrar os caminhos já percorridos pela assistência até os dias atuais. Para as  
1207 conferências estaduais e do DF deve-se ratificar as responsabilidades dos estados na  
1208 implementação do SUAS, bem como o Pacto de Aprimoramento da Gestão estadual e o Plano  
1209 Decenal. A comissão sugere aos conselheiros a leitura dos dados do Censo SUAS referentes aos  
1210 conselhos e à gestão do trabalho. Essa leitura tem por objetivo não apenas conhecer os dados, mas  
1211 também, trazer ao debate as questões referentes ao controle social. O CNAS deve ressaltar o papel  
1212 dos conselhos no controle social e contribuições para o fortalecimento do SUAS e ressaltar o papel  
1213 dos conselhos frente à lei 12.435/2011, principalmente no que refere à afirmação da  
1214 responsabilidade da gestão para o funcionamento dos conselhos. Outras sugestões de leitura aos  
1215 conselheiros. - Metas nacionais para o Pacto de Aprimoramento da Gestão estadual; - Lei  
1216 19.444/li - MG que dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Social - SUAS; - Resolução  
1217 CNAS nº 16/20 10; - Censo SUAS (dados da gestão estadual, CEAS e CAS/DF). Encaminhamento:  
1218 3.1 O conselheiro José Crus elaborará uma proposta de apresentação. 4. Informes dos comitês. 4.1  
1219 Comitê de Comunicação. Apresentação: Conselheiros José Crus e José Araújo. A ASCOM tem  
1220 realizado um trabalho para que os conselheiros possam ser entrevistados e para publicação de  
1221 matérias para a divulgação das conferências. Para as conferências estaduais e do DF a ASCOM  
1222 tem programado uma cobertura maior, inclusive com a presença de representantes desta  
1223 assessoria em todas as conferências. Nos boletins SUAS Informa e MDS as questões relacionadas  
1224 às conferências vem sendo pautada com frequência. Ressalta-se que todo o material é repassado  
1225 aos conselhos de assistência social, conselhos de políticas e de defesa de direitos; participantes dos  
1226 encontros dos trabalhadores e da VII Conferência Nacional de Assistência Social. 4.2 Comitê  
1227 Editorial. Apresentação: Conselheiro Renato de Paula. O Caderno de textos está disponível na  
1228 página eletrônica do CNAS (<http://www.mds.gov.br/cnas/viii-conferencia-nacional>) e foi  
1229 amplamente divulgado junto aos conselheiros nacionais, bem como aos conselhos de assistência,  
1230 de políticas e de defesa de direitos e toda a mala direta do CNAS. Importante ratificar que se trata

1231 *de uma primeira versão. Encaminhamento: 4.2.1 Serão encaminhados à SAGI para a formatação e*  
1232 *diagramação, os textos que ainda não foram finalizados e a apresentação do presidente, tão logo o*  
1233 *CNAS os receba. Na próxima reunião da comissão será apresentada a versão final. 4.3 Comitê de*  
1234 *Acessibilidade. Apresentação: Conselheiro Carlos Ferrari. O Comitê se reuniu em julho e*  
1235 *preparou um documento que foi repassado aos conselhos, tendo em vista verificar a garantia da*  
1236 *acessibilidade nas conferências. O CNAS tem recebido retomo e, no mês de setembro será*  
1237 *apresentado um relatório ao Comitê sobre as questões apresentadas. 4.4 Comitê Executivo.*  
1238 *Apresentação: Conselheiro Carlos Ferrari. Fazem parte do Comitê Executivo o presidente do*  
1239 *CNAS Carlos Eduardo Ferrari, Maria das Mercês Avelino de Carvalho, Secretária Executiva do*  
1240 *CNAS, William Anderson Alves Ouvindo, Advogado da União, representante da CONJUR, Caio*  
1241 *Lui Davoli Brandão, Coordenador-Geral de orçamento e Finanças/SPO, Tomás Vasconcelos*  
1242 *Nascimento, Coordenador da Coordenação-Geral de Publicações Técnicas/SAGI, José Flávio*  
1243 *Ferdinando Maciel, Chefe de Assessoria de Comunicação Social/ASCOM, e Francisca Rodrigues*  
1244 *Moraes, Assessora da Secretaria Nacional de Assistência Social. Foi solicitada à Secretaria*  
1245 *Executiva do MDS a indicação de mais três representantes do Ministério no Comitê, sendo um*  
1246 *representante da Secretaria Executiva do MDS; um representante da Subsecretaria de Assuntos*  
1247 *Administrativos - SAA; um representante da Diretoria de Tecnologia da Informação — DTI. A*  
1248 *comissão fez a primeira reunião em agosto e definiu sua agenda de trabalho. 5. Informes gerais.*  
1249 *5.1 Patrocínios. A Comissão ressalta a necessidade de solicitar à Secretaria Nacional de*  
1250 *Assistência Social - SNAS para que faça contato com possíveis patrocinadores para o patrocínio da*  
1251 *VIII Conferência Nacional. Tendo em vista o Brasil sediará a Conferência Mundial do Combate ao*  
1252 *Trabalho Infantil, em 2013, sugere-se que os possíveis patrocinadores deste evento sejam*  
1253 *contatados pela SNAS. 5.2 Informes sobre as conferências municipais, estaduais e do DF. Foram*  
1254 *realizadas, até o dia 12 de agosto, 22 conferências municipais de capitais, com a participação de*  
1255 *representantes do CNAS em todas. O conselho nacional participou também de 06 conferências*  
1256 *municipais (não capitais), tais como: CMAS de Itararé/SP, 19/07/2011, Renato Saidel Coelho;*  
1257 *CMAS de Jussara/GO 08/08/2011, Samuel Rodrigues; CMAS de Divisa Nova/MG 17/07/2011, Jane*  
1258 *Clemente; CMAS de Uruguaiana/RS 05/08/2011, Pedro Ost; CMAS de Guarulhos/SP 26/07/2011,*  
1259 *Renato Saidel; CMAS de Pinhais/PR 5 e 6 de agosto/2011 José Araújo da Silva. Conferências*  
1260 *estaduais com alterações de datas: MATO GROSSO: 21, 22 e 23 de setembro; MATO GROSSO*  
1261 *SUL: 29 e 30 de setembro; TOCANTINS: 28, 29 e 30 de setembro; PARANA: 10 e 11 de outubro;*  
1262 *SANTA CATARINA: 13, 14 e 15 de outubro; ALAGOAS: 16, 17 e 18 de outubro; SERGIPE: DATA*  
1263 *A CONFIRMAR APÓS 23 DE AGOSTO. 6. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS. 6.1 Ofício nº*  
1264 *001/2011 — Coordenação do FTSUAS — Fórum Nacional dos Trabalhadores SUAS. Solicita*  
1265 *participação dos cinco representantes da Coordenação do FTSUAS na composição da Comissão*  
1266 *Organizadora da VIII Conferência Nacional. Encaminhamento: 6.1.1 Responder que a solicitação*  
1267 *não poderá ser atendida, tendo em vista que só pode fazer parte da Comissão Organizadora*  
1268 *conselheiros nacionais indicados pelo Pleno do CNAS e colaboradores para atendimento de*  
1269 *demandas técnicas identificadas pela Comissão. 6.2 Ofício nº 70/2011 — SEFAPP-II do Ministério*  
1270 *Público de Minas Gerais. Encaminha ao CNAS, para conhecimento, a Recomendação nº 05/2011*  
1271 *que versa sobre a Conferência Municipal de Belo Horizonte, enviada ao prefeito e ao CMAS.*  
1272 *Encaminhamentos: 6.2.1 Divulgar a iniciativa na página eletrônica do CNAS, no link Boas*  
1273 *Práticas; 6.2.2 Que o Comitê de Comunicação elabore matéria sobre o assunto, para divulgar o*  
1274 *papel do Ministério Público junto aos conselhos; 6.2.3 Enviar aos promotores convite para*  
1275 *participar da conferência nacional; 6.2.4 Responder informando que a SNAS/MDS realizará uma*  
1276 *capacitação específica para os Promotores de Justiça dos estados, e essa matéria será um dos*

1277 pontos a serem abordados. 6.2.5 Sugerir que o Ministério Público divulgue a iniciativa dos  
1278 Promotores de Belo Horizonte aos demais Promotores do estado, ressaltando a importância desses  
1279 em acompanhar o controle social do SUAS junto aos conselhos, e também no que tange à  
1280 acessibilidade. 6.3 Ofício circular/COMAS-SP nº278/2011: convite para uso de estande no local  
1281 da realização da conferência municipal. Encaminhamento: 6.3.1 Agradecer convite e informar da  
1282 indisponibilidade do CNAS em utilizar o espaço. 6.4 Solicitação de informações sobre a  
1283 representação dos trabalhadores nas conferências. São quatro as categorias essenciais que  
1284 participam das conferências: usuários, trabalhadores, entidades que prestam serviços  
1285 socioassistenciais e representantes do governo. Os representantes governamentais são aqueles que  
1286 tem delegação de seus órgãos de governo para representá-lo. Já os demais, observadas as normas  
1287 expedidas no regimento interno da conferência, se enquadram em uma das categorias elencadas  
1288 (usuários, trabalhadores e entidades que prestam serviços socioassistenciais) e sua participação na  
1289 conferência se dá a partir do momento em que este é eleito pelos seus pares e referendado nas  
1290 plenárias finais nas etapas que antecedem a conferência nacional (conferências municipais,  
1291 estaduais e do DF).6.5 Solicitação de informações sobre a participação dos adolescentes nas  
1292 conferências.O CNAS incentiva a participação dos adolescentes usuários do SUAS nas  
1293 conferências. No que se refere à participação enquanto delegado, o CNAS recomenda a idade  
1294 mínima de 16 anos, tendo como condicionantes a presença de seu responsável legal.  
1295 Encaminhamento: 6.5.4 Solicitar manifestação da Consultoria Jurídica do MDS - Conjur. 6.6  
1296 Solicitação de informações sobre qual a penalidade para o município que não realizar  
1297 conferência. Encaminhamento: 6.6.1 Os conselheiros Carlos Ferrari e Renato de Paula  
1298 trabalharão numa proposta de resposta sobre a matéria. 6.7 Informações sobre o custeio de  
1299 usuários delegados nas conferências. Os municípios devem prever o custeio para a realização das  
1300 conferências e, nessa previsão deve-se incluir a participação dos usuários. Buscar respaldo na  
1301 Cartilha do TCLJ, outras normativas e eventos que tem prevista a participação popular. 7. Outros  
1302 assuntos. 7.1 O CNAS vem recebendo muitos relatórios das conferências municipais. Ressalta-se  
1303 que todas essas as correspondências são respondidas, com cópia para os respectivos CEAS,  
1304 informando que o material deve ser remetido a esses. Encaminhamento: 7.1.1 Fazer um informe  
1305 geral aos conselhos sobre a matéria e, ainda, sugerir aos CEAS que façam gestão junto aos CMAS  
1306 sobre a questão. 8. Proposta de pauta para a reunião de setembro (8 e 9/09). 8.1 Informes sobre o  
1307 convite para a apresentação do Balanço Crítico;8.2 Oficinas: Appreciar a proposta das ementas e  
1308 definição dos nomes de expositores;8.3 Programação da Conferência Nacional;8.4 Programação  
1309 cultural da VIII Conferência Nacional;8.5 Regimento Interno;8.6 Convidados para a VIII  
1310 Conferência Nacional.8.7 Delegados nacionais da VIII Conferência Nacional.8.8 Informes:Sistema  
1311 de Credenciamento e Relatoria da VIII Conferência Nacional; Comitê de Comunicação; Comitê  
1312 Editorial; Comitê de Acessibilidade; Comitê Executivo. Convidados (as) para a reunião de  
1313 setembro:Valdete de Barros Martins; Beatriz de Paiva; Maria José Lanzetti; Maria Ângela Rocha;  
1314 Kênia Augusta; Ronaldo Sena Camargo; ASCOM/MDS. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do  
1315 CNAS. Coordenador da Comissão Organizadora da VIII Conferência da Assistência Social.” O  
1316 Presidente fez uma proposta de condução da pauta, propondo que trabalhassem os itens um, três,  
1317 quatro, cinco, seis, sete e oito, e depois voltassem ao dois, já que eram itens mais rápidos, ou  
1318 iniciassem pelo dois, já que envolvia a participação da relatora, Sra. Valdete. A seguir, submeteu à  
1319 Plenária, tratando-se do item um, três e quatro, e depois o dois. Esclareceu que o item um tratava do  
1320 balanço crítico, para o qual haviam proposto uma metodologia, e com a propositura de três nomes,  
1321 o que fazia parte dos encaminhamentos do item um. O Conselheiro Renato Saidel indagou como  
1322 estava, sendo proposto que os três fizessem juntos. Item três, que tratava da participação dos

1323 Conselheiros Nacionais nas Conferências Estaduais, com o Conselheiro José Crus, membro da  
1324 Comissão Organizadora, tendo feito uma proposta de conteúdo. A Conselheira Simone parabenizou  
1325 o trabalho feito pela Comissão de Acompanhamento de Conselhos, apresentado no Seminário, no  
1326 encontro nacional de monitoramento do SUAS pela coordenadora da Comissão, destacando que  
1327 esse trabalho, já pronto, fosse utilizado na apresentação dos Conselheiros Nacionais. O Conselheiro  
1328 Renato Saidel solicitou se seria possível a Secretaria-Executiva encaminhar as sugestões de leitura,  
1329 por exemplo, as metas nacionais do pacto, a lei 19.444, e os dados da gestão estadual do censo  
1330 SUAS. A Secretária-Executiva informou que a Coordenação de Conselhos havia preparado esse  
1331 material, que seria enviado por e-mail, sendo preparado para os Conselheiros que representariam  
1332 determinada Conferência em determinado estado, trazendo dados específicos sobre o mesmo. O  
1333 Presidente destacou o encaminhamento da Conselheira Simone, com o Conselheiro José Crus  
1334 podendo ajudar a inserir nesse trabalho que apresentaria para os Conselheiros. Indagando até que  
1335 data poderia apresentar, pois a primeira conferência seria dia 25 de agosto. O Conselheiro José  
1336 Araujo observou que realizariam todos os esforços para ficar pronto antes da Conferência,  
1337 solicitando o apoio da Secretaria-Executiva para utilizar o material usado no encontro do  
1338 monitoramento conforme sugestão da Conselheira Simone. Item 4. O item 4.1 e 4.2 não traziam  
1339 encaminhamentos. Item 4.3, O Conselheiro Frederico indicou o item 4.2. colocando os cadernos de  
1340 texto da SAGI, falando sobre sua organização, com o Presidente indicando que o representante do  
1341 Comitê Editorial, deveria estar anotando. Item 4.3. Acessibilidade, com um pedido para o Pleno  
1342 como isso seria definido, pensando-se em mais estratégias para que a acessibilidade fosse cumprida.  
1343 O Conselheiro Clodoaldo, indicando as falas dos Conselheiros Pasquini e Maria Auxiliadora, se não  
1344 poderiam ter uma oficina sobre acessibilidade no SUAS, que informou que isso seria discutido nas  
1345 oficinas. Em não havendo nenhuma consideração nos itens 4.3. e 4.4., passou para o 5. Informes  
1346 Gerais, com o patrocínio, informes sobre as conferências municipais, e do DF. Item 6.  
1347 Correspondências recebidas. 6.1. 6.2. 6.3. e 6.4. O Conselheiro Renato Saidel falou sobre as  
1348 categorias essenciais que participaram das Conferências, observando que deveriam tomar cuidado  
1349 com os demais, considerando o enquadramento nas categorias. O Conselheiro Renato de Paula  
1350 falou sobre o que o parágrafo dizia sobre a preocupação com os trabalhadores, mas tendo que se  
1351 referir aos três segmentos. Item 6; 6.4. e 6.5, com o Conselheiro Wagner falando sobre solicitação  
1352 de informação sobre a participação de duas adolescentes nas Conferências, com o CNAS  
1353 recomendando a idade mínima de 16 anos tendo como condicionante a presença de seu  
1354 representante legal. Citando a Constituição Federal, manifestou-se preocupado, relatando ter em  
1355 São Paulo experiência de crianças de 14, 15 anos com bom nível de discussão com relação à  
1356 política pública, tendo que ficar claro que com a vinda desses delegados, os hotéis deveriam ser  
1357 orientados, tendo por escrito a autorização de cada um que viesse, indo para a Comissão de Normas  
1358 que havia concordado com essa participação. O Presidente questionou o que havia sido colocado,  
1359 com o Conselheiro Wagner informando que na Comissão de Normas o relato era sobre conselheiro  
1360 menor de 18 anos. A Conselheira Simone observou que a Comissão de Normas havia feito o  
1361 parecer sobre a questão de delegados adolescentes nas Conferências, questionando que já haviam  
1362 dado o parecer, questionando se o coordenador da Comissão de Normas havia pedido orientação  
1363 para o CONANDA, que havia orientado e a Comissão Organizadora da Conferência voltava com  
1364 esse assunto. O Conselheiro Renato de Paula esclareceu que a orientação era a mesma, discorrendo  
1365 sobre o que a Comissão havia discutido sobre o incentivo à participação do adolescente nas  
1366 conferências, havendo consenso na Plenária sobre essa questão. Que a Comissão havia discutido  
1367 sobre a responsabilidade civil e a participação como delegado e sendo acompanhado ou não, com a  
1368 Comissão resolvendo fazer uma consulta à CONJUR não condicionada à decisão do Conselho, mas

1369 sim para orientação para que o conselho fique de alguma forma orientado com relação à tomada  
1370 desta decisão. Que reveriam o encaminhamento caso a CONJUR desse outro parecer, solicitando  
1371 aos membros da Comissão presentes que ajudassem a resgatar o debate. O Presidente passou ao  
1372 encaminhamento de normas, com leitura pela Secretária-Executiva: Memória da reunião da  
1373 comissão de normas de junho de 2011 aprovada na reunião da Plenária de 16 de junho de 2011.  
1374 *“Assunto: consulta do CMAS de Cascavel/PR, sobre a participação de adolescentes nas*  
1375 *Conferências de Assistência Social e na composição nos CMAS. Encaminhamento: a Comissão*  
1376 *entendeu que a participação de adolescentes nas conferências deve ser incentivada, contudo, a*  
1377 *comissão fará uma consulta ao Conselho Nacional da Criança e do Adolescente – CONANDA, e ao*  
1378 *Conselho Nacional da Juventude sobre a existência de normativos sobre o tema para subsidiar a*  
1379 *discussão.”* Esclareceu que a consulta havia sido feita em 24 de junho de 2011, para o presidente do  
1380 Conselho Nacional de Juventude, senhor Gabriel Medina de Toledo e, para a presidenta do  
1381 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a Sra. Maria do Rosário Nunes,  
1382 também em 24 de junho de 2011, sem nenhum pronunciamento desses Conselhos até o momento. O  
1383 Conselheiro Pasquini informou dois assuntos que haviam chegado na Comissão de Normas:  
1384 primeiro, solicitação do CMAS de Cascavel, no Paraná, sobre a participação dos adolescentes nas  
1385 conferências e no Conselho, relatando o que haviam decidido. Falou sobre a solicitação do CMAS  
1386 de Viamão, RS, sobre o Conselheiro Aprendiz, com participação ativa do adolescente. Que havia  
1387 sido incentivado pelo Presidente a se colocar no site do CNAS como boas práticas, pedindo nessa  
1388 reunião que o CMAS de Viamão informasse em que condições haviam deliberado, aguardando-se o  
1389 resultado do CONANDA e da CONJUR. A Conselheira Simone solicitou que continuasse a  
1390 consulta ao CONANDA e não à CONJUR, esclarecendo seu posicionamento, ademais de solicitar  
1391 urgência nas respostas solicitadas. O Presidente encontrou pertinente a colocação da Conselheira  
1392 Simone, desde que junto com a resposta política viesse uma fundamentação legal que os  
1393 respaldasse, mas não politicamente, visto ser uma situação nova. Que se mandassem para a  
1394 CONJUR, diria que precisaria se emancipar, ponderando que teriam ter o mínimo de respaldo para  
1395 que não incorressem em nenhum tipo de risco institucional ao Conselho, mas tendo que ter uma  
1396 resposta política, mas fundamentada legalmente. O Conselheiro Wagner sugeriu que o CNAS, além  
1397 da proposta da Conselheira Simone, que ratificava, reforçasse a consulta ao CONANDA, à senhora  
1398 presidente Maria do Rosário, ao CONJUV, ao presidente Gabriel Medina, mas que o CNAS  
1399 lembrasse o artigo 250 do ECA, que orientasse aos CEAS quando fossem enviar os adolescentes  
1400 visto que não poderiam hospedar adolescente menor de 18 anos, falando sobre a questão. E com o  
1401 CNAS tendo que tomar esses cuidados. O Conselheiro Pasquini observou que o CNAS  
1402 recomendava a idade mínima de 16 anos, condicionando a presença, sugerindo como  
1403 **encaminhamento** retirando a recomendação sobre idade mínima, mas dizendo da importância da  
1404 participação dos adolescentes genericamente, retirando a consulta à CONJUR, mas no lugar  
1405 colocando o reforço à consulta feita ao CONANDA e ao CONJUV no sentido de acelerar a  
1406 resposta. Item 6.6. A Conselheira Fátima encontrava um absurdo não realizar a conferência  
1407 municipal, estadual, em qualquer esfera de governo, com o município que não realizasse tendo que  
1408 sair do SUAS, parar de receber recursos, por não querer se inscrever naquilo que propunha a  
1409 política pública. A Conselheira Simone observou que a não realização de conferências municipais  
1410 por depender do gestor, e por falta de informações ou previsão orçamentária. Que se poderia sugerir  
1411 para os próximos Censos se capturasse essa informação para poder punir ou fazer algum tipo de  
1412 sanção aos municípios, ponderando sobre os problemas que poderiam surgir. O Conselheiro Renato  
1413 de Paula falou sobre a demanda que chegava à Comissão e como era respondida, sendo uma  
1414 resposta política, mas que não comprometesse o Conselho naquilo que ainda não estava claro sobre



1415 os problemas que a Conferência não era realizada. Que a resposta deveria ser no sentido de reforçar  
1416 algumas questões importantes com relação à política pública e o compromisso com a mesma,  
1417 falando sobre o que a LOAS trazia com relação às Conferências, discorrendo sobre a importância  
1418 das Conferências, com a Conselheira Fátima manifestando-se contemplada com essas colocações. O  
1419 Conselheiro Pasquini falou sobre as solicitações de informações sobre qual a penalidade para o  
1420 município, questionando o uso desse termo em uma reunião plenária do CNAS sem uma avaliação  
1421 completa, acreditando que os Conselhos em funcionamento realizavam conferências, devendo ser  
1422 feita uma avaliação mais apurada sobre esses eventos e seu crescimento. O Conselheiro José Crus  
1423 falou sobre o indicador usado para o número de delegados de realização de conferências, e cujo  
1424 prejuízo não era só para o município, mas também para o estado, porque chegavam menos  
1425 delegados da representatividade à conferência nacional. O Conselheiro Pasquini observou que  
1426 haviam aumentado o número de conferências, cabendo maior incentivo devendo se ater aos  
1427 relatórios para conhecer sobre a sua não realização. A Conselheira Leila ponderou que não dava  
1428 para admitir que o município quisesse trabalhar com políticas públicas, que era seu dever, e não  
1429 pensasse em realizar conferência, porque era um requisito importante, discorrendo sobre a situação.  
1430 O Conselheiro Wagner ponderou não acreditar que nem todos os municípios brasileiros nunca  
1431 ouviram falar do SUAS, discordando da fala da Conselheira Leila, mas pensava que o CNAS, além  
1432 da avaliação do monitoramento, tinha que incentivar o município no ato do controle social, de fazer  
1433 e realizar as conferências, falando sobre essa realização. Destacou que a indignação era pertinente,  
1434 visto que a não realização desses eventos prejudicava o usuário na ponta. A Conselheira Marisa  
1435 concordou com a fala do Conselheiro Wagner e da Conselheira Leila, sendo inadmissível certa  
1436 gestão não assumir tais serviços, fazendo um grande esforço de acertar na política do SUAS. O  
1437 Conselheiro Renato de Paula observou que a Comissão havia recebido uma demanda pontual e  
1438 específica, e pensavam em encaminhar como havia proposto anteriormente. Que todas as propostas  
1439 colocadas seriam contempladas, mas que teriam que pegar a degravação para poder fazer. Que  
1440 queriam encaminhar que numa das condições para a escolha de delegados, na hora de organizar a  
1441 distribuição das vagas para a conferência nacional, era que o município tivesse realizado  
1442 conferência nacional, sendo um tipo de penalidade. Ponderou que não daria para colocar nesse  
1443 encaminhamento tudo o que já havia sido definido até o momento, podendo encaminhar essa  
1444 questão para um debate mais amplo dentro da comissão, e aí tem que chamar a Secretaria-  
1445 Executiva, para discutir o monitoramento do SUAS e ver como isso entraria, sendo uma questão  
1446 mais ampla do que estava sendo colocada. Observando que havia que discutir as oficinas, ponderou  
1447 que havia alguns entendimentos que precisavam ser compartilhados e nivelados, solicitando que  
1448 encaminhassem esse item de pauta. A Conselheira Eutália ponderou que não tinham a competência  
1449 de penalizar o município, colocando que a Conferência era prevista em Lei Municipal, o que  
1450 poderia ser usado para colocar que a realização desse evento era um cumprimento legal, não  
1451 passando por uma penalização, mas sim por um descumprimento legal. O Presidente destacou não  
1452 ter ouvido essa possibilidade, ao que o Conselheiro Renato de Paula observou que iriam fazer um  
1453 resgate para ver todas as situações, mas que esses elementos constariam da resposta. Lembrou que  
1454 havia um limite, considerando os entes com os quais trabalhavam, com os estados e municípios  
1455 sendo entes federados autônomos, podendo fazer a lei que regulamentava seus Conselhos e  
1456 Conferências, destacando que aqueles que o quisessem poderiam compor esse Grupo para ajudar. O  
1457 Presidente passou ao Item 6.7. sem consideração. Outros assuntos: 7.1. Informou que os relatórios  
1458 seriam encaminhados e devendo ser dirigido aos estaduais. **Item 2. Oficinas.** O Conselheiro  
1459 Frederico, antes de passar a esse item, colocou que o relato da Secretaria-Executiva havia trazido a  
1460 questão da participação na apresentação do relatório da 4ª Conferência, colocando que era

1461 importante receber em papel, falando sobre a questão das abreviaturas, que precisavam constar por  
1462 extenso para conhecimento dos Conselheiros, sendo importante sua leitura pelos mesmos. O  
1463 Conselheiro Renato de Paula informou que o Conselheiro Frederico havia sugerido mudar a ordem  
1464 dos textos dos cadernos para a mesma dos cadernos das Conferências com relação aos subtemas,  
1465 sendo acatada pelo Pleno, discorrendo sobre a ordem e cronologia dos textos. O Conselheiro  
1466 Frederico, observando ter posição contrária, tendo lido os cadernos anteriores e defendendo para que  
1467 essa mudança seguisse o que havia sido discutido, sendo interessante fazer uma introdução dizendo  
1468 como havia sido construído. A Sra. Valdete relatou como haviam chegado aos temas e como a  
1469 Comissão Organizadora havia pautado esse debate e os organismos envolvidos. Esclareceu como  
1470 haviam debatido o assunto, tentando trazer todos os temas, informando estar no processo de criação  
1471 das ementas por todos os membros da Comissão. A seguir, a Sra. Valdete procedeu à leitura da  
1472 proposta de temas para as oficinas: *“Educação Permanente no contexto do SUAS”, significado do*  
1473 *trabalho no SUAS, o CRAS e os Serviços Referenciados no território, paradigmas da relação*  
1474 *público/privada na assistência social, trabalho em rede, a natureza das entidades de atendimento,*  
1475 *assessoramento e defesa de direitos e o vínculo SUAS. O planejamento como parâmetro*  
1476 *estruturante do SUAS. CREAS municipal e regional. Desafios para a implementação da proteção*  
1477 *especializada no SUAS. Consolidação do SUAS na perspectiva do pacto de aprimoramento da*  
1478 *gestão. Fortalecimento da vigilância social como estratégia para qualificação do SUAS. A*  
1479 *integração dos benefícios e serviços na garantia do acesso aos direitos socioassistenciais. O*  
1480 *protagonismo do usuário no fortalecimento de novas estratégias de participação no SUAS. O SUAS*  
1481 *e a intersetorialidade das políticas públicas. O desafio da transversalidade na assistência social. A*  
1482 *assistência social e a universalização da seguridade social. A assistência social e o plano nacional*  
1483 *da pessoa com deficiência. O financiamento e o co-financiamento do SUAS, o orçamento público*  
1484 *dos entes federados. A gestão dos fundos de assistência social. O SUAS e o plano Brasil sem*  
1485 *miséria - a tradução de grandes compromissos. Os benefícios socioassistenciais nas perspectivas*  
1486 *dos direitos. BPC. Programa Bolsa Família e Benefícios Eventuais. Os conselhos de assistência*  
1487 *social – mobilização, participação dos movimentos sociais e controle social. A proteção*  
1488 *socioassistencial para a população no contexto de desastre ambiental. A assistência social e os*  
1489 *usuários de crack e outras drogas – um debate necessário. O SUAS e a questão de fronteiras,*  
1490 *tráfico de pessoas e imigrantes. O papel das frentes parlamentares da assistência social na*  
1491 *consolidação do SUAS. O SUAS e a garantia de direitos e a municipalização das medidas sócio-*  
1492 *educativas em meio aberto.”* A Conselheira Marisa informou sua ausência da reunião anterior, por  
1493 representar o CNAS na Conferência de Macapá, informando ter revisto a relação das oficinas, tendo  
1494 encaminhado, e sendo colocado um tema e querendo apresentar o Conselho Nacional do Ministério  
1495 Público, que havia deliberado uma resolução 71, em 15 de junho, e sobre a qual gostaria de falar. O  
1496 Presidente informou ter sido feita uma série de propostas pelas Conselheira Marisa e Célia. Que em  
1497 paralelo a essas propostas, conforme a Sra. Valdete, haviam sido analisadas oficinas da VII e da VI  
1498 Conferências, chegando-se a esse produto. Indicou ter proposto uma metodologia de discutir uma a  
1499 uma, abrindo para sugestões de metodologia. O Conselheiro Renato de Paula falou que a  
1500 metodologia também tinha que ser amparada por um entendimento do processo, citando as oficinas  
1501 existentes e que talvez alguém propusesse oficina que não estaria incluída, podendo se fazer um  
1502 grupo de propostas de inclusão, a serem analisadas previamente, discorrendo sobre o assunto. O  
1503 Presidente informou que a proposta de metodologia era de inclusão, compartilhamento ou de  
1504 exclusão. O Conselheiros Frederico indicou que algumas propostas haviam sido modificadas da  
1505 proposta original trabalhada pela Comissão, sugerindo que se incluísse um retorno ao tema original,  
1506 dentro da metodologia. A Conselheira Simone! Pensava que o Pleno tinha que entender que a

1507 Comissão Organizadora estava debruçada na discussão da Conferência Nacional. Sugeriu que se  
1508 fizesse uma discussão mais política, indicando para a Comissão Organizadora quais as questões que  
1509 pareciam precisar de maior destaque, a qual faria isso na ementa, tema ou na organização das  
1510 oficinas, contemplando a preocupação do Pleno do Conselho Nacional. O Presidente propôs que os  
1511 temas contemplassem o que havia sido colocado, indicando o horário de término dessa reunião, a  
1512 ser considerado pelos presentes. A Conselheira Marisa concordou com a sugestão da Conselheira  
1513 Simone, discorrendo sobre a necessidade de uma oficina relativa ao SUAS/Conselhos e Ministério  
1514 Público, falando sobre a Resolução 71, de 15 de julho de 2011, procedendo à leitura do artigo 8º, “o  
1515 membro do Ministério Público, observada sua atribuição específica, deverá adotar as medidas  
1516 administrativas e judiciais cabíveis, visando a efetiva implementação da política municipal de  
1517 promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e  
1518 adolescentes, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, especialmente através da instalação  
1519 dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, e Centro de Referência Especializada –  
1520 CREAS, no âmbito dos municípios e dos programas tipificados para o atendimento a crianças e  
1521 adolescentes e suas famílias visando o fortalecimento dos vínculos familiares e proteção”. A  
1522 seguir, falou sobre a necessidade dessa oficina, cujo nome não se encontrava entre os colocados. O  
1523 Conselheiro Frederico indicou que, após conversar com seus pares, viam a necessidade de retorno  
1524 da primeira proposta, que trazia a oficina “Gestão do trabalho”, esclarecendo sobre sua importância  
1525 e relação com outras oficinas. Falou sobre a oficina 21, “Assistência social, usuários de crack e  
1526 outras drogas”, ressaltando a necessidade de se trazer o tema álcool, droga que também afetava a  
1527 sociedade. O Conselheiro Renato Saidel entendia que o momento de oficinas seria interessante para  
1528 se discutir a promoção da inserção no mercado de trabalho e a questão da integração da pessoa com  
1529 deficiência à vida comunitária. A Conselheira Simone observou que havia três oficinas com  
1530 questões importantes, o SUAS e a intersetorialidade nas políticas públicas, o desafio da  
1531 transversalidade, a Assistência e a universalização da seguridade são questões muito importantes.  
1532 Citou a questão do financiamento, podendo se juntar em uma única oficina a discussão do  
1533 planejamento da oficina 5 com a 7 e trazer a discussão da NOB, da sua revisão, do Pacto e do  
1534 Plano. Que não havia entendido o contexto sobre o desastre ambiental, mas sentindo falta da  
1535 discussão da população de rua. Que havia que discutir a questão do preconceito com os usuários da  
1536 Assistência Social, como uma expressão autoritária do Estado brasileiro, não sabendo se discutiriam  
1537 essa questão nesse espaço, sendo tão vítimas do preconceito quanto os usuários do Bolsa Família e  
1538 do BPC. A Conselheira Simone observou que havia que dar uma direção na discussão do  
1539 preconceito com os usuários da Assistência, a falta de reconhecimento do direito socioassistencial e  
1540 a questão do acompanhamento familiar, o direito de proteção às famílias do SUAS, discorrendo  
1541 sobre a importância desses temas. Ponderou que lhe parecia que a Comissão Organizadora poderia  
1542 debater a discussão do preconceito com os usuários e do acompanhamento familiar. A Conselheira  
1543 Eutália concordou com a avaliação da Conselheira Marisa, informando que em algumas  
1544 Conferências havia aparecido debates sobre a relação com o Ministério Público e com o Judiciário  
1545 em um caminho complicado, não no caminho da construção de uma parceria, mas da judicialização  
1546 do SUAS, discorrendo sobre como alguns magistrados tratavam da relação entre mães, usuárias de  
1547 crack e seus filhos recém nascidos, defendendo que na ementa ou em uma oficina específica se  
1548 tratasse dessa questão. Indicou, conforme a Conselheira Simone o havia feito, a oficina sobre a  
1549 questão das catástrofes, não imaginando como seria feita. Que queria ver se na ementa ou na  
1550 substituição ou na relação, poderiam incluir a proteção socioassistencial, na questão dos impactos  
1551 de grandes projetos, citando o questionamento feito na Presidência Ampliada por um Conselheiro  
1552 de que o CNAS deveria se manifestar e acompanhar melhor a questão do Xingu, da Usina de Belo

1553 Monte e várias outras questões que pudessem contemplar na ementa. A Conselheira Marisa  
1554 esclareceu que nessa conjuntura haviam pensado na relação com benefícios eventuais, com a  
1555 Conselheira Eutália ponderando ser um debate mais amplo e político sobre qual enfrentamento  
1556 fariam. O Conselheiro Wagner falou sobre a oficina relativa a desastres ambientais, falando sobre  
1557 esses acontecimentos no país e as tragédias que causavam. Questionou o papel da Assistência  
1558 nessas ocasiões, concordando com a Conselheira Eutália sendo importante destacar esse assunto.  
1559 Com relação ao item 21, falou sobre os usuários de bebidas alcoólicas e outras drogas e os  
1560 malefícios que causavam, e que deveria ser discutido. Com relação ao item 24, manifestou sentir  
1561 falta da liberdade assistida, quando falava do SUAS e o Sistema de Garantia de Direitos e a  
1562 municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, sendo informando que já estava  
1563 incluída. Falou sobre a questão dos grupos das comunidades tradicionais e ribeirinhas, dos usuários  
1564 soropositivos, e como trabalhar isso dentro de uma política de, sugerindo que alguns temas fossem  
1565 juntados. A Conselheira Maria Auxiliadora destacou a ausência do tema sobre acessibilidade dentro  
1566 do SUAS. A Sra. Marlene, representante da CEFESS, solicitou a palavra, com o Presidente  
1567 submetendo às Plenária, que manifestou sua aprovação. A Sra. Marlene informou não ter  
1568 visualizado temas sobre a questão da feminização da pobreza, fundamental para se entender o  
1569 enfrentamento da pobreza, da miséria, de todas essas questões sociais, com todos os dados  
1570 apontando para a mulher, discorrendo sobre essa situação. Indicou que outro aspecto faltante era a  
1571 questão de gênero e diversidade do trabalho com as famílias, solicitando fosse contemplado nos  
1572 debates. O Presidente indicou que a Sra. Valdete traria as reflexões em cima do temário, com os  
1573 presentes manifestando-se contemplados ou não, para proceder ao encaminhamento. A Sra. Valdete  
1574 informou ter anotado todas as questões colocadas, as quais eram importantes para se ampliar essa  
1575 reflexão. Observou que muitas das questões levantadas havia identificado dentro da ementa dos  
1576 temas colocados, citando algumas das mesmas: Conselheiro Frederico, de retomar os dois temas  
1577 anteriores trabalhados; a questão da promoção e integração da pessoa com deficiência e mercado de  
1578 trabalho, e a questão da acessibilidade, estando trabalhando no tema da oficina do plano nacional  
1579 das pessoas com deficiência, observando que isso estava sendo tratado; sugestão da Conselheira  
1580 Simone, juntar a oficina 5 com a 7 e criar uma nova para falar da revisão da NOB e que passaria  
1581 pelo pacto de aprimoramento da gestão; que estavam pensando em incluir na questão da  
1582 intersectorialidade o tema sobre a população de rua, o que seria feito quando começassem a trabalhar  
1583 as emendas; confecção de um quadro metodológico para poder trabalhar, trazendo as oficinas da  
1584 VII, os expositores, para ver o que havia ficado de fora e que um debate atual para a VIII  
1585 Conferência; respeito ao colocado pela Conselheira Simone sobre o trabalho com famílias, e o  
1586 acompanhamento familiar, pensavam em incluir o que a Sra. Marlene, do CFEES havia colocado  
1587 sobre a questão da pobreza feminina, e que estavam contemplado no Plano Brasil sem Miséria,  
1588 sendo que desde a proposta, quando traziam como eixo, haviam colocado debater a questão dos  
1589 direitos humanos e sociais, a desigualdade, e como ela se expressava no Brasil; quanto ao desastre  
1590 ambiental, estava contemplado nos impactos dos grandes projetos, e na emenda, com a questão  
1591 ambiental e a migração; a questão do MP, que seria possível trazer como uma oficina, sendo  
1592 importante se resgatar a Frente Parlamentar; questão do preconceito, da diversidade, levantado pela  
1593 Sra. Marlene, a oficina, da transversalidade e assistência, com essa ementa devendo contemplar  
1594 essas questões; com relação à questão do acolhimento, colocada pela Conselheira Marisa, observou  
1595 não ter nenhuma oficina específica, podendo debater e pensar em se tratar separadamente, falando  
1596 sobre o assunto. O Presidente indagou se com base nas afirmações da Sra. Valdete haviam sido  
1597 contemplados, podendo se trabalhar na Comissão Organizadora e trazer uma devolutiva na próxima  
1598 reunião, com as ementas. O Conselheiro José Crus manifestou satisfação na acolhida dessas

1599 sugestões, falando sobre a questão dos trabalhadores, privilegiando-se alguns temas que estavam no  
1600 cotidiano. Falou sobre o eixo específico que teriam para tratar da gestão do trabalho, do trabalho  
1601 social, e todas as questões importantes que deveriam ser discutidas, sendo oferecida uma manhã,  
1602 para esse debate, discorrendo sobre a importância desses temas. Que estavam com conteúdos  
1603 importantes da fala dos Conselheiros para aprimorar as ementas ou até os títulos, sendo muito  
1604 importante esse momento para a Comissão, sendo que tentariam acolher o máximo do que havia  
1605 sido colocado. A Conselheira Leila observou que o tema da acessibilidade, ia para além de tratar  
1606 somente no item 14, onde trataria o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, não podendo ficar  
1607 fora do debate. A Conselheira Eutália recomendava que ao se discutir as ementas, considerassem o  
1608 que a Sra. Marlene trazia, destacando que o CFEES fazia muita falta nesse Conselho, discorrendo  
1609 sobre a questão da transversalidade na Assistência Social. Que esse debate deveria ser aprofundado,  
1610 propondo, conforme o colocado pela Sra. Marlene, se pensar em uma oficina que falasse de gênero  
1611 e diversidade na PNAS. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião, convidando a todos  
1612 para retornarem no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos dezoito dias de agosto de dois mil e onze, o  
1613 Presidente deu início à Centésima Nonagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Nacional  
1614 de Assistência Social – CNAS, solicitando à Secretária-Executiva a verificação do quorum:  
1615 Conselheiros Titulares e na Titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula,  
1616 Conselheiro José Geraldo França Diniz, Conselheira Fátima Rampim, Conselheiro Sérgio Wanderly  
1617 Silva, Conselheiro Antonio Celso Pasquini, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro  
1618 Samuel Rodrigues, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Carlos  
1619 Rogério de Carvalho Nunes, Conselheiro Wagner Carneiro de Santana e Conselheira Eutália  
1620 Barbosa Rodrigues. Conselheiros Suplentes: Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa  
1621 Rodrigues da Silva, Conselheiro Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira  
1622 Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro Jose Araújo da Silva, Conselheira Maria da  
1623 Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira Clemente, e, Conselheira Márcia Mansur.  
1624 **Item - Presença da Consultora Jurídica do MDS para discussão sobre Acórdão TCU e**  
1625 **pareceres jurídicos.** O Presidente agradeceu a presença do Doutor Willian, informando a ausência  
1626 da Dra. Lúcia Ervilha. Observou que poderiam esclarecer algumas questões, principalmente  
1627 respeito ao item 9.6 da TCU, que tratava da representação da Sociedade Civil neste Conselho e  
1628 onde já havia sido debatido. O Dr. Doutor Willian justificou a ausência da Dra. Lúcia, passando a  
1629 esclarecer sobre o acórdão 1809/2009 do TCU, auditoria de natureza operacional, realizada para  
1630 verificar a aplicação de alguns recursos no Fundo e que havia adentrado em algumas questões do  
1631 próprio processo eleitoral realizado no CNAS. Indicou que a Ministra do MDS havia impetrado um  
1632 recurso de reexame para que o TCU fizesse a revisão dessa determinação, o qual embora não  
1633 reconhecido pelo Tribunal, foi acolhido em parte. Relatou que a CONJUR além de sugerir o  
1634 reexame dessa determinação, entrou com um requerimento para que o TCU determinasse o seu  
1635 alcance, visto que a determinação recaia nos mandatos de pessoa física, considerando que a mesma  
1636 não era clara quanto ao seu alcance. Informou os itens do parecer acolhidos pelo TCU,  
1637 recomendando que o Conselho alterasse alguns normativos sobre esse processo de escolha.  
1638 Esclareceu que com relação ao processo eleitoral atual, o Conselho havia editado a Resolução nº 6,  
1639 que trazia alguns avanços, com o voto indo diretamente para a entidade, e não para a pessoa que a  
1640 mesma indicava, citando, também, os critérios de substituição, com as resoluções trazendo que os  
1641 Conselheiros poderiam ser substituídos a qualquer momento a critério das entidades. O Dr. Willian  
1642 esclareceu que para que essa determinação fosse acolhida seria necessário que o Conselho adotasse  
1643 algumas providências para atender essa determinação: primeira, que as entidades se habilitassem,  
1644 indicando seu representante em um momento anterior ao voto, e, segunda, com o Conselho sendo

1645 soberano para definir os critérios de substituição dos seus Conselheiros, sendo estabelecido um  
1646 vínculo e aqueles objetivos estatutários, para que a representatividade do segmento e da entidade  
1647 fosse exercida de acordo com o estatuto da própria entidade que representava. Informou ter feito um  
1648 novo parecer nº 914/2010, relatando acerca desse não acolhimento do recurso e explicitava o  
1649 alcance dessa determinação, sugerindo que o Conselho alterasse alguns normativos, mas não se  
1650 referindo à forma como essas resoluções seriam alteradas. O Conselheiro Renato Saidel manifestou  
1651 sua preocupação com a forma que esse processo estava sendo encaminhado, sugerindo aos demais  
1652 Conselheiros não tomassem esse tipo de atitude pois estariam atingindo alguns princípios legais.  
1653 Informou que quando o Conselho esteve com o Secretário da TCU, haviam feito algumas  
1654 colocações, com o mesmo reconhecendo alguns erros, o que constava em ata, falando sobre como a  
1655 Determinação feria um princípio legal da Constituição, contido no artigo V, inciso II da LOAS, que  
1656 estabelecia as diretrizes da organização de Assistência Social, indicando as mesmas. Esclareceu que  
1657 em nenhum momento estabeleciam a participação popular enquanto pessoa física, questionando  
1658 quais são os critérios para a substituição. Observou que como representantes das suas instituições  
1659 também eram seres políticos, sendo passíveis de substituição a qualquer momento, à critério da  
1660 entidade, destacando que quem se candidatava no pleito eleitoral e segundo a organização da  
1661 Assistência Social no país não era a pessoa, mas sim a entidade, discorrendo sobre sua  
1662 representação da entidade em cujo nome se manifestava. Destacou que o TCU estava propondo uma  
1663 nova leitura do texto legal, o que não acataria, observando que talvez fosse o caso de enfrentar  
1664 judicialmente essa questão. Relatou que o Dr. Willian havia dito que havia sido apresentado um  
1665 recurso de reexame acerca do processo, indagando se o mesmo dentro do prazo de apelação e se  
1666 houve vencimento do prazo ou não e qual o motivo, entendendo-se que a CONJUR era a  
1667 responsável por isso no MDS. O Sr. Willian esclareceu que o Regimento do TCU indicava alguns  
1668 recursos, tipo de decisões, com essa decisão sendo proferida em uma auditoria de natureza  
1669 operacional, informando que o recurso para se discutir o mérito de uma determinação era o de  
1670 reexame, esclarecendo como os procedimentos haviam sido seguidos. Ponderou que o TCU  
1671 costumava conhecer dos recursos, causando estranheza que isso não tivesse sido feito por  
1672 intempestividade. Informou que havia outro requerimento, e cujo prazo também já estava esgotado,  
1673 falando sobre o mesmo. Referiu-se ao determinado pelo Tribunal que em nenhum momento era o  
1674 voto da pessoa, mas sim da pessoa representando uma entidade, interpretação que não era pacífica.  
1675 Após algumas colocações, observou que a responsabilidade pela prática dos atos era do  
1676 Conselheiro, quem era demandado, o que era observado em algumas ações ajuizadas em face da  
1677 União, das entidades e dos próprios Conselheiros. O Dr. Willian ressaltou ser uma determinação do  
1678 próprio TCU, o que não impedia que houvesse um questionamento judicial dessa determinação.  
1679 Destacou que essa questão era urgente por que essa determinação era anterior à Resolução 6, sendo  
1680 que, em tese, o Conselho já deveria ter concluído no último processo eleitoral, mas havendo uma  
1681 justificativa de que o processo estava na eminência de ser regulamentado, deixando-se para se  
1682 cumprir posteriormente. Esclareceu que atualmente estava em ressonância com os critérios de  
1683 substituição, visto que não havia nenhum procedimento habitual, com as entidades substituindo a  
1684 qualquer momento, mesmo sem motivos, o que havia sido questionado. Enfatizou que em nenhum  
1685 momento haviam adentrado no mérito dos critérios de substituição, apenas sugerindo ao Conselho  
1686 estabelecer em suas normas alguns critérios, com toda a liberdade para indicar titular ou suplente da  
1687 própria entidade. Observou que a suplência não havia sido enfrentada no acórdão, o que também  
1688 não impedia esse questionamento judicial. O Dr. Willian falou sobre o que a Consultora Jurídica  
1689 encontrava, procurando amarrar as ações do Conselheiro, de acordo com o que a entidade  
1690 delimitasse, sendo que a partir do momento que descumprisse esses limites, poderia ser substituído.

1691 O Conselheiro José Geraldo entendia que esse processo havia tomado um rumo meio equivocado,  
1692 mas, encontrando que se deveria se tomar uma posição mais firme em relação a algumas  
1693 determinações do TCU, a quem não competia interpretar, mas sim cumprir a lei. Discorreu sobre  
1694 outras determinações do Tribunal, observando que deveriam se posicionar firmemente, não  
1695 deixando em dúvida sua importância como um órgão de controle externo, mas que estava  
1696 extrapolando as suas contribuições. O Conselheiro Renato Saidel indicou que o Dr. Willian havia  
1697 informado a realização de uma reunião da CONJUR com o Presidente, a respeito do reexame da  
1698 matéria. Observou que o Presidente Carlos Ferrari havia assumido a presidência do Conselho em  
1699 julho de 2010 e o acórdão do TCU havia sido publicado em 25 de novembro de 2009, questionando  
1700 o porquê de essa conversa não ter sido feita com o Presidente na época. O Conselheiro Pasquini  
1701 observou que o assunto havia sido discutido em Plenária, com a presença de um representante do  
1702 Tribunal, o qual havia se mostrado indignado por essa interpretação do TCU não ser uma prática do  
1703 Conselho, encontrando que o mesmo havia interpretado a lei de modo diferente. O Conselheiro  
1704 Renato Saidel ponderou a necessidade de ver onde a falha havia sido cometida, sendo  
1705 responsabilidade do CNAS de não ter entrado o recurso de reexame em tempo hábil. Que havia que  
1706 entender e aprender onde haviam errado para não repetir essa falha em outra oportunidade, agindo  
1707 com mais agilidade para conseguir o recurso dentro do prazo, destacando que se isso houvesse  
1708 acontecido, o tratamento seria diferente. A Conselheira Maria Aparecida ponderou que havia que  
1709 separar a questão do prazo e o que estava sendo discutido, falando sobre como cada um estava  
1710 representando sua entidade. Relatou ter aprendido com a construção e participação no controle  
1711 social, tendo que garantir nos fóruns a autonomia das entidades, tendo que haver um critério para a  
1712 participação no Conselho e se seria respeitado pelas entidades. Questionou a ingerência do TCU nas  
1713 organizações, falando sobre sua responsabilidade e a retirada ou não de seu representante. Destacou  
1714 a necessidade de se tomar cuidado com essa ingerência do campo jurídico para o campo político,  
1715 devendo se trabalhar em conjunto, considerando que as entidades faziam política. Concordou com  
1716 as palavras do Conselheiro José Geraldo, observando que tinham que tomar cuidado com essa  
1717 situação, que respeitavam o TCU, estando prontos a debater, estudar e chegar a um acordo, mas que  
1718 preservar a autonomia das entidades era ponto pacífico, por significar preservar a autonomia dos  
1719 Conselhos. O Conselheiro Carlos Rogério concordando com as falas anteriores, observando que o  
1720 Conselho normatizava e fazia Resoluções relativas ao processo eleitoral, estando na lei que a  
1721 representação que compunha o Conselho eram as entidades, com cada tendo um estatuto  
1722 constitucional, observando que quando seu representante feria essa norma, era substituído, sendo esse  
1723 o princípio de autonomia da entidade e o princípio da responsabilidade daquele representante.  
1724 Conforme falado nos partidos, esclareceu que os mesmos tinham mandato de 4 anos, sendo  
1725 competência da organização partidária esse princípio, e, no seu caso, era responsabilidade da sua  
1726 entidade. O Dr. Willian discorreu sobre o assunto, indicando ter havido certa falha com relação ao  
1727 prazo, chegando à CONJUR com o mesmo já esgotado e estando na eminência da execução de uma  
1728 Resolução normatizando o atual processo de escolha. Falou sobre a urgência das comunicações do  
1729 TCU, com essa, por sua natureza, deveria ter sido enviada ao Ministro. Esclareceu que a CONJUR,  
1730 antes de recomendar a impetração do recurso, havia devolvido o processo ao CNAS, sendo  
1731 realizada posteriormente essa impetração e que não havia sido reconhecido, sendo esse o primeiro  
1732 aspecto, processual. Com relação ao mérito da determinação, destacou que TCU tinha poderes  
1733 muito amplos, observando que o STF dizia que o TCU podia interpretar ou reconhecer a  
1734 inconstitucionalidade de lei, reconhecimento que era questionável, discorrendo sobre a questão.  
1735 Observou haver uma imposição jurídica que não era pacífica, com a CONJUR tendo defendido isso  
1736 em um recurso, mas o TCU vinha sempre exercendo essas interpretações legais, sendo que em

1737 última instância, recairia no Judiciário, quem poderia derrubar uma determinação do TCU. O Dr.  
1738 Willian observou que esse mérito havia ficado bem claro no parecer, recomendando ao pleno o  
1739 acesso aos dois pareceres da CONJUR: parecer 914/2010 e 294/2011. Concluindo, ressaltou que a  
1740 CONJUR defendia seu posicionamento, tendo sido vencida mais na questão processual do que na  
1741 de mérito. Relatou haver certo posicionamento da Consultoria Jurídica junto com a AGU, quanto a  
1742 não poder haver meio termo nessa questão, destacando que a posição do CNAS era bem clara para a  
1743 Consultoria, que também tinha a sua defesa, prosseguindo-se de acordo com os interesses  
1744 encaminhados. Sugeriu que o Conselho encaminhe uma manifestação para a CONJUR, indicando  
1745 suas razões, a qual faria as intermediações para ver o que a AGU poderia adotar em face do  
1746 posicionamento do Conselho. A Conselheira Leila manifestou insatisfação com a situação, com as  
1747 entidades não se submeter a esse tipo de parecer, por inclusive por ser inconstitucional,  
1748 determinando o que a entidade poderia ou não fazer. Ponderou que havia que pacificar a situação,  
1749 relatando a visita do representante do TCU e que não seria o caso de convidá-lo novamente. O Sr.  
1750 Willian informou ter entrado com uma medida normativa do Regimento e que não havia sido  
1751 acolhida em parte, havendo um posicionamento expresso do Tribunal. O Conselheiro Renato Saidel  
1752 falou sobre a visita do representante do TCU que havia feito alguns apontamentos interessantes,  
1753 reconhecendo esse Conselho, que poderia isso para uma eventual demanda judicial. A seguir,  
1754 propôs como **encaminhamento** o acatamento ou questionamento do item. A Conselheira Eutália  
1755 manifestou-se contemplada com essa fala, discorrendo sobre a determinação do TCU e observando  
1756 que se não tivessem perdido o prazo para a contestação e diante da manifestação do representante  
1757 nesse Pleno poderiam até ter conseguido alterar essa determinação do TCU, permanecendo apenas  
1758 no trâmite administrativo. Indagou que se o TCU havia julgado intempestiva a consideração do  
1759 CNAS e não tendo mais como discutir mérito com o TCU se iria para uma via judicial. O  
1760 Conselheiro José Geraldo, falando sobre a situação, observou que esse representante havia  
1761 reconhecido os procedimentos do CNAS, mas em nenhum momento assumido o compromisso de  
1762 mudar, o que não poderia fazer, por ser decisão de Pleno, entendendo as razões e pedindo que  
1763 encaminhasse para o Tribunal, quando tentaria encaminhar para revisão pelo Pleno, ponderando que  
1764 isso não acontecia. O Conselheiro Pasquini ressaltou que o CNAS contava com a orientação da  
1765 CONJUR, sugerindo que a insatisfação com relação à essa questão, lhe fosse transmitida. Indagou  
1766 se esse acórdão do TCU já estava valendo para essa questão ou para a próxima, observando haver  
1767 duas situações, a colocação do TCU, de que o processo de eleição da Sociedade Civil se desse dessa  
1768 forma que recomendava, entendendo a posição do Tribunal para resguardar o próprio Conselho.  
1769 Ressaltou que para o processo de eleição deveriam voltar-se para outro aspecto, mas nunca recaindo  
1770 para a pessoa física, falando sobre essa questão, ressaltando que a responsabilidade pela indicação  
1771 do representante era da entidade. Observou que o representantes, após nomeados, respondiam como  
1772 pessoa física. O Conselheiro Pasquini questionou se a CONJUR era obrigada a defender esse  
1773 representante judicialmente ou a entidade que fazia o seu recurso, e quando se tornasse ex-  
1774 Conselheiro, ainda sob processos de manifestação popular, se tinha direito às manifestações da  
1775 CONJUR. Observou que essas preocupações deveriam ser do Pleno, para esclarecer essas questões.  
1776 O Presidente indagou ao o Dr. William, destacando o consenso existente, qual seria o caminho a  
1777 seguir com essa resposta construindo o encaminhamento pelo Pleno. O Dr. Willian falou sobre a  
1778 situação, esclarecendo que o representante do TCU era secretário e não poderia rever, discorrendo  
1779 sobre o acórdão e seus fundamentos, com o Tribunal relatando alguns problemas históricos que o  
1780 Conselho vinha enfrentando, prendendo-se mais no que tangia à responsabilidade da pessoa física.  
1781 Prosseguiu falando sobre o acórdão que determinava que o CNAS revisse as resoluções do  
1782 Conselho, observando que como esse processo eleitoral havia sido normatizado, o que estava



1783 colidindo com essa determinação eram os critérios de substituição. Observou que com relação a  
1784 isso, haveria a necessidade de alteração dos critérios de substituição a critério da entidade, e que  
1785 como era uma determinação só da esfera judicial, poderia ser derrubada. Recomendava que o  
1786 CNAS se manifestasse, encaminhando seu ponto de vista sobre o mérito e providências cabíveis e  
1787 que a CONJUR indicaria o caminho. Sobre a representação judicial dos Conselheiros, a CONJUR já  
1788 havia feito uma recomendação quando estavam chegando muitas ações populares em face de ato de  
1789 CEBAS, sendo constatada certa impropriedade, por que os atores eram sempre os mesmos. Que  
1790 haviam considerado a necessidade de alertar o Conselho de que o agente público, o Conselheiro  
1791 poderia estar amparado, existindo uma Ordem de Serviço na Procuradoria Geral da União, nº 31, de  
1792 13 de junho de 2007, autorizando a defesa do agente público pela AGU, desde que atendidos alguns  
1793 requisitos, procedendo à leitura do artigo I desta Ordem de Serviço. Observou que a mesma  
1794 apresentava alguns requisitos que deveriam compor esse pedido de representação judicial, feito  
1795 diretamente pelo agente público à Procuradoria Geral da União, com a AGU tendo certo juízo em  
1796 interesse público, como Procurador Geral da União designando um advogado de suas unidades,  
1797 para que representasse nesse tipo de ação. O Presidente procedeu ao seguinte **encaminhamento**:  
1798 com o CNAS decidindo por dar andamento a esse questionamento. A seguir, colocou em votação,  
1799 com o Pleno concordando com essa colocação. O Conselheiro José Geraldo indagou se ainda  
1800 persistia no TCU a história de entidade/pessoa física, entendendo que agora caberia criar critérios  
1801 para a substituição em função da nova eleição ocorrida, e onde o outro aspecto estaria atendido. O  
1802 Dr. Willian observou que essa eleição já havia sido realizada e com o voto das entidades, o fato já  
1803 havia sido consumado, mas com essa determinação permanecendo para as próximas. O Dr. Willian  
1804 informou que era apenas colocar que o Parecer 914/2010 continha toda a argumentação jurídica que  
1805 a Consultoria Jurídica havia construído em defesa de o mandato pertencer às entidades,  
1806 fundamentos que poderiam subsidiar o CNAS. O Presidente indagou à Plenária se poderia dar por  
1807 concluído esse item de pauta, indagando ao se havia tempo hábil para encaminhar para o próximo  
1808 mês. Agradeceu a participação do Dr. William, e, na sua pessoa, agradecer à CONJUR. Informou à  
1809 Conselheira Márcia, para registro, que haviam apoiado duas moções, uma referente à internação  
1810 compulsória e outra referente ao veto do reajuste dos aposentados. Aparteando, o Conselheiro  
1811 Pasquini informou que no dia anterior havia sido colocada a possibilidade de as entidades estarem  
1812 ajudando na divulgação do conhecimento do censo e outras questões do MDS a respeito do CNAS.  
1813 Informou ter consultado a Rede Vida de Televisão, que dava uma hora para falar sobre o SUAS,  
1814 Conferências e também sobre o censo, o que deveria ser feito na próxima segunda feira em São  
1815 Paulo. O Conselheiro Pasquini informou que era interativo com todos os Municípios, podendo  
1816 esclarecer as dúvidas e fornecer informações, indagando quem seria o representante do CNAS. O  
1817 Presidente ressaltou que como a metodologia estava sendo construída pelo DRSP, sugeriu que o  
1818 Conselheiro Pasquini, na condição de Coordenador da Comissão de Normas, entrasse em contato  
1819 com o mesmo para se articular e ver a melhor forma de participação. Com a concordância do Pleno,  
1820 o Presidente informou que fariam contato com a Dr.<sup>a</sup> Carolina Stuchi. O Conselheiro Pasquini  
1821 solicitou que o Conselho colocasse em seu site que os demais Conselhos participassem com  
1822 perguntas. A Conselheira Márcia Mansur procedeu à leitura: “*O Conselho Nacional de Assistência*  
1823 *Social, em sua Plenária Ordinária de 17 de agosto de 2011, decidiu vir a público repudiar as ações*  
1824 *de recolhimento internação compulsória da população de vida nas ruas, em especial crianças e*  
1825 *adolescentes usuários de crack, que vem acontecendo, principalmente, no RJ e SP, e que tem*  
1826 *ganhado grande visibilidade da mídia e da sociedade. Essas ações caracterizam-se pela retirada*  
1827 *das pessoas em situação de rua, às quais, sob o efeito de drogas, são encaminhadas para as*  
1828 *unidades de abrigamento, sem decisão pessoal das mesmas ou de suas famílias. A ação de poder*

1829 público, especialmente das secretarias municipais de assistência social, que se utiliza da presença  
1830 ostensiva e arbitrária da polícia, se sobrepõe a participação das famílias, as quais são  
1831 comunicadas dos locais para onde os membros da família foram levados, muitas vezes ocorrendo  
1832 largos lapsos de tempo entre a retirada da rua e o contato com as famílias A Organização de  
1833 Saúde preconiza que o internamento compulsório só pode ser empregado em situações  
1834 excepcionais e por tempo muito limitado, sempre por decisão judicial, e não por psiquiatra ou  
1835 assistente social, como tem sido o caso já mais em massa. Muito mais do que proteger as pessoas,  
1836 essas ações podem agravar ainda mais a situação ao utilizar de práticas punitivas e, muitas vezes,  
1837 higienistas no enfrentamento de um problema tão complexo, numa postura segregadora que nega  
1838 direito a cidadania, de total desrespeito aos direitos arduamente conquistados na Constituição  
1839 Federal, contemplados no ECA, no SUAS e no SUS. O alvo dessas ações são, em sua maioria,  
1840 crianças e adolescentes que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, muitas vezes  
1841 provocadas pela falta de acesso às oportunidades de redes sociais básicas, como educação, saúde e  
1842 assistência social. Este Conselho não deveria ficar em silêncio diante dos evidentes  
1843 acontecimentos, tendo em vista a sua história e sua luta pela consolidação dos direitos sociais e  
1844 humanos expressados no SUAS, sistema que defende a intersectoriedade entre as políticas públicas,  
1845 assegurando atendimento digno a todas os cidadãos que necessitam de assistência social e das  
1846 políticas públicas de forma ampla. Sabemos que, em sua grande parte, essas pessoas que se  
1847 encontram em situação de rua também são resultados de um processo histórico de exclusão social  
1848 e de ausência do estado (...) Negamos a ação impositiva do estado, defendemos um atendimento  
1849 digno entre as diversas políticas intersectoriais que respondem pelo atendimento às pessoas  
1850 usuárias de drogas, onde os estados e as famílias começam a se responsabilizar pela ação e  
1851 cuidado dessas pessoas afetadas pela vulnerabilidade das drogas e das ruas. O trabalho  
1852 intersectorial e em rede, desenvolvido no próprio território, com ações articuladas de proteção que  
1853 envolvam equipamentos diversos, como centros de atenção psicossocial, os centros de referência  
1854 em assistência social, CRAS, CREAS, os projetos de redução de danos, a escola, o programa  
1855 estratégia saúde da família, poderão garantir os acessos e atendimentos sociais e convivência  
1856 familiar e comunitária de crianças e adolescentes. Somente com esse olhar poderemos avançar nas  
1857 lutas democráticas e na construção de políticas públicas que respondam às necessidades de todos  
1858 os cidadãos brasileiros.” O Presidente colocou em discussão, com o Conselheiro Renato de Paula  
1859 corrigindo o preconceito de gênero sobre psiquiatra e assistente social, com a Conselheira Márcia  
1860 esclarecendo ter tirado essa frase de um artigo do CPF, sugerindo sua retirada, mas tendo que  
1861 identificar as siglas. A Conselheira Eutália esclareceu que eram Centros de Referência da  
1862 Assistência Social e Centro de Referência Especializado da Assistência Social, não sendo “em  
1863 Assistência”, indicando, com relação à vulnerabilidade, que o correto era “vulnerabilidade e risco  
1864 pessoal e social”. Falou que vinham fazendo um forte debate sobre a questão, tendo uma pressão na  
1865 base de que os CREAS atendessem jovens em situação de uso de drogas, mas tendo que ter cuidado  
1866 com essa moção e repudiando essa internação compulsória. Colocou ter dificuldade em saber se os  
1867 parágrafos estavam se articulando, indicando que não falava em atendimento, falando sobre o que  
1868 vinha sendo discutido e que essa vulnerabilidade de saúde era de responsabilidade da política de  
1869 Saúde. A seguir, o Presidente indagou se o Pleno concordava, sendo aprovada a moção. O  
1870 Conselheiro Araújo apresentou a moção dos aposentados: “Moção de apoio aos aposentados e  
1871 pensionistas. O Conselho Nacional de Assistência Social, CNAS, em sua reunião do dia 17 de  
1872 agosto de 2011, decidiu pelo encaminhamento da seguinte moção de apoio aos trabalhadores  
1873 aposentados e pensionistas, ao veto presidencial à regra que prevê reajuste acima da inflação para  
1874 o ano de 2012. Aqueles que recebam acima de um salário mínimo nacional, incluída na Lei de

1875 *Diretrizes Orçamentárias, LDO, e aprovada pelo Congresso Nacional. Os trabalhadores*  
1876 *aposentados e pensionistas já sofrem com as perdas salariais, que chegam a 70% de reajustes*  
1877 *diferentes aplicados ao mínimo, e agora correm o risco de também não terem o reajuste real se for*  
1878 *mantida a decisão no referido veto. Ciente do impacto que esta decisão poderá acarretar,*  
1879 *considerando, principalmente, os reflexos na Política Nacional de Assistência Social, PNAS, esse*  
1880 *CNAS conclama a Excelentíssima senhora Presidente Dilma Rousseff rever a situação criando*  
1881 *mecanismo para atender às reivindicações dos mais de nove milhões de trabalhadores aposentados*  
1882 *e pensionistas que recebem o benefício acima do salário mínimo e envie ao Congresso Nacional,*  
1883 *até o final do mês, na proposta de Lei Orçamentária Anual, a correção desta discrepância, sob*  
1884 *pena de prejuízo incalculável para milhões de famílias que dependem desta fonte de renda para a*  
1885 *sua sobrevivência. Brasília, 17 de agosto de 2011.” O Conselheiro José Geraldo não entendia como*  
1886 *a Lei Orçamentária poderia resolver o problema, com a Presidente Dilma não podendo voltar atrás*  
1887 *em relação ao veto, mas que poderia adotar outra medida que o compensasse, com o mesmo só*  
1888 *podendo ser mudado ou derrubado pelo Congresso. O Conselheiro José Araujo informou que a*  
1889 *nova Lei Orçamentária iria no final do mês para o Congresso, podendo ser feitas transferências*  
1890 *dentro da mesma para reparar a injustiça que estava sendo cometida. Observou que não era voltar*  
1891 *atrás no veto, mas sugerir um caminho. Após mais algumas colocações sobre a Lei, a Conselheira*  
1892 *Eutália sugeriu retirar do texto “até o final do mês”, apoiando-se a indignação, mas que legalmente*  
1893 *o caminho não seria esse. A Conselheira Conceição indagou porque não competia também ao*  
1894 *Congresso Nacional para derrubar o veto da Presidente, sendo que em caso positivo o aumento*  
1895 *estaria autorizado. O Conselheiro Carlos Rogério sugeriu alterar a redação do 3º parágrafo: “Ciente*  
1896 *do impacto que esta decisão poderá acarretar, considerando, principalmente, os reflexos na*  
1897 *política nacional de Assistência Social, PNAS, esse CNAS conclama a Excelentíssima senhora*  
1898 *Presidente Dilma Rousseff rever a situação criando mecanismo para atender às reivindicações dos*  
1899 *mais de nove milhões de trabalhadores aposentados e pensionistas que recebem o benefício acima*  
1900 *do salário mínimo, com a correção desta discrepância, sob pena de prejuízo incalculável para*  
1901 *milhões de famílias que dependem desta fonte de renda para a sua sobrevivência.” A Conselheira*  
1902 *Simone observou que não ficaria muito bom se colocar a frase “Ciente do impacto que esta decisão*  
1903 *poderá acarretar, considerando, principalmente, os reflexos na política nacional de Assistência*  
1904 *Social”, sugerindo “ciente do impacto que essa decisão pode acarretar na vida do cidadão”, não*  
1905 *sendo na política, propondo a retirada desse trecho. O Conselheiro Clodoaldo indicou que não seria*  
1906 *correto retirar “os reflexos nessa construção de uma Política Nacional da Assistência Social”. O*  
1907 *Conselheiro José Geraldo ressaltou a necessidade de cautela, visto que o universo contemplado não*  
1908 *fazia parte daquele atendido pela Assistência Social. Observou que concordava com essa moção,*  
1909 *mas como representante do MDS se absteria nessa votação. A Conselheira Maria Aparecida*  
1910 *manifestou dúvida se era papel do Pleno fazer esse tipo de moção, mas sugerindo alteração na*  
1911 *redação: “Ciente do impacto que esta decisão poderia acarretar, considerando, principalmente, os*  
1912 *reflexos na política econômica, consequentemente na sociedade e nas camadas sociais que*  
1913 *dependem desse salário...”. O Presidente indicou o **encaminhamento**: a redação da Conselheira*  
1914 *Maria Aparecida, tendo em vista as falas dos Conselheiros Simone, Carlos Rogério e Clodoaldo e*  
1915 *se atendia a todos, aclarando a correção a parte de politizar essa moção. O presidente indagou se*  
1916 *todos acatavam essa moção, com o Conselheiro José Geral se abstendo de votar. Após a colocação*  
1917 *em votação, o Presidente considerou aprovada a moção, com uma abstenção. **Item Relato da***  
1918 ***Presidência Ampliada.** A Conselheira Eutália procedeu à leitura: “Memória da Reunião da*  
1919 *Presidência Ampliada. 16 de agosto de 2011, das 18h às 20h30m no CNAS, Brasília/DF.”*  
1920 *Esclareceu a impossibilidade de iniciar a reunião no horário marcado, prejudicando a reunião da*

1921 Comissão de Conselhos, solicitando retornar ao encaminhamento anterior de que as Comissões  
1922 encerrariam às 15 horas para poderem iniciar. O Presidente indicou o horário de 13 às 15h, e de 15  
1923 às 18h, solicitando o empenho de todos para cumprir o horário determinado. O Conselheiro Renato  
1924 de Paula informou a impossibilidade de comparecer às sextas feiras após as 18h, o que não  
1925 prejudicaria a provação da pauta, marcando-se posteriormente um horário alternativo para a reunião  
1926 da Presidência Ampliada, com a Conselheira Eutália informando que se a reunião da Comissão de  
1927 Conselhos terminasse no horário marcado, não teria problemas na participação, considerando as  
1928 viagens particulares que realizava. A Conselheira Fátima, como membro dessa Comissão, falou  
1929 sobre o horário do relato, indicando que sempre tinham que se retirar mais cedo pelos horários dos  
1930 vôos. O Conselheiro Renato Saidel observou não saber se uma hora seria suficiente para fazer o  
1931 relato, com o Presidente observando que o tempo seria distribuído conforme a necessidade. O  
1932 Conselheiro José Crus, aproveitando a fala do Conselheiro Renato Saidel, encontrava que o  
1933 encaminhamento seria que todos recebessem esse material antes da Comissão, para minimizar o  
1934 debate na Plenária. A Conselheira Eutália lembrou que haviam encaminhado os questionamentos  
1935 para todos os Conselheiros do documento preliminar e não haviam recebido contribuição. A  
1936 Conselheira Simone solicitou que ao invés de fazer o levantamento nacional de crianças e  
1937 adolescentes em serviço de acolhimento, que fosse apresentado no Conselho a proposta da atuação  
1938 no SUAS do Plano Brasil Sem Miséria, falando sobre a discussão que seria realizada na reunião da  
1939 SIT nos dias 30 e 31 e vir para o CNAS, tendo percebido que não estava contido na pauta. Após  
1940 mais alguns esclarecimentos, o Conselheiro José Crus sugeriu que esse tema fosse apresentado de  
1941 10 às 11h e de 11h às 12h, no lugar do relato da Presidência Ampliada e de Financiamento, com a  
1942 Conselheira Simone esclarecendo sobre o que seria tratado. O Presidente esclareceu que o item do  
1943 levantamento do sistema de acolhimento havia sido proposta do Conselheiro Clodoaldo,  
1944 submetendo esse indicativo e se passaria para outubro ou deixaria em aberto. O Conselheiro José  
1945 Crus sugeriu que essa pauta poderia ser para a Comissão de Política, cujo relato viria para o Pleno,  
1946 com o Presidente observando serem coisas distintas. A Conselheira Leila informou que o GT havia  
1947 se reuniu pela manhã e construído uma proposta de agenda para concluir seu trabalho sobre os  
1948 incisos III e IV, com o Presidente observando que se o Grupo não tivesse reunião antes do Pleno,  
1949 seu espaço, no dia 14, das 10h15min às 12h poderia ser ocupado pelo SUAS e o Plano Brasil Sem  
1950 Miséria, mantendo-se a pauta como estava. O Conselheiro Frederico, citando a proposta do  
1951 Conselheiro José Crus, observou não apresentar problemas em outubro com o CONANDA já  
1952 estando na Comissão. O Conselheiro José Crus, ressaltando já ter o relato, retirava sua proposta  
1953 para que fosse apresentado para todo o Pleno nesse horário do GT. O Presidente, após as colocações  
1954 feitas pelos Conselheiros, considerou aprovada a pauta, sendo apresentado no lugar do GT da linha  
1955 C e D, artigo I e II da LOAS, o SUAS e o Plano Brasil Sem Miséria. **Item dois. Instalação da**  
1956 **Frente Parlamentar da Política de Assistência Social.** O presidente relatou ter feito essa inclusão  
1957 considerando a conversa mantida com o Deputado Eduardo Barbosa na última semana, indicando  
1958 que na nova legislatura, a Frente Parlamentar da Política de Assistência Social não havia sido  
1959 recomposta. Observando a sua importância, trazia para o Pleno pensar em estratégias para que essa  
1960 agenda fosse retomada, tendo como **encaminhamento** essa articulação pela Frente em defesa da  
1961 política de Assistência Social, submetendo ao Pleno para ver se concordava com o entendimento da  
1962 Presidência Ampliada. O Conselheiro Renato de Paula discorreu sobre a falta de tempo para discutir  
1963 determinados assuntos após a recondução da presidência, encontrando complicado se aprovar uma  
1964 minuta e sugerindo que o pleno ratificasse o acordo feito de que as coordenações das Comissões do  
1965 Governo e as da Sociedade Civil fossem mantidas. O Presidente indicou a troca de Conselheiros:  
1966 Conselheira Jane na Comissão de Política e o Conselheiro José Araújo na Comissão de

1967 Financiamento, sendo preciso publicar as Comissões já com essas novas composições, com o  
1968 Conselheiro Renato de Paula destacando as alterações feitas no Governo. O Conselheiro José  
1969 Geraldo esclareceu que o Conselheiro José Araújo participaria na Comissão de Financiamento  
1970 como convidado e não como Conselheiro, por estar em outra Comissão, tendo que se fazer uma  
1971 discussão no âmbito de Governo, não vendo impedimento de se publicar e depois fazer a discussão  
1972 e alteração. Após colocações sobre a questão, o Conselheiro Renato de Paula observou que teriam  
1973 que se comprometer a ter essa questão regularizada até o próximo Pleno. O Presidente considerou o  
1974 Item consensuado pelo Pleno. **Item 4. Informe da reunião do CONANDA no CNAS, de Política.**  
1975 Indicou ter ficado uma contribuição para o Conselheiro Frederico. **Item 5. Informação da**  
1976 **capacitação.** A Conselheira Marisa indagou se o CNAS já tinha a relação das datas, sobretudo na  
1977 Região Nordeste, informando ter recebido e-mail da presidente de Conselho do seu Município  
1978 solicitando essa informação, inclusive para divulgar nos seus Colegiados. O Conselheiro José  
1979 Araújo informou que o Conselho de Ibirataia solicitava uma posição a respeito da empresa,  
1980 solicitando esclarecimentos e observando que o encaminhamento não estava bom. O Conselheiro  
1981 José Crus sobre a questão indicou que o CNAS conhecia as empresas contratadas para a  
1982 capacitação, tendo que responder os questionamentos feitos, contribuindo com o MDS na  
1983 divulgação das Conferências. Informou que verificaria se as datas atuais haviam sido encaminhadas,  
1984 tendo retomado o processo de capacitação e o CNAS havia acompanhado todo o processo. O  
1985 Conselheiro José Geraldo destacou ter havido um lapso de comunicação, com o CNAS não tendo  
1986 conhecimento da capacitação. A Secretária-Executiva esclareceu que no caso específico desse e-  
1987 mail enviado pelo Município, o mesmo havia sido respondido oportunamente, que se tratava de uma  
1988 capacitação feita pelo MDS, com a empresa sendo licitada para esse procedimento. Informou que na  
1989 oportunidade não tinham conhecimento da instalação da segunda fase. Informou que quanto ao  
1990 reinício da capacitação, as informações estavam no relato da Presidência Ampliada, indicando os  
1991 itens conhecidos, com as datas e mesmo o papel do Conselho em relação à mobilização, ainda não  
1992 haviam chegado à Secretaria-Executiva. Que haviam sido registradas duas reuniões pela SAGI, com  
1993 a Secretaria-Executiva e o Conselho não estando presentes por ser dia de Plenária. Destacou que  
1994 haviam informado ao município, com todas as informações estando no site do MDS. O Conselheiro  
1995 José Crus registrou a importância da Secretaria-Executiva desse Conselho nas reuniões e no  
1996 processo de mobilização, destacando a sua participação para que pudessem concluir a segunda fase  
1997 até o final do ano, cobrindo uma agenda estratégica do Plano, aprovado na última Conferência. O  
1998 Conselheiro José Araújo sugeriu que o texto fosse mudado, dizendo que a Secretaria-Executiva  
1999 havia feito esses esclarecimentos. **Item 6. Conselheiro Aprendiz.** O Presidente falou sobre os  
2000 procedimentos adotados sobre a questão, sendo levado para a Presidência Ampliada para se definir  
2001 o fluxo, com o **encaminhamento** de que fosse estudado caso a caso no foro correspondente. O  
2002 Conselheiro José Araújo indagou como ficaria, e, caso fosse urgente, teriam que esperar um mês  
2003 para ter um retorno, com o Presidente esclarecendo que poderia consultar a Presidência Ampliada  
2004 por e-mail. **Item 7. Solicitação CMAS de Altamira.** O Presidente falou sobre as notícias na mídia,  
2005 relatando a grande mobilização realizada pelo Governo e que havia chamado a atenção o Ofício da  
2006 Presidente, no sentido de tratar desse assunto. Que o mesmo havia sido levado para a Presidência  
2007 Ampliada, para solicitar ao CNAS trazer informações sobre o programa e estratégia do estado  
2008 brasileiro de chegar antes da obra, sendo que muitas vezes as comunidades não estavam preparadas  
2009 para chegar junto com a obra. A Conselheira Eutália observou que o convite não era para o CNAS,  
2010 falando sobre as atividades em oito municípios do estado do Pará, tendo conversado com a  
2011 Secretária Denise, que havia sugerido que chamassem o Coordenador dessa ação integrada no  
2012 Xingu e quem havia articulado toda a ação. O Presidente indicou o **encaminhamento**: convidar a

2013 Secretaria Executiva da CAISAN e o coordenador para falar sobre a operação. O Presidente  
2014 destacou que seria para a pauta de outubro, visto terem aprovado a pauta de setembro, ressaltando  
2015 que se o convite fosse feito em nome do CNAS seria mais fácil, visto o mesmo ter seu espaço de  
2016 informes. Que havia que ter um espaço na pauta para o convidado fazer sua apresentação,  
2017 indagando se colocaria dentro dos informes, o que foi consensuado. O Presidente passou ao **Item 8.**  
2018 **Comissão Nacional Intersetorial para acompanhamento e implementação do Plano Nacional**  
2019 **de Promoção, proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes.** Relatou que essa  
2020 Comissão havia sido composta em 2010, sendo indicados o Conselheiro Samuel Rodrigues e  
2021 Conselheiro Wagner e com a Presidência Ampliada solicitando a ratificação desses nomes. **Item 9.**  
2022 **Projeto de Lei do Programa Bolsa Família.** Indicou que no dia anterior o Conselheiro José Crus  
2023 havia feito uma fala nesse sentido, indicando o desconforto por vir uma proposta totalmente  
2024 descabida referente ao entendimento do programa, criando condição para que o Benefício fosse  
2025 concebido por conta de serviços voluntário. Que a Presidência Ampliada propunha que a Plenária se  
2026 manifestasse. O Conselheiro Wagner sugeriu uma moção de repúdio a esse assunto, conhecendo a  
2027 autoria e o conteúdo do projeto, o qual não deveria nem ser discutido, com a concordância da  
2028 Conselheira Simone, que também encontrava que deveriam se posicionar sempre que determinadas  
2029 questões levassem ao preconceito. O Presidente esclareceu que o Conselheiro Renato de Paula  
2030 indagava se o Projeto do Sr. Lincoln Portela, do PR, tendo que se dirigir diretamente ao próprio,  
2031 enviando um ofício do Presidente. Destacou que essas questões seriam mais frequentes, precisando  
2032 de medidas preventivas para se preparar. Relatou ter recebido um bloco de cinco DVD's produzidos  
2033 pelo SENAC, sobre o Programa, e com quem poderiam tratar para saber a possibilidade de publicar  
2034 para todos os Conselheiros, visto que nas Conferências eram questionados sobre esse programa. O  
2035 Conselheiro José Crus concordou com esse posicionamento, sugerindo que a Comissão instituída,  
2036 para a qual deveria ter uma agenda importante, fosse convocada para ter um posicionamento. O  
2037 Presidente ponderou que a pauta de setembro estava toda comprometida, destacando que a  
2038 realização de duas horas com a Comissão não resolveria o problema, sendo necessária uma  
2039 comissão estratégica não só para o CNAS, mas também nos Conselhos Estaduais, para tratar desse  
2040 assunto. Observou que convocar não era o problema, estando preocupado com a pauta de setembro,  
2041 toda comprometida, com todas as questões que continha para serem vencidas. A Conselheira  
2042 Eutália indagou se o Conselheiro José Crus havia se referido à Comissão da Câmara, mas  
2043 encontrando interessante essa proposta, precisando tirar um encaminhamento sobre a questão  
2044 colocada e que agredia a todos. Indicou que sua proposta era que os Conselheiros tivessem sido  
2045 consultados on line aquele dia, para já terem encaminhado uma manifestação, mas com o Presidente  
2046 falando da importância de levar para o Pleno. Que havia que questionar imediatamente o autor  
2047 desse projeto e uma moção para divulgar para toda a sociedade. O Presidente indicou os  
2048 **encaminhamentos:** Moção a ser feita no horário do almoço por dois Conselheiros; a carta do  
2049 Presidente a ser encaminhada para o autor e o relator; verificação dos DVD's pela Conselheira  
2050 Anna Claudia; e, proposta do Conselheiro José Crus de convocar a comissão; e, questionamento do  
2051 presidente sobre a pauta. A Conselheira Marisa discorreu sobre o desconhecimento dos  
2052 parlamentares respeito ao SUAS, encontrando que esses encaminhamentos eram importantes, mas  
2053 queria saber da relevância de se articular junto a uma Frente Parlamentar. A Conselheira Simone  
2054 concordou que havia que responder imediatamente ao deputado, devendo ser convocada a  
2055 Comissão para uma reunião, para se fazer um planejamento de levantamento das questões afetadas, já  
2056 tendo sido discutida a necessidade de um posicionamento do CNAS e não concordando que fosse  
2057 feita uma moção. Destacou a importância do trabalho a ser realizado por essa Comissão, que seria  
2058 extraordinária e tendo que ter uma intervenção com tempo estabelecido. O presidente ponderou que

2059 poderiam convocar para o próximo Pleno, mas não podendo esperar para produzir a moção,  
2060 indagando se a proposta da Conselheira Simone era que a comissão se reunisse formalmente para  
2061 produzir essa moção, ou aguardaria para produzir para a próxima, que esclareceu que esse caso  
2062 merecia uma intervenção imediata, e que a convocação da comissão era para que criasse estratégias  
2063 mais consistentes. O Presidente, como **encaminhamento**, destacou que para esse caso criariam um  
2064 grupo para produzir um documento de manifestação do CNAS a ser aprovado nesse Pleno,  
2065 indicando a Conselheira Anna Claudia, Conselheiro Wagner e Conselheira Eutália para essa tarefa  
2066 até o final da tarde. A Conselheira Leila encontrava que além da convocação da comissão, deveriam  
2067 fazer uma ação para que fosse instituída rapidamente a Frente Parlamentar social dentro da linha  
2068 colocada pela Conselheira Marisa, discorrendo sobre os PL's colocados e que deveriam ser  
2069 analisados profundamente. A Conselheira Eutália indicou que poderiam levar essa pauta para as  
2070 Conferências Estaduais e tentassem tirar um posicionamento contrário e repudiando essa proposta.  
2071 O Presidente destacou ser necessário ter cuidado com a estratégia, mas entendendo essa fala e  
2072 concordando com a mesma, saindo nessa oportunidade um posicionamento específico de uma  
2073 questão emergencial. Que a Conselheira Simone propunha que a Comissão de acompanhamento de  
2074 Benefícios colocasse uma definição de caráter mais amplo, para tratar disso de forma concreta e de  
2075 onde poderia sair o discurso que subsidiaria os debates nas Conferências Estaduais. **Item 10. Vídeo**  
2076 **de capacitação do MDS e tradução de Libras.** Relatou que a Conselheira Maria Auxiliadora  
2077 havia remetido um e-mail para a ASCON, por meio da SAGI, que havia respondido que a demanda  
2078 havia sido enviada para a Coordenadora do portal, com o assunto estando em curso. O Conselheiro  
2079 José Araújo observou que precisaria de um acompanhamento, indicando a preocupação da  
2080 Conselheira Maria Auxiliadora quanto ao assunto. O Conselheiro Renato Saidel propôs que o  
2081 CNAS emitisse uma Resolução no tocante à acessibilidade dos materiais produzidos pelo  
2082 Ministério, com essa situação tendo acontecido outras vezes, ou se encaminhasse para a Comissão  
2083 de Normas, se o Coordenador concordasse. O Presidente indicou a acessibilidade no âmbito do  
2084 SNAS, com o Conselheiro Wagner observando que se fosse sair uma resolução, sugeria necessidade  
2085 de ter um glossário. Ponderou que como era um assunto que afetava bastante a questão da  
2086 acessibilidade, tinham o CONAD, sendo importante para a história do SNAS fazer uma resolução  
2087 ou outro documento conjunto. O Presidente esclareceu que o CNAS havia firmado um termo da  
2088 campanha da acessibilidade, esclarecendo que o CONAD não tinha resolução, mas sim portaria,  
2089 mas podendo fazer um documento conjunto e encaminhar para a Comissão de Normas. **Item 11.**  
2090 **Convites.** A Conselheira Jane observou que no convite para o Seminário Nacional dos Avanços e  
2091 Desafios dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, gostaria de indicar a presença do Conselheiro  
2092 José Araújo, visto atuar nessa área. O Presidente observou que o convite havia chegado fora do  
2093 prazo e no mês que o orçamento estava totalmente estrangulado, tendo buscado alguém de Brasília,  
2094 ao que o Conselheiro José Araújo agradeceu a indicação e informou que tentaria participar do  
2095 evento. O Conselheiro José Crus referiu-se ao convite da Conferência Estadual do Espírito Santo,  
2096 para ele e o Conselheiro Samuel, informando que caberia ao pleno decidir, por não coincidir com a  
2097 agenda do Ceará. Informou ter participado na organização das Conferências do Ceará e de  
2098 Pernambuco, e nas quais representava o CNAS, sendo possível comparecer aos três eventos, visto  
2099 não coincidir com a Conferência do ES. O Conselheiro José Geraldo indicou o convite do  
2100 FONASEAS de São Paulo, que o Presidente iria representar o CNAS, mas onde não falaria sobre  
2101 PPA. O Presidente concordou, informando não ter registrado por que tentaria falar com o Presidente  
2102 e tentar alterar a pauta, não se sentindo habilitado para tratar desses temas. A Conselheira Jane  
2103 indagou se o Conselheiro José Crus não poderia comparecer representando o MDS, que informou  
2104 não ir para o Espírito Santo por já ter outro representante. A Conselheira Leila referiu-se ao item

2105 11.4. com a Conferência Estadual do Espírito Santo solicitando ao CNAS a presença de dois  
2106 Conselheiros, solicitando a colaboração do Conselheiro Frederico para outra Conferência que não  
2107 tivesse ninguém destinado. Em não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente considerou  
2108 aprovado o item 11. Item 12. Informes. O Conselheiro Pasquini relatou ter falado com a Rede  
2109 Vida, confirmando a participação na segunda feira, às 10h, Tribuna Independente, ao vivo, com o  
2110 Presidente falando sobre o SUAS, as Conferências e Censo. Como Debatedores, havia proposto os  
2111 Conselheiros Wagner, Fátima Rampin e ele próprio, informando ter recebido um e-mail dizendo  
2112 que só cabiam dois e com o Presidente sugerindo que os Conselheiros resolvessem quem  
2113 participaria. **ENCERRAMENTO.** O Presidente encerrou a reunião para o almoço, solicitando aos  
2114 Conselheiros que retornassem às 14h. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, o Presidente solicitou à  
2115 Secretária-Executiva a verificação do quorum: Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro  
2116 Renato Francisco de Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira  
2117 Fátima Rampim, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite,  
2118 Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge  
2119 de Souza Leite, Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, Conselheira Wagner  
2120 Carneiro de Santana e Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiros Suplentes:  
2121 Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Renato Saidel  
2122 Coelho, Conselheira Leila Pizzato, Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro  
2123 José Araújo da Silva, Conselheira Maria da Conceição Pires dos Santos, Conselheira Jane Pereira  
2124 Clemente e Conselheira Márcia Mansur. Informando inversão de pauta, o Presidente passou ao  
2125 **Item Relato da Comissão de Política.** A Conselheira Leila informou a proposta de as reuniões do  
2126 GT fossem juntas com as reuniões do Conselho Nacional, para aproveitar as mesmas passagens,  
2127 com os custos sendo apenas com as diárias: 16 de setembro, 17 e 21 de outubro, e, 21 de novembro,  
2128 sendo necessária a manhã do dia 22, dia de reunião de Comissões. O Presidente indagou ao Pleno,  
2129 que concordou com esse agendamento. A seguir, o Conselheiro Frederico passou à *“Memória de*  
2130 *reunião de política da Assistência Social. 16 de agosto de 2011, das 13h às 16h, sala de reunião*  
2131 *111, CNAS. Conselheiros integrantes da Comissão: Anna Claudia Romano Pontos; Clodoaldo de*  
2132 *Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite; Leila Pizzato; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo;*  
2133 *Maria do Carmo Tourinho, Marisa Rodrigues da Silva. Ausência justificada: Célia Mota de*  
2134 *Carvalho; José Ferreira Crus. Convidados: Dr.ª Clara de Sá - DGSUAS/SNAS; Dr. Ricardo*  
2135 *Cassiano Rosa – CONJUR/MDS; Conselheira Jane Clemente. Secretaria Executiva do CNAS:*  
2136 *Carolina Ribeiro; Maria Antonia Valente; Maria Auxiliadora Pereira. Apresentação e discussão da*  
2137 *Lei nº 12.435/2011. A Comissão de Política contou com as presenças da Dr.ª Clara de Sá,*  
2138 *Coordenadora Geral de Regulação do SUAS e do Dr. Ricardo Cassiano Rosa, assessor da*  
2139 *CONJUR, quando foi apresentada e discutida a Lei nº 12.435/2011, Lei do SUAS, promulgada pela*  
2140 *Presidente Dilma Rousseff em seis de julho de 2011, que ratifica as conquistas alcançadas pela*  
2141 *política de assistência social nesses últimos seis anos e traz novos desafios para a consolidação do*  
2142 *SUAS. As principais alterações da Lei são: Traz para o âmbito legal o Sistema Descentralizado e*  
2143 *Participativo denominado SUAS; Organiza a assistência social e define suas proteções em social*  
2144 *básica e social especial de média e alta complexidade; Institui os Centros de Referência de*  
2145 *Assistência Social, CRAS, e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social, CREAS;*  
2146 *Cria o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, PAIF, o Serviço de Proteção e*  
2147 *Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos, PAEFI, e o Programa de Erradicação do*  
2148 *Trabalho Infantil, PETI; Autoriza a utilização dos recursos do co-financiamento dos serviços*  
2149 *socioassistenciais para pagamento da equipe referência; Institui o Índice de Gestão*  
2150 *Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social, IGD/SUAS; Classifica as entidades e*



2151 *organizações de Assistência Social em: de atendimento, assessoramento e de defesa e garantia de*  
2152 *direitos; Define o Vínculo SUAS e seus requisitos para reconhecimento; Assinala como*  
2153 *competências dos estados: destinar recursos financeiros aos municípios, a título de participação no*  
2154 *custeio dos benefícios eventuais. Cofinanciar, por meio de transferência regular e automática, o*  
2155 *aprimoramento da gestão, os serviços, programas e projetos em âmbito regional ou local. Realizar*  
2156 *o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social e assessorar os municípios;*  
2157 *Assinala como competência dos municípios: destinar recursos financeiros aos municípios, a título*  
2158 *de participação no custeio dos benefícios eventuais. Cofinanciar, por meio de transferência regular*  
2159 *e automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, programas e projetos em âmbito regional ou*  
2160 *local. Realizar o monitoramento e a avaliação da Política de Assistência Social em seu âmbito;*  
2161 *Dispõe que os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor da assistência*  
2162 *social e que este deve prover a infraestrutura necessária para seu funcionamento; Altera as*  
2163 *competências do Conselho Nacional de Assistência Social; Reduz para 65 anos a idade mínima*  
2164 *para recebimento pelo idoso do BPC; Conceitua os termos “pessoa com deficiência” e*  
2165 *“impedimento de longo prazo”;* Dispõe que o cofinanciamento dos serviços, programas, projetos,  
2166 *benefícios eventuais e aprimoramento à gestão será efetuado por transferências automáticas entre*  
2167 *fundos de assistência social, mediante alocação de recursos próprios. O destaque apresentado é de*  
2168 *que o Parecer de Advocacia Geral da União de nº 075/2011/DENOR/CGU/AGU ratificou*  
2169 *entendimento de que as transferências de recursos da assistência social são de natureza*  
2170 *obrigatória e, portanto, é possível o repasse para pagamento de pessoal. Aplica-se ao SUAS a*  
2171 *exceção do artigo 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e portanto, está afastada a aplicação do*  
2172 *artigo 167, inciso X da Constituição Federal. O artigo 204 da CF traz que as ações da assistência*  
2173 *serão organizadas e desempenhadas com base na descentralização político-administrativa, por*  
2174 *meio da conjunção de esforços de todos os entes da federação. A AGU em seu parecer reafirma que*  
2175 *o legislador constituinte organizou o SUAS com a distribuição de competências entre os diversos*  
2176 *entes federativos, para melhor cumprir o estado brasileiro o seu papel de ajudar aos necessitados.*  
2177 *Considerando a importância do processo de regulamentação da Lei 12.435/2011, mais*  
2178 *especificamente no que tange à definição do percentual do IGD/SUAS e à definição de critérios e*  
2179 *de percentual para o pagamento das equipes de referência do SUAS, a Comissão de Política*  
2180 *propõe os seguintes encaminhamentos: Retomar como ponto de pauta na Comissão de Política a*  
2181 *discussão da Norma Operacional Básica, NOB/2011, para posterior apresentação ao Pleno do*  
2182 *CNAS; Recomendar ao MDS que os recursos do IGD sejam gastos com a Assistência Social e que*  
2183 *as demais políticas assegurem em seus orçamentos a gestão das condicionalidades; A Comissão de*  
2184 *Política solicita ao Pleno do CNAS que os assuntos referentes a Lei 12.435/2011 oriundas da CIT,*  
2185 *sejam apreciadas novamente por esta Comissão. Definição da pauta de agosto: Discussão sobre*  
2186 *estudos e indicativos contidos na Classificação Brasileira de Ocupações, CBO, para trabalho de*  
2187 *nível médio. Frederico Jorge de Souza Leite, Coordenador da Comissão de Política.” O Presidente*  
2188 *passou ao **Item Recomendar a questão do IGD.** A Conselheira Simone indagou qual seria essa*  
2189 *recomendação do IGD com a Assistência Social, com a Conselheira Maria esclarecendo haver uma*  
2190 *cobrança muito grande da área da Educação e da Saúde, para que esses recursos fossem dirigidos*  
2191 *para essas finalidades. Que haviam questionado no dia anterior na Comissão que esses recursos*  
2192 *inerentes ao IGD fossem gastos dentro da sua finalidade e que, tanto a política da área da Educação*  
2193 *e da Saúde, observassem a estruturação desta condicionalidade, com recurso próprios, e não com os*  
2194 *da Assistência. A Conselheira Simone falou que essa discussão poderia ser levada para a Comissão*  
2195 *de Acompanhamento de Benefícios, solicitando que não fosse contemplada no relatório dessa*  
2196 *maneira. A Conselheira Marisa relatou a pressão que estava sofrendo para atender esses gastos,*

2197 estando preocupados para que houvesse uma normatização, precisando conversar a interface da  
2198 educação e a da saúde, para que pudessem assumir esse compromisso. O Conselheiro Frederico  
2199 falou que a responsabilidade da Assistência era maior do que a colocada no documento, informando  
2200 que no final do ano se realizaria a Conferência de Saúde, que trazia a questão da seguridade. Falou  
2201 sobre a situação atual, sendo louvável o que a Secretaria estava trazendo, mudando o modelo  
2202 existente e que não havia sido assumido em todo território nacional. O Presidente questionou o  
2203 encaminhamento feito, falando sobre a discussão de alguns artigos da Lei alterada pela 12.435,  
2204 propondo conforme a pauta a NOB, indagando se seria apenas isso. Indagou se não seria possível  
2205 pensar um cronograma para entender os desafios de regulação com a questão do IGD e  
2206 conveniamento de entidades. Observou se o DGSUAS já havia pensado nessa perspectiva, com a  
2207 forma como estava escrito não atendendo a demanda de regulação da Lei. A Conselheira Simone  
2208 informou haver dois compromissos nesse ano, um dos quais constava na pauta do próximo  
2209 Conselho, que era a questão do IGDSUAS para esse ano que seria regulamentada, falando sobre os  
2210 recursos a serem colocados ainda em 2011, além do debate da integração do IGDSUAS com o  
2211 IGD/Bolsa. Que essa discussão que seria feita nos dias 30 e 31, na CIT, junto com a discussão a ser  
2212 apresentada na Comissão de Financiamento, além da proposta para o repasse de 2011. Que trariam  
2213 para o CNAS uma proposta que regulamentasse o percentual de gastos dos Recursos Humanos a ser  
2214 feito ainda em 2011, fazendo um planejamento sobre o restante das discussões. O Presidente propôs  
2215 que essa colocação ficasse registrada como encaminhamento, informando que nas Conferências o  
2216 assunto era sobre a regulamentação dos Recursos Humanos. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se ao  
2217 Índice, falando sobre a situação atual de distribuição dos recursos e o domínio da Assistência Social  
2218 pelo CNAS. Observou que com a aprovação da 12.435, da 12.101, ficaria claro o campo da  
2219 Assistência, Saúde e Educação, questionando se não seria oportuna a criação de um instrumento  
2220 mais efetivo que fosse direcionado às Secretárias da Assistência Social, que indicaria sobre a  
2221 possibilidade de inversão ou não dos recursos. A Conselheira Simone destacou que nenhum recurso  
2222 saía do Governo Federal sem regulamentação, com o IGD tendo lei, decreto e portaria, nada  
2223 indicando que poderia ser gasto com a Saúde e com a Educação, com o Secretário de Assistência  
2224 Social não podendo ordenar despesa para comprar algo que não fosse regulamentado da área. A  
2225 Conselheira Marisa, informando como essa situação era tratada na Saúde, ratificou sua proposta,  
2226 encaminhando essa discussão para a Comissão de Acompanhamento e Benefício. O Conselheiro  
2227 Sérgio Wanderly manifestou-se preocupado com essa fala e o posicionamento da Conselheira  
2228 Marisa, expondo a fragilidade de gestão dos gestores, discorrendo sobre essa situação e onde era  
2229 resolvida. Falou sobre o pouco conhecimento que os gestores da Assistência Social, principalmente  
2230 nos municípios, observando ser uma questão de empoderamento e a relutância de muito Secretário  
2231 que não queriam ter a responsabilidade de ser gestor. A Presidente do Conselho do Estado de Goiás,  
2232 Sra. Maria Joaquina, informou que no seu Conselho Estadual havia sido uma grande discussão  
2233 sobre o IGD., com o pessoal do estado que coordenava o Programa Bolsa Família e preparava todos  
2234 os Conselheiros do lado do Governo, sendo difícil pois traziam tudo preparado, ponderando que  
2235 muitas vezes a sua fala não tinha vez. A Conselheira Leila informou ter vivido a situação colocada  
2236 pela Conselheira Marisa e a Sra. Joaquina, com a grande discussão sendo da intersectoriedade,  
2237 falando sobre como as políticas que a compunham em um programa deviam olhar suas políticas.  
2238 Observou que lhe parecia que a Educação e a Saúde não tinham essa compreensão, não se sentindo  
2239 parte importante na construção daquele programa. Encontrava que os Secretários não tinham  
2240 consciência plena da sua responsabilidade quanto ao direcionamento do recurso, não estando  
2241 preparados para exercer a sua função. O Conselheiro José Araujo indagou se alguém havia se  
2242 atentado para a modificação da Lei com relação à composição da família, no caso do BPC, com o

2243 Presidente informando que o Conselheiro Renato de Paula estava olhando a Lei. A seguir, o  
2244 Presidente considerou aprovado o encaminhamento da sistemática do IGD para a Comissão. Item -  
2245 **Pauta de agosto.** O Conselheiro Frederico ressaltou o fortalecimento do assunto da pauta de  
2246 setembro, sendo compromisso político do CNAS com os trabalhadores de nível médio. O  
2247 Presidente indagou se podia considerar aprovada a memória da Comissão de Política, com o  
2248 consenso do Pleno sobre essa aprovação. A seguir, indagou aos Conselheiros José Araujo e Renato  
2249 de Paula sobre a legislação, com o Conselheiro José Araujo retirando sua solicitação. **Item – Relato**  
2250 **da Comissão de Financiamento.** Na sequência, o Conselheiro Sérgio Wanderly passou ao relato  
2251 da “*Memória da Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Sala 102 do*  
2252 *CNAS, 16 de agosto de 2011. Conselheiros presentes: Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo*  
2253 *França Diniz; Maria Aparecido do Amaral Godói de Faria; Márcia Mansur; Maria da Conceição*  
2254 *Pires dos Santos; Eutália Barbosa Rodrigues. Ausência justificada: Sérgio Wanderly Silva; Pedro*  
2255 *Ost. Convidados: José Araújo, Conselheiro Nacional; Valéria Maria de Massarani Gonelli,*  
2256 *Secretária Nacional de Assistência Social Adjunta SNAS/GAB/MDS; Adailton Amaral Barbosa*  
2257 *Leite, SNAS/GAB/MDS; Cláudia Francisca de Amorim, Coordenadora Geral de Gestão do*  
2258 *Departamento de Benefícios Assistenciais, DBA/SNAS/MDS; Dulcelena Alves Vaz Martins, Fundo*  
2259 *Nacional de Assistência Social, SNAS/FNAS; Laurimara Almeida, SNAS/FNAS; Elizângela Leal*  
2260 *Curado, DBA/SNAS/MDS. Secretaria Executiva do CNAS: Maria das Mercês; Jamile Calado;*  
2261 *Mirelle Dantas; Suzany Gonçalves. Apresentação do Documento Orientador aos Conselhos*  
2262 *Municipais sobre matéria orçamentária e financeira Em cumprimento à deliberação plenária do*  
2263 *mês passado, que estabeleceu a discussão deste item de pauta em agosto, a coordenadora geral de*  
2264 *execução orçamentária e financeira da diretoria executiva do FNAS, Dulcelena Alves Vaz Martins,*  
2265 *apresentará o documento orientador aos Conselheiros Municipais sobre matéria orçamentária e*  
2266 *financeira.”* A Sra. Dulcelena falou sobre a construção do anexo I: “*O presente demonstrativo*  
2267 *apresenta o orçamento aprovado e a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de*  
2268 *Assistência Social, apurada pelo regime de caixa...”* E aí, a gente diz lá o que é do período. E mais  
2269 em baixo a gente dá o conceito do que é o regime de caixa. “*O Fundo Municipal de Assistência*  
2270 *Social”, e colocamos a Lei que criou o fundo, por que a gente já se deparou com muito Conselheiro*  
2271 *que não leu a Lei que criou o Fundo. “... E tem por objetivo...”*, Ali colocamos o objetivo do Fundo,  
2272 que é o que está na própria Lei que criou o Fundo. “*... Além de aprovar serviços, programas e*  
2273 *projetos da assistência social a cidadãos e grupos que se encontrem em Situação de risco e*  
2274 *vulnerabilidade social.”* Esse texto este igual ao nosso. “*Orçamento Aprovado. Lei nº...*” E ali a  
2275 gente coloca um comentário, que é a Lei da LOA, a Lei Orçamentária Anual, o número dela, a data  
2276 em que ela foi publicada, “*... que aprovou para o próprio Fundo o orçamento no valor de...*” Ali  
2277 colocamos o valor aprovado para o fundo. O orçamento, a gente colocou 2011... A gente colocou  
2278 ali despesa obrigatória e discricionária, mas isso, vocês desconsiderem. Isso você pode gerar,  
2279 Jamile, não consta no nosso texto, quando voltamos nele, não tinha salvado. A gente vai  
2280 demonstrar em vários quadros, “no quadro I, o orçamento é detalhado por programa, ação,  
2281 projeto, atividade, fonte dos recursos e os créditos adicionais que se somam à Lei Orçamentária  
2282 Anual durante o período. A dotação aprovada para execução de despesas teve participação  
2283 expressiva”. Onde é que está alocada essa participação expressiva? Lá nos benefícios, no BPC e  
2284 no RMV, representando em torno de 96% do nosso orçamento. Execução Realizada. Apresentamos  
2285 o quadro do orçamento, agora, como o orçamento vem sendo realizado? “No quadro II é  
2286 apresentada a execução orçamentária e financeira realizada no período. Destacam-se as despesas  
2287 por natureza e o valor empenhado por ponto, origem do recurso, e o percentual executado. Dos  
2288 Convênios. No quadro III é apresentada a execução orçamentária e financeira consolidada por

2289 *convênio celebrado com a rede não governamental. Da execução dos convênios. No quadro IV é*  
2290 *apresentada a execução orçamentária e financeira detalhada por convênio celebrado com a rede*  
2291 *não governamental. Da execução dos contratos. No quadro V é apresentada a execução*  
2292 *orçamentária e financeira por contrato firmado. Dos recursos reprogramados. No quadro VI é*  
2293 *apresentada a execução orçamentária e financeira dos recursos reprogramados.” A gente ainda*  
2294 *está desenvolvendo esse quadro VI, não terminamos ainda de fazer a elaboração. Então a gente*  
2295 *passa agora para os quadros. É difícil de enxergar, mas estamos no quadro I, de orçamento. Então*  
2296 *começamos ali com o código da ação, do programa. Todo programa tem um código. Ele pode ser*  
2297 *numérico ou alfa numérico. Depois temos a ação, colocamos até um exemplo do PROJOVEM, na*  
2298 *ação 20B8. Temos o projeto e atividade, onde a gente descreve sucintamente essa ação. “Serviço*  
2299 *socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos.” Tenho visto a estrutura de financiamento de alguns*  
2300 *municípios e a gente vê como é difícil, se olha o orçamento e não se consegue enxergar os serviços*  
2301 *tipificados ali. E temos ensinado que na hora de elaborar um orçamento, na hora de tipificar os*  
2302 *serviços, fazer a estrutura do orçamento de acordo com a tipificação dos serviços. Ela fica muito*  
2303 *mais fácil de ser compreendida. Na quarta coluna, colocamos em forma de Piso. Houve*  
2304 *rememorando quando viemos para a comissão de financiamento. Por que piso? O município não*  
2305 *trabalha na lógica do piso. Mas a gente sentiu a necessidade de colocar por conta do*  
2306 *demonstrativo, por que a apresentação dele está lá pelos pisos, como é hoje. Então, a gente fez isso*  
2307 *pensando na lógica do momento em que estamos vivendo, claro que, se mudar, os quadros também*  
2308 *mudam, eles não são estáticos. Por isso mantivemos a questão do piso, para fazer uma vinculação*  
2309 *ao demonstrativo. Na coluna seguinte, temos a origem dos recursos, onde a gente divide de onde*  
2310 *são recebidos os recursos, do fundo federal, estadual ou se é do fundo municipal alocado. Depois*  
2311 *temos o quanto de recurso que ele previu na Lei orçamentária dele. Por que tudo o que a gente*  
2312 *recebe tem que ser previsto no orçamento do município. E depois temos ali os créditos adicionais*  
2313 *que, por ventura, possam ser aprovados durante o exercício. E aqui em baixo a gente coloca uma*  
2314 *observação. “A planilha acima é exemplificativa. Desse modo, outros programas e ações poderão*  
2315 *ser acrescidos de acordo com o quadro de detalhamento da despesa do município. A natureza de*  
2316 *despesa pode ser consultada no manual técnico de orçamento disponível no sítio da Secretaria de*  
2317 *Orçamento Federal, SOF.” Então, a gente vê, pela experiência, que todos os municípios têm*  
2318 *seguido aquela estrutura dos planos de trabalho que estão propostos no manual técnico*  
2319 *orçamentário, inclusive, o de 2012 já está na página da SOF. No quadro II, estamos propondo que*  
2320 *o Fundo demonstre a execução. Também por programa, ação, projeto/atividade, vai vir lá daquela*  
2321 *planilha do orçamento. A origem do recurso, quanto se tinha no orçamento e aqui aparece a*  
2322 *novidade da natureza da despesa, para dizermos em que natureza a despesa está classificada. O*  
2323 *valor, onde está distribuído, onde é a gente está dizendo que gastou. Por que quando a gente olha a*  
2324 *natureza da despesa, conseguimos identificar... Se você tiver a classificação desta natureza em*  
2325 *mãos, é uma coisa que pode ser elaborada também, as principais naturezas de despesas utilizadas.*  
2326 *Aquisição de equipamentos, viagens, passagens, essas coisas todas tem um código numérico que*  
2327 *identifica cada uma delas. O quanto a gente empenhou para a área governamental e para a área*  
2328 *não governamental. Depois a gente tem o empenhado em cima do nosso orçamento e depois temos*  
2329 *o valor que foi empenhado e, em seguida, o valor pago, também por empresa governamental e não*  
2330 *governamental. E, por fim, nas duas últimas colunas, temos um percentual, por que sempre quando*  
2331 *a gente traz aqui a nossa execução, sempre chamamos a atenção. No dia 16, da última vez que*  
2332 *viemos aqui, a gente veio apresentar o plano que foi feito para que conseguir o orçamento para*  
2333 *terminar o ano. Então, essas informações a gente considera muito importante. A gente vai*  
2334 *replicando, colocamos só o primeiro exemplo e vai se replicando de acordo com tantos quanto*

2335 *forem os programas e tantas quanto forem as ações orçamentárias vinculadas a cada programa.*  
2336 *Depois, no quadro III, temos um consolidado dos convênios feitos com a rede não governamental.*  
2337 *O número do convênio, a origem do recurso que estamos utilizando para pagar essa entidade que*  
2338 *faz parte da rede, o objeto seria o que ele está executando... Se bem, gente, que vou pedir desculpas*  
2339 *para vocês, vou lembrar isso daqui. Não é exatamente isso aqui, na hora a gente pensou que*  
2340 *fosse a mesma coisa, mas não é. Esse quadro quer dizer dos convênios que o município tem com o*  
2341 *Fundo Nacional. Eu volto atrás, melhor para a gente explicar. O quadro III são os controles dos*  
2342 *convênios que o Município tem com a gente. Por que sentimos necessidade de colocar isso aqui, e*  
2343 *até foi apresentado na comissão de financiamento? Temos muita dificuldade na execução dos*  
2344 *convênios, então a gente acha interessante que o Fundo apresente a Situação dos convênios ao*  
2345 *Conselho. Por que falta documentação. Às vezes, para que se dê prosseguimento a um convênio,*  
2346 *falta um parecer do Conselho. Então, isso é muito interessante que se apresente o número do*  
2347 *convênio, a origem do recurso dele, o objeto, o valor do convênio, se teve o valor aditivo, ou não, e*  
2348 *o valor total. Então eu vou voltar e enviar para vocês o descritivo do quadro III, é governamental*  
2349 *mesmo. Aqui está escrito “rede governamental”, mas a gente vai tirar a palavra “rede” e vamos só*  
2350 *dizer “dos convênios com a esfera federal”. E isso pode ser replicado também para a esfera*  
2351 *estadual, por que os municípios também têm convênios dos estados. Muitas vezes a gente vê*  
2352 *convênios levando três ou quatro anos para que a gente possa liberar recursos. Vamos passar*  
2353 *para o quadro quatro, que agora sim, são os convênios com a rede não governamental. Agora, a*  
2354 *gente elenca lá as entidades, o CNPJ, o número do convênio, os serviços ofertados por essa*  
2355 *entidade, o valor do convênio, o valor aditivo, o valor total, a primeira parcela paga, a segunda e a*  
2356 *terceira. Era interessante colocar também a data. Eu me deparei com uma Situação tão*  
2357 *interessante em relação a isso aqui, onde o município fazia a seguinte pergunta: “A gente tem que*  
2358 *fazer um pagamento para uma entidade e, pelo termo que eu tenho com ele, pelo convênio, eu tenho*  
2359 *que pagar até o dia 10. Se até o dia 10 o Fundo não transferir o recurso, o município disponibiliza*  
2360 *esse financeiro, a gente paga a entidade. E quando o Fundo Nacional passa o dinheiro para o*  
2361 *fundo Municipal, o Fundo Municipal devolve o dinheiro para o município.” Então eu fiquei muito*  
2362 *curiosa com essa rotina... Não, aqui é em relação ao município. O município com a entidade. O*  
2363 *município não pode passar Fundo a Fundo para a entidade. Ele tem um convênio mesmo, ele tem*  
2364 *que ter um instrumento jurídico lá. Transferência de Fundo a Fundo é de um Fundo de um entre*  
2365 *federado para o Fundo de outra esfera. O Fundo Nacional não transfere para a entidade, isso está*  
2366 *até na Lei de criação do Fundo. E o quadro V são os contratos em vigência. Quais são os contratos*  
2367 *que estão em vigência e o controle dos pagamentos também. O quadro VI seria o quadro dos*  
2368 *recursos reprogramados. A gente ainda vai construir esse quadro. Por que aqueles recursos que*  
2369 *não são utilizados dentro do exercício, podem ser gastos no exercício seguinte e ele tem que passar*  
2370 *para o Conselho, que tem que aprovar a reprogramação e demonstrar, depois, a execução. Por que*  
2371 *às vezes a gente nota que a reprogramação de um ano não é gasto, reprogramam para o ano*  
2372 *seguinte e também não é gasto, e fica se reprogramando durante três, quatro anos. Então, é*  
2373 *interessante que o Conselho, quando aprova a reprogramação, acompanhe a execução esses*  
2374 *recursos”. Concluindo, observou que não era um documento final., sendo apresentada uma versão*  
2375 *do mesmo. O Presidente indagou se prosseguiriam com a leitura, sendo interessante interromper*  
2376 *para colocações. O Conselheiro Renato Saidel parabenizou pelo trabalho, sugerindo que fosse feita*  
2377 *uma anotação ou um parágrafo, sobre a diferença entre subvenção e convênio, para esclarecimentos*  
2378 *aos Conselhos Municipais, com a Sra. Dulcelena concordando com essa sugestão. A Conselheira*  
2379 *Simone indagou se esse instrumento era para o gestor ou para o Conselho, com a Sra. Dulcelena*  
2380 *informando ser para o gestor. A Conselheira Simone observou que nesse caso teria que ser pactuado*

2381 na CIT, visto que o Conselho não deliberaria como o gestor ofertaria. Que não sabia se o CNAS  
2382 recomendaria a CIT discutisse esses instrumentos, por não ter essa condição. Manifestou não  
2383 entender esse debate da subvenção e do convênio, falando sobre os mesmos e não entendendo a  
2384 proposta da Sra. Dulcelena, que esclareceu de que se tratava a subvenção. O Conselheiro Renato  
2385 Saidel esclareceu que sua proposta havia sido uma nota explicativa da diferença de subvenção e  
2386 convênio, para constar no documento, para esclarecimento dos Conselheiros. Encontrava válido  
2387 parar pela CIT para transformar o documento como obrigatório, deixando de ser orientação. A  
2388 Conselheira Simone ponderou que se fosse para o gestor, não cabia orientação sobre subvenção  
2389 social. A Sra. Dulcelena complementou que o gestor teria que preencher e apresentar para o  
2390 Conselho esse documento, até para facilitar a compreensão dos Conselhos. Indicou que encerrariam  
2391 a questão da subvenção, acolhendo a sugestão do Conselheiro Renato Saidel de se colocar “*se tiver*  
2392 *em caráter excepcional*”, esclarecendo a sua finalidade. A Secretária-Executiva esclareceu que a  
2393 Comissão de Financiamento havia buscado um instrumento para apresentar a execução  
2394 orçamentária e financeira do Fundo Nacional, sendo adotada uma planilha para o Fundo preencher e  
2395 devolver para análise da Comissão de Financiamento, sendo replicado nos municípios e trazendo as  
2396 informações necessárias. A Conselheira Simone sugeriu que o documento fosse encaminhado à  
2397 CIT, para saber como o gestor deveria prestar contas, indagando qual seria seu formato. O  
2398 Presidente esclareceu que o que faziam era passar para os municípios anos de experiência  
2399 acumulada da relação da Comissão de Financiamento e Fundo Nacional, chegando-se a essa  
2400 proposta. A Sra. Dulcelena informou terem montado um glossário para ajudar a entender as diversas  
2401 ações. O Conselheiro Sérgio Wanderly relatou os procedimentos utilizados, tentando atender sobre  
2402 as questões financeiras, assumindo a responsabilidade como membro da Comissão e pelo  
2403 CONGEMAS. Que se tratava de um documento de orientação, sugerindo que não passasse pela  
2404 CIT. O Presidente que passasse pela CIT para conhecimento e não para debate. O Conselheiro  
2405 Sérgio Wanderly falou sobre a importância da aproximação do Conselho Nacional com os  
2406 Conselhos, sendo notada essa diferença. A Conselheira Marisa observou que a subvenção social era  
2407 uma modalidade de transferências de recursos, questionando se o que estavam sugerindo seria  
2408 colocar subvenção nesse orçamento, falando sobre sua experiência e indagando o que realmente  
2409 queriam colocar. A Sra. Dulcelena esclareceu que pretendiam colocar o instrumento convênio,  
2410 existindo na legislação a figura da subvenção, com esse documento sendo uma sugestão,  
2411 discorrendo sobre a questão. A Conselheira Simone falou sobre o que a subvenção lembrava, com  
2412 muitos gestores municipais quererem tratar os serviços continuados na natureza de despesa de  
2413 subvenção anteriormente. Não podendo sair nenhuma orientação do Conselho Nacional com relação  
2414 a esse assunto, não podendo permitir que isso acontecesse mais. Ponderou que nem cabia essa  
2415 natureza de despesa no financiamento da Assistência Social, querendo avançar para os serviços  
2416 serem continuados, mas não querendo mais convênio com as entidades. Que havia que se discutir as  
2417 questões politicamente, com cada proposta tendo uma repercussão e uma posição do Conselho  
2418 Nacional, com a Sra. Dulcelena tocando no ponto certo, a natureza de despesa, com serviço  
2419 prestado sendo uma coisa e subvenção outra. O Conselheiro Renato Saidel esclareceu que os  
2420 Conselheiros Municipais não tinham claro esse assunto, com esse documento sendo orientador. Que  
2421 se trouxessem uma nota explicativa geraria muito problema e traria a subvenção de volta, retirando  
2422 sua proposta. A Sra. Dulcelena falou sobre sua satisfação em realizar esse trabalho, discorrendo  
2423 sobre como o Conselho aprovava suas despesas. A Secretária-Executiva ponderou, conforme dito  
2424 pela Conselheira Simone, que a forma de recebimento desse documento seria impactante, falando  
2425 sobre a evolução que essas questões haviam sofrido, sendo importante que, de alguma forma, essa  
2426 experiência do Conselho Nacional e do Conselho de Financiamento chegasse aos municípios. O

2427 Conselheiro Sérgio Wanderly ponderou sobre a necessidade de essa informação chegar ao  
2428 município, sendo um trabalho muito interessante. A Sra. Dulcelena relatou sua experiência  
2429 profissional, falando sobre o que haviam colocado no documento, orientando os Conselhos  
2430 Municipais e sendo interessante mostrar essas classificações. O Conselheiro Sérgio Wanderly  
2431 agradeceu o apoio prestado pelas Sras. Dulcelena e Laura, sugerindo que o documento fosse mais  
2432 descritivo, com o CNAS falando para o Conselho e sendo uma boa contribuição. A Sra. Dulcelena  
2433 observou que haviam ficado de apresentar um quadro dos recursos programados, sugerindo outro  
2434 quadro com relação às dificuldades pelos municípios quanto à justificativa da reprogramação do  
2435 recurso, podendo apresentar essa sugestão. A seguir, o Conselheiro Sérgio Wanderly passou para o,  
2436 ponto II do relatório. *“Relatório de execução da Ação 8249. Apresentado pela Secretária-Executiva  
2437 do CNAS, Maria das Mercês, a execução orçamentária da Ação 8249, tem apenas dois planos  
2438 internos em movimento, diárias e deslocamentos e passagens, uma vez que os demais foram  
2439 remanejados para a operacionalização da VIII Conferência Nacional e os outros referem-se aos  
2440 contratos de taquigrafia e libras. O PI diárias e deslocamento teve uma execução orçamentária de  
2441 81,65% e o PI passagens, 84,02%. Lembrando que foi feito um corte de 50%, e que o Conselho  
2442 trabalha com recursos na ordem de 50% desses PI’s. A Secretaria Executiva do CNAS está fazendo  
2443 mensalmente a programação de gastos do Conselho. Em agosto, a previsão de gasto com a  
2444 Reunião Ordinária, Grupos de Trabalho, Comissão Organizadora, Oficina, Encontro e  
2445 Conferências Municipais das Capitais foi de 204.937 reais. Não incluindo gastos com taquigrafia e  
2446 libras. É importante destacar que não estão contemplados os gastos com o custeio de diárias e  
2447 passagens para a VIII Conferência Nacional na Ação 8249 para o ano de 2011. Ressalta-se que o  
2448 MDS encaminhou pedido de ampliação do valor das diárias e deslocamentos e passagens, que está  
2449 tramitando no Ministério do Planejamento. Encaminhamento. A Comissão de Financiamento  
2450 sugere: Aprovar a execução orçamentária apresentada da Ação 8249. 3. Resposta ao memorando  
2451 nº 16/2011/CF/SE/CNAS. Foi realizada consulta à SNAS por meio do Memo nº  
2452 16/2011/CF/SE/CNAS, sobre a possibilidade de alteração no objetivo 0004, gestão e vigilância  
2453 social, a Meta “apoiar a estruturação da área de vigilância social em todos os municípios com 20  
2454 mil habitantes ou mais.” A SNAS, por meio do Memo nº 1606/2011/CF/SE/CNAS, manifestou-se  
2455 pela manutenção da meta inicial, argumentando que a efetiva capacidade institucional desses  
2456 municípios comprometeria a viabilidade da meta e que não existe vedações ao atendimento de  
2457 municípios com população inferior a 50 mil habitantes. 4. Comparativo entre o antigo e o novo  
2458 PPA. Em atendimento à deliberação plenária do mês de julho, a Secretária Nacional de Assistência  
2459 Social Adjunta, Valéria Gonelli e o assessor do gabinete da SNAS, Adailton Amaral, apresentaram  
2460 o comparativo entre o antigo e o novo PPA, inclusive com informações orçamentárias referentes  
2461 aos objetivos e as ações. 5. Comparativo entre a proposta orçamentária aprovada pelo CNAS para  
2462 2012 e o PLOA encaminhado ao Congresso Nacional. Este item de pauta foi prejudicado, pois  
2463 ainda não foram definidas as expansões pela Presidente da República. 6. Apresentação do Plano  
2464 de Providências da SNAS. A coordenadora geral de execução orçamentária e financeira da  
2465 diretoria executiva do FNAS, Dulcelena Vaz Martins apresentou as providências já tomadas pelo  
2466 FNAS, na qual foram destacados os seguintes aspectos: com a projeção de gastos para  
2467 complementar o ano de 2011, terá a necessidade de 440 milhões, que estão distribuídos entre o PL  
2468 de 56 milhões (PL 13), 63 milhões do Decreto, 52 milhões para o plano Brasil Sem Miséria, que  
2469 foram solicitados na etapa de abril. Na etapa de junho, por Decreto, foi solicitado crédito no valor  
2470 de 138 milhões, que não foram suficientes, sendo solicitado 182 milhões, do PL; até o dia 31 de  
2471 julho de 2011, totalizam 496 milhões de reais, valor solicitado para 2011, a ser empenhado até a  
2472 competência de dezembro; até a competência de maio, foram repassados aos estados para*

2473 execução de todas as ações os recursos necessários; para a competência de julho, na ação 2A65,  
2474 Piso fíco de média complexidade II, não foi pago nenhum estado e a ação 8524, SINASE, não será  
2475 possível pagar a todos os estados. O PL 13 resolveria toda essa situação; ressalta-se que, dentro  
2476 dos prazos estabelecidos, o FNAS já tomou todas as medidas técnicas necessárias a fim da  
2477 recomposição orçamentária para 2011. Encaminhamentos. A comissão de financiamento sugere:  
2478 solicitar a Assessoria Parlamentar do MDS a identificação do relator do PL que trata sobre a  
2479 recomposição orçamentária dos recursos executados no FNAS e articular para sua aprovação;  
2480 solicitar a Secretaria Executiva do MDS que verifique junto a Casa Civil o motivo da não  
2481 publicação do Decreto. 7. Procedimentos sobre o pagamento do benefício de prestação continuada  
2482 e da renda mensal vitalícia. Com finalidade de aprimoramento da Comissão de Financiamento, o  
2483 FNAS e o Departamento de Benefícios Assistenciais apresentaram o fluxo para pagamento da  
2484 Renda Mensal Vitalícia, RMV, e do benefício de prestação continuada, BPC. O RMV e o PBC são  
2485 despesas de natureza obrigatória. Para 2011, a dotação atualizada para o RMV totaliza  
2486 1.749.652.538 reais e para o BPC o valor de 23.147.067.131 reais. Foi firmado Termo de  
2487 Cooperação Técnica e o Plano de Trabalho entre o MDS e o INSS, no qual estabeleceu que 50% do  
2488 orçamento seria repassado no início do ano e a outra parcela (50%) no mês de junho. Desta forma,  
2489 o orçamento já está todo com o INSS. Quanto ao financeiro, é repassado até o dia 20 de cada mês  
2490 ao INSS. Trimestralmente, o INSS envia relatório de execução ao DBA para acompanhamento das  
2491 referidas ações. Não há atrasos quanto a essas despesas. 8. Pauta de setembro. Comparativo entre  
2492 a proposta orçamentária aprovada pelo CNAS para 2012 e o PLOA encaminhado ao Congresso  
2493 Nacional; Apresentação da SOF sobre educação fiscal.” Esclareceu que o Coordenador havia  
2494 pedido para dizer que essa apresentação não aconteceria em setembro por estar de férias, passando  
2495 essa pauta para frente. O Presidente passou à discussão da memória, ponto a ponto, tendo no item I  
2496 a apresentação do Fundo, já bastante discutida. Como não havia encaminhamento nesse ponto,  
2497 indagou se a Plenária aprovava o documento ou teria algum encaminhamento, com o Conselheiro  
2498 Sérgio Wanderly considerando aprovado, mas lembrando que não estava fechado, faltando algumas  
2499 peças a serem apresentadas pela Sra. Dulcelena. todo, ainda tem algumas peças ali que a Dulcelena  
2500 vai apresentar. Informou que o Item II tratava da ação 8249, com a Comissão propondo aprovar a  
2501 execução orçamentária. Em não havendo nenhum questionamento, o Item foi aprovado pelo Pleno.  
2502 Item III – Resposta ao memorando do SNAS. Comparativo entre o antigo e o novo PPA. Item VI –  
2503 Relativo ao PL, tendo sido bastante discutido na Comissão, precisando-se de um força tarefa do  
2504 CNAS e MDS, solicitando sua aprovação para o orçamento ter continuidade. Pauta de setembro,  
2505 com as devidas considerações. Em não havendo mais nenhuma colocação, o Presidente considerou  
2506 a memória aprovada pelo Pleno. **Item. Relato da Comissão de Conselhos**, pela Conselheira  
2507 Eutália: “Memória da reunião da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência  
2508 Social, CNAS. 16 de agosto de 2011, das 16h às 18h30. CNAS. Conselheiros Presentes: Eutália  
2509 Barbosa Rodrigues, Fátima aparecida Rampin, Clodoaldo de Lima Leite, Jane Clemente, Maria  
2510 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Renato Francisco dos Santos Paula, Renato Saidel Coelho, Samuel  
2511 Rodrigues, Leila Pizzato, Maria Conceição Pires dos Santos; Marisa Rodrigues, Maria Godói.  
2512 Ausências justificadas: Brenda Ferreira Silva; José Ferreira da Crus. Apoio da secretaria  
2513 executiva: Liliane Neves do Carmo, Fernanda Padovan, Lilian da Silva Guedes, Josué Alves dos  
2514 Santos. 1. Apreciação do documento “perguntas e respostas” sobre o funcionamento e atuação dos  
2515 Conselhos de Assistência Social. A Comissão deu continuidade aos trabalhos de apreciação do  
2516 documento e encaminhará à plenária no mês de setembro para apreciação e aprovação. 2.  
2517 Informe. A Secretaria Executiva do CNAS, por meio da Coordenação de Acompanhamento aos  
2518 Conselhos tem desenvolvido um trabalho com o objetivo de elevar o número de CMAS com os



2519 dados atualizados no CadSUAS. Este trabalho está relacionado ao processo de participação dos  
2520 conselho no Censo SUAS, tendo em vista que esses participarão com senha própria. A senha  
2521 provisória será encaminhada ao presidente do Conselho, por meio de seu endereço eletrônico  
2522 pessoal. Este receberá as instruções para cadastrar os responsáveis, titular e adjunto, para o  
2523 manuseio desta. Apenas com esta senha e os responsáveis cadastrados pelo presidente, poderão  
2524 preencher os dados do Censo SUAS/Conselho e demais sistemas da Rede SUAS, tais como o  
2525 CadSUAS. 3. Proposta de pauta para a reunião de setembro.” Deveria ter colocado aqui  
2526 “finalização da...” “Apreciação do documento “perguntas e respostas” sobre o funcionamento e  
2527 atuação dos Conselhos de Assistência Social. Eutália Barbosa Rodrigues. Coordenadora da  
2528 Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social.” O Presidente indagou se  
2529 havia alguma observação. Em não havendo, considerou aprovado o relato da Comissão de  
2530 Conselhos pelo Pleno, faltando a inclusão do termo “finalização.”. Item Relato da Comissão de  
2531 **Normas**, pela Conselheira Eutália: “*Memória da Reunião Conjunta Comissões de*  
2532 *Acompanhamento aos Conselhos e Normas da Assistência Social. 16 de agosto de 2011, CNAS, das*  
2533 *9h às 12h. Conselheiros presentes: Antonio Celso Pasquini, Carlos Rogério de Carvalho Nunes,*  
2534 *Clodoaldo de Lima Leite, Eutália Barbosa Rodrigues, Fátima Aparecida Rampin, Jane Clemente,*  
2535 *Maria da Conceição Pires dos Santos, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Maria*  
2536 *Auxiliadora Bezerra de Araújo, Marisa Rodrigues da Silva, Renato Francisco dos Santos Paula,*  
2537 *Renato Saidel Coelho, Samuel Rodrigues, Sérgio Wanderly, Wagner Carneiro de Santana.*  
2538 *Conselheiros ausentes: Ana Carolina de Barros, Antonio Santos Barbosa de Castro, Brenda*  
2539 *Ferreira Silva, José Ferreira da Crus, Mariana Menezes Santarelli Reverse, Simone Aparecida*  
2540 *Albuquerque, Igo Martini. Ouvintes: Maria Dolores da Cunha Pinto, Jorge Luiz Marins da Silva*  
2541 *Junior. Convidado: Edval Bernardino Campos. Secretária Executiva: Liliane Neves Carmo,*  
2542 *Fernanda Padovan, Lilian da Silva Guedes, Josué Alves dos Santos, Christianne Camargo*  
2543 *Menezes, Dialuana Larissa Loup, Maria de Fátima Teixeira de Souza, Ezidênio Pereira da Silva. 1.*  
2544 *Discussão sobre como viabilizar a participação do usuário nos Conselhos e sobre as questões do*  
2545 *consolidado da consulta pública sobre o processo eleitoral dos representantes da sociedade civil do*  
2546 *CNAS. O professor doutor Edval Bernardino contribuiu levantando alguns pontos importantes a*  
2547 *serem considerados no debate sobre o tema. Destacamos que um dos maiores desafios é*  
2548 *transformar os assistidos em sujeitos coletivos e para isso o CNAS tem que definir estratégias de*  
2549 *atuação dos equipamentos estatais ou não que desenvolvam ações socioassistenciais. E, ainda, por*  
2550 *ser a Assistência Social uma política que se dá de forma descentralizada é importante conhecer as*  
2551 *estruturas que o SUAS oferece para desenvolver ações que venham a contribuir para efetivar a*  
2552 *participação dos usuários. Diante da complexidade do debate, sugerimos os encaminhamentos a*  
2553 *saber: Retomar o debate da matéria nas Comissões, a partir das reflexões apresentadas pelo*  
2554 *professor Bernardino; posterior debate nas duas Comissões, realizar uma nova reunião conjunta;*  
2555 *definir dois Conselheiros para extrair os principais apontamentos do debate, via gravação, para*  
2556 *subsidiar os demais debates; encaminhar à presidência solicitação de elaboração de caderno com*  
2557 *textos, a partir de gravações de reuniões e/ou materiais apresentados, com a participação de*  
2558 *convidados e colaboradores em debates realizados pelo CNAS. Eutália Barbosa Rodrigues.*  
2559 *Coordenadora da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos de Assistência Social. Antonio*  
2560 *Celso Pasquini, Coordenador da Comissão de Normas da Assistência Social.” O Conselheiro*  
2561 *Clodoaldo corrigiu o nome do Conselheiro Pasquini, que está com um “E” na finalização do*  
2562 *documento, e também “viabilização de participação dos usuários”. O Presidente, não havendo mais*  
2563 nenhuma consideração, considerou o Relato da Comissão de Normas aprovado pelo Pleno. ali  
2564 também está incompleto no cabeçalho. Só adequação simples. A Conselheira Eutália se referiu ao

2565 debate com o professor Edval Bernardino, tendo sido o melhor encaminhamento, esclarecendo  
2566 como havia sido essa discussão., trazendo questões sobre as quais o CNAS precisava refletir. Que  
2567 haviam entendido que o debate da consulta pública se vinculava ao da definição da participação dos  
2568 usuários em Conselhos, precisando retornar para as duas comissões, e demandando uma segunda  
2569 reunião conjunta para que pudessem trazer uma matéria para debate e liberação desse Conselho.  
2570 Ponderou que esse debate tinha uma relação com a composição do Conselho e tendo uma relação  
2571 com o processo eleitoral do CNAS, e assim com todos os outros Conselhos. Que a dúvida era se  
2572 esse Pleno entendia que tinham prazo para definir e ter um posicionamento em relação a isso,  
2573 considerando ter o resultado da consulta pública sistematizado e com as Comissões precisando ter  
2574 um posicionamento para saber o prazo para produzir e trazer o debate para esse Pleno. A  
2575 Conselheira Eutália observou que havia uma extensa pauta na Comissão de Conselho, pautando  
2576 individualmente alguns assuntos para diminuir essa agenda, que não conseguiriam vencer em  
2577 apenas um dia. A Conselheira Leila informou que estava presente nessa reunião, com o Presidente  
2578 fazendo o registro. Prosseguindo, indicou que o limite era fevereiro, visto a eleição ser em junho,  
2579 que o ideal seria novembro, por que já iria para a Conferência, mas tendo que respeitar o seu  
2580 desenrolar. Que havia que identificar os pontos que tencionavam, trazer para o Pleno e votar. O  
2581 Conselheiro Wagner, manifestando-se contemplado nessa fala, reforçou que fosse liberada a  
2582 degravação do professor Edval, encaminhando para todos os Conselheiros. Que concordava que  
2583 devia ser votado, mas havendo algumas questões que deveriam ser bem esclarecidas. **Item – Relato**  
2584 **da Comissão de Normas**, pelo Conselheiro Carlos Rogério: *“Memória da reunião da Comissão de*  
2585 *Normas. 16 de agosto de 2011. Das 13h às 15h, sala 108, CNAS. Conselheiros titulares: Antonio*  
2586 *Celso Pasquini, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Fátima Aparecida Rampin, Samuel Rodrigues,*  
2587 *Renato Francisco dos Santos Paula. Conselheiros suplentes presentes: Wagner Carneiro de*  
2588 *Santana, Renato Saidel Coelho. Ausência justificada da Conselheira Titular: Simone Aparecida*  
2589 *Albuquerque. Ausência Justificada da Conselheira Suplente: Ana Carolina de Barros Pinheiro*  
2590 *Carrenho. Ausência não justificada dos Conselheiros Suplentes: Antonio Santos Barbosa de*  
2591 *Castro, Mariana Menezes Santarelli Roverse, Igo Martini. Convidada: Carolina Gabas Stuchi,*  
2592 *Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS. Verificado o quórum, deu-*  
2593 *se início à reunião. 1. Informes da Secretaria Executiva. 1.1. Pareceres nº243 e*  
2594 *351/2011/CONJUR/MDS, de 25 de junho de 2011 e 11 de julho de 2011, respectivamente. A*  
2595 *CONJUR reviu seu entendimento e passou a concordar com a Procuradoria geral da Fazenda*  
2596 *Nacional, PGFN, concluindo que não subsiste mais competência ao CNAS par a prática de*  
2597 *quaisquer atos que importem modificação do status os processos relativos aos CEBAS que se*  
2598 *encontravam sobrestados no CNAS, foram encaminhados aos Ministérios respectivos, com menção*  
2599 *expressão à necessidade de convalidação, por cada Ministério, no que toca aos processos que lhe*  
2600 *digam respeito, dos atos praticados pelo CNAS após a edição da Lei 12.101/2009.*  
2601 *Encaminhamento: acatar os pareceres da Consultoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento*  
2602 *Social e Combate à Fome. 1.2. Minas Gerais aprova a lei para regulamentar o SUAS.*  
2603 *Encaminhamento: remeter aos Conselheiros integrantes da Comissão de Normas, por e-mail, a Lei*  
2604 *nº 19.444, de 11 de janeiro de 2011, de Minas Gerais, para conhecimento. 1.3. o CMAS de*  
2605 *Viamão/RS informou que a partir da nova composição do Conselho, além de eleger os*  
2606 *representantes conforme lei do CMAS, foi deliberado por este conselho o “Conselheiro Aprendiz”,*  
2607 *onde abre espaço para a participação ativa de adolescentes, a partir dos 16 anos de idade) no*  
2608 *CMAS. O presidente do CNAS, Sr. Carlos Eduardo Ferrari, encaminhou e-mail ao CMAS*  
2609 *parabenizando pela iniciativa, ressaltando que este é um importante passo para a formação de*  
2610 *cidadãos conscientes e participativos na política de assistência social, bem como informou que*

2611 encontra-se no site do CNAS, em “Capacitação e Boas Práticas” tal iniciativa, com o objetivo de  
2612 divulgar essa experiência relacionada à garantia da participação popular no Conselho de  
2613 Assistência Social. Foi solicitado ao CMAS de Viamão o envio de um relato detalhado acerca da  
2614 deliberação do conselho de como se dará essa participação. Encaminhamento: aguardar o envio  
2615 do relato detalhado do CMAS sobre o assunto e após retorná-lo à Comissão de Normas. 2.  
2616 Aprovação de resolução sobre a sistematização e regulamentação das competências do CNAS  
2617 definidas no inciso III do Artigo 27 da Lei nº 12.101/2009. Conforme deliberado na plenária de  
2618 julho, o DRSP apresentaria proposta de resolução definindo os procedimentos para que os  
2619 Conselhos de Assistência Social apresentem representação, bem como os procedimentos internos  
2620 do CNAS e os parâmetros para os demais Conselhos de Assistência Social. Encaminhamento: a  
2621 diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS, DRSP, Carolina Gabas  
2622 Stuchi, lembrou que já havia encaminhado em junho, uma minuta de resolução de como o CNAS  
2623 poderia representar junto ao MDS, que será reencaminhada aos Conselheiros. O CNAS deverá  
2624 debruçar sobre o assunto para elaborar parâmetros nacionais acerca da representação. A  
2625 Comissão de Normas, para o próximo mês, elaborará a Minuta de Resolução. 3. Assunto: criação  
2626 de fórum. Encaminhamento: a Dr.<sup>a</sup> Carolina Gabas Stuchi, DRSP, convidará, em nome do CNAS,  
2627 aos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para dialogar  
2628 com o CNAS com vistas à criação de Fórum acerca da Certificação, na Reunião Ordinária do  
2629 CNAS no mês de outubro. 4. Assunto: revisão da Resolução CNAS nº15/2010. Encaminhamento:  
2630 Revogar a Resolução CNAS nº15/2010, que aprova o modelo de certidão, de modo a evitar conflito  
2631 entre as informações prestadas aos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e  
2632 Combate à Fome e pelo CNAS, acerca da situação atual do processo de entidade, bem como a  
2633 Minuta de Resolução em anexo. 5. Assuntos para pauta da reunião da comissão de normas de  
2634 setembro. A. relato do CMAS de Viamão/RS e a dúvida do conselho municipal de Cascavel/PR  
2635 sobre a participação de adolescentes nas conferências de assistência social e na composição dos  
2636 conselhos de assistência social. A comissão aguarda a resposta da consulta ao conselho nacional  
2637 da criança e do adolescente, CONANDA, e ao conselho nacional da juventude, CONJUVE, sobre a  
2638 exposição de instrumentos normativos que tratem da participação de adolescentes na composição  
2639 dos Conselhos, e do relato detalhado do Conselho Municipal de Assistência Social de Viamão/RS  
2640 acerca da deliberação do conselho de como se dará a participação do Conselheiro Aprendiz, onde  
2641 foi aberto espaço para a participação de adolescentes (a partir dos 16 anos de idade) no CMAS. B.  
2642 Debate sobre as entidades que atuam com restaurantes comunitários e economia solidária. Debate  
2643 com a participação de convidado representante do conselho Nacional de Segurança Alimentar e  
2644 Nutricional. C. Debate sobre a cogestão. D. Debate sobre a infraestrutura das entidades e o alvará  
2645 de funcionamento das entidades para o vínculo SUAS. E. Aprovação das orientações conjuntas do  
2646 CNAS e do DRSP sobre a inscrição e a certificação. F. Deliberação da plenária de pautar a  
2647 revisão de todas as resoluções do CNAS que devem ser alteradas em função da Lei 12.435/2011 na  
2648 Comissão de Normas. G. Regulamentar o procedimento referente aos recursos das decisões do  
2649 Conselho de Assistência Social do Distrito Federal ao CNAS apresentados ao CNAS. H.  
2650 Continuação da discussão sobre a viabilização da participação do usuário na Política de  
2651 Assistência Social. I. Elaborar minuta de resolução sobre a sistematização e regulamentação das  
2652 competências do CNAS definidas no inciso III do artigo 27 da Lei nº 12.101/2009.”. No Item I, O  
2653 Conselheiro José Crus informou que haviam conversado que enviariam essa Lei para todos os  
2654 Conselheiros, estando escrito que seria remetida apenas aos Conselheiros integrantes da Comissão  
2655 de Normas, sugerindo colocar “assembleia legislativa de Minas Gerais aprova a Lei para  
2656 regulamentar o SUAS” e, no encaminhamento, “para todos os Conselheiros Nacionais”. O

2657 Presidente destacou que o relato da Comissão de Normas deveria encaminhar para a Comissão de  
2658 Normas. Destacou que na Comissão Organizadora haviam colocado no material de leitura essa  
2659 mesma Lei 19.444, sendo encaminhada posteriormente para todos os Conselheiros. Questionou se  
2660 havia alguma consideração quanto a Viamão; Item II, com uma recomendação para que fosse  
2661 construído. No Item III, o Conselheiro José Crus indicou “*A Doutora Carolina convidará em nome*  
2662 *do Conselho Nacional*”, corrigindo para “*em nome do MDS*”. O Presidente prosseguiu: Item IV,  
2663 tendo a minuta, que revogava a Resolução nº 15, que situava os conselheiros sobre o novo papel do  
2664 CNAS sem emitir certidões, mas sim históricos, forma de atender as demandas colocadas, sendo  
2665 aprovado pelo Pleno. Item V. Pauta da reunião. Que incluíam o debate da Comissão, que teria que  
2666 incluir o produto para encaminhar para a CONJUR, com referência ao acórdão 9.6, de acordo com a  
2667 deliberação dessa Plenária, na parte da manhã, sendo aprovado o item. Com relação à Comissão de  
2668 Benefícios observou que convocariam por e-mail. Indagou se a moção estava pronta, com o  
2669 Conselheiro Wagner esclarecendo que estavam por ser concluída. O Presidente solicitou a  
2670 permanência dos Conselheiros para poder ter quórum. A seguir, a Conselheira Anna Cláudia  
2671 procedeu à leitura da moção: “*Bom, primeiro eu gostaria de agradecer a contribuição.*  
2672 *Participaram da construção dessa moção o Conselheiro Wagner, a Conselheira Eutália, o*  
2673 *Conselheiro Renato Saidel, a Conselheira Fátima Rampin e eu. Quase todo o pleno, mas a gente*  
2674 *acha que ainda precisa de algumas contribuições. Também queria dizer que a gente ficou com um*  
2675 *pouco de dúvida a quem dirigir a moção, a quem propõe o projeto de lei, ao relator, ou se a gente*  
2676 *amplia e faz uma distribuição mais geral. A gente pode decidir depois. “O Conselho Nacional de*  
2677 *Assistência Social, em sua Plenária Ordinária de nº 192, do dia 18 de agosto de 2011, vem*  
2678 *manifestar posição contrária ao PL 44 de 2007, de autoria do deputado federal Lincoln Portela,*  
2679 *bem como o entendimento do relator, deputado federal Vicente Arruda, que visa impor às famílias*  
2680 *beneficiadas pelo Bolsa Família a obrigatoriedade de prestação de serviço voluntário como*  
2681 *condição de obtenção do benefício. A posição deste Conselho se sustenta pela compreensão de que*  
2682 *o Programa Bolsa Família diferencia-se de outros programas de transferência de renda,*  
2683 *justamente por associar garantia de renda à garantia de materiais básicos que contribuem para a*  
2684 *construção da cidadania, sendo espelho para a formulação de Programas de redução da pobreza*  
2685 *em âmbito internacional. A lógica das condicionalidades do programa não diz respeito a uma*  
2686 *contraprestação de serviços prestados pela família, ao contrário, a lógica das condicionalidades é*  
2687 *o compromisso de acesso aos direitos universais que são fundamentais para o desenvolvimento do*  
2688 *ser humano, à exemplo do acesso aos serviços de saúde, educação e serviços socioassistenciais,*  
2689 *metas abrangidas, também, no Programa Brasil Sem Miséria. As condicionalidades são*  
2690 *compromissos das famílias e, também, do poder público, a quem compete assegurar a oferta desses*  
2691 *serviços. A imposição de serviço voluntário como condição de acesso ao benefício do Bolsa*  
2692 *Família fere frontalmente seus princípios e objetivos. A transferência de renda deve estar*  
2693 *conjugada ao acesso aos serviços de saúde, à frequência escolar das crianças e à integração de*  
2694 *outras políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Impor às*  
2695 *famílias beneficiadas a obrigatoriedade de serviços voluntários significa penalizá-las por sua*  
2696 *condição de pobreza, em detrimento da obrigação protetiva do Estado e garantia de seus direitos.*  
2697 *O papel do Estado é viabilizar direitos, garantir a cidadania. Cabe salientar que as famílias*  
2698 *beneficiárias do Bolsa Família, ao contrário do que supõe o referido projeto, tem posições*  
2699 *declaradas em seus cadastros, porém seus rendimentos estão abaixo do mínimo necessário,*  
2700 *demandando acesso ao Programa. Dessa forma, a obrigatoriedade do trabalho voluntário, ao*  
2701 *invés de contribuir para o processo educativo das famílias, as sobrecarregariam com excessivas*  
2702 *responsabilidades. Salientamos que grande parte das famílias do Programa Bolsa Família são*

2703 *monoparentais, o que acaba por trazer uma carga excessiva ao chefe dessa família no exercício do*  
2704 *seu poder provedor. A função do Estado, ao invés de buscar caminhos para a prestação de serviços*  
2705 *voluntários para os usuários do PBF, deveria garantir a esses usuários educação de qualidade*  
2706 *para as crianças das famílias beneficiárias, qualificar os jovens com vistas na inserção no mercado*  
2707 *de trabalho e aperfeiçoar e qualificar profissionalmente os adultos. Este Conselho se manifesta*  
2708 *totalmente contrário o Projeto de Lei nº 44 de 2007 e solicita ao deputado relator, Vicente Arruda,*  
2709 *que reveja seu parecer, no sentido de determinar o arquivamento do mesmo, por ferir os princípios*  
2710 *básicos da Assistência Social, transcrito nos artigos 194 e seguintes na Constituição Federal e a*  
2711 *Lei Orgânica da Assistência Social.” O Conselheiro Renato de Paula, Presidente em exercício,*  
2712 *lembrou que os documentos aprovados eram revisados pela Secretaria-Executiva. O Conselheiro*  
2713 *José Crus citou o parágrafo “A função do Estado, ao invés de buscar caminhos para a prestação de*  
2714 *serviços voluntários”, com a Conselheira Anna Cláudia indicando que quem procurava espaço para*  
2715 *ocupação de serviço era o Projeto de Lei, mas que estava propondo para uma questão até*  
2716 *constitucional. A Conselheira Maria Aparecida sugeriu “entendemos que a função do Estado, ao*  
2717 *invés de buscar caminhos para a prestação de serviços voluntários, deve ser” e não “deveria”. O*  
2718 *Conselheiro José Crus indicou “este Conselho ratifica”, ou “este Conselho determina”. O*  
2719 *Conselheiro Renato Saidel observou que em praticamente todos os parágrafos estavam dizendo “a*  
2720 *obrigatoriedade do serviço voluntário não deve acontecer”, com essa repetição sendo proposital no*  
2721 *sentido de se reafirmar a ideia de que não concordavam com isso, falando sobre o entendimento do*  
2722 *Grupo, e tendo-se o cuidado de colocação dos termos técnicos para que o documento fosse*  
2723 *entendido, considerando que estavam escrevendo isso para um público que não era da Assistência*  
2724 *Social. A Conselheira Leila entendia que o último parágrafo tinha que reafirmar a contrariedade da*  
2725 *contraprestação de serviços por conta de receber um benefício de ação social, dizendo que a função*  
2726 *do Estado era a de garantir a proteção social para toda a população e em especial para a do*  
2727 *Programa Bolsa Família. A Conselheira Maria Aparecida indicou que focavam uma situação*  
2728 *determinada, que era a questão do trabalho voluntário, sendo direcionado. O Conselheiro José Crus*  
2729 *indicou onde constava “entendemos”, tendo que ser mais enfático, com a Conselheira Anna Cláudia*  
2730 *sugerindo “Este Conselho, guardião dos direitos socioassistenciais, reafirma que a função do*  
2731 *Estado é garantir educação de qualidade para as crianças das famílias beneficiárias...”. A*  
2732 *Conselheira Eutália propôs “a quem dela solicite.” O Presidente inquiriu se o conteúdo estava certo,*  
2733 *deixando com as Conselheiras Anna Cláudia e Eutália para fechar a forma, aprovando-se essa*  
2734 *moção. O Conselheiro José Crus registrou que a justificativa desse projeto era na perspectiva na*  
2735 *prestação de serviços à comunidade, como se as famílias pobres tivessem infligido a Lei,*  
2736 *manifestando a indignação que ficavam com matéria como essa que chegavam ao CNAS, tendo que*  
2737 *reafirmar a todo momento esse direito. A Conselheira Maria Auxiliadora observou que a palavra*  
2738 *“guardião” lhe parecia muito antiga. A Conselheira Eutália lembrou que segundo informações da*  
2739 *assessoria do deputado Eduardo Barbosa, esse projeto já estava encerrado na Câmara dos*  
2740 *Deputados, indo para o Senado, e para quem era preciso publicizar esse projeto. O Presidente se*  
2741 *comprometeu a ir pessoalmente ao Senado verificar onde estava e tentar falar com os Senadores. A*  
2742 *Conselheira Marisa informou que haviam conseguido reestruturar a frente parlamentar. O*  
2743 *Presidente informou que no dia seguinte teria oficina do GT dos incisos III e IV.*  
2744 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença de  
2745 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço  
2746 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,  
2747 aprovada em reunião de de de dois mil e onze.